UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

A Geografia do Atrito

Dialética espacial e violência em Campinas-SP

Lucas de Melo Melgaço

São Paulo
2005

A Geografia do Atrito

Dialética espacial e violência em Campinas-SP

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Lucas de Melo Melgaço

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Adélia Aparecida de Souza

São Paulo
2005

Autor: Lucas de Melo Melgaço

Título: A Geografia do Atrito: dialética espacial e violência em Campinas-SP

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

EXAMINADORES:

Prof^a. Dr^a. Maria Adélia Aparecida de Souza (Presidente).

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Ana Clara Torres Ribeiro.

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Assinatura: _____

Prof. Dr. Eduardo Yazigi

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Aprovada em 19 de janeiro de 2006.

Aos meus pais, Marcos e
Irene.

Agradecimentos

Cada página desta dissertação representa parte de um processo de elaboração que contou com a ajuda direta e indireta de uma série de pessoas e instituições. Tentarei explicitar aqui a maior parte delas, mas já admitindo a impossibilidade de, nessas poucas linhas, elencar a sua totalidade. Desta forma, os agradecimentos vão:

Aos meus colegas da pós-graduação em Geografia Humana da USP: Mariana Albuquerque, Rafael Pinto, Mário Ramalho, Pablo Ibanez, Heloísa Lopes, Virgínia Holanda, Júlia Andrade, Maria do Fetal, Carin Gomes, Doraci Zanfolin e Eliza Almeida, sendo que sem as suas contribuições este trabalho certamente não teria a mesma qualidade;

Aos participantes dos seminários de orientação promovidos pela Prof^a. Maria Adélia: Nelson Marques, Arnaldo Valentim, José Braga, Fábio Tozi, Victor Begeres, Hugo Silimbam, Anita Kurka, Izalene Tiene, ex-prefeita de Campinas e Edmilson Rodrigues, ex-prefeito de Belém;

Às secretárias da Pós-Graduação do Departamento de Geografia da USP pelo atendimento sempre solícito;

A Aninha e aos demais amigos do Laboplan pela simpática acolhida;

Aos professores Eduardo Yazigi e Samira Kahil, pelas leituras atentas do memorial de qualificação e pelas importantes sugestões que fizeram;

Aos professores Ricardo Castillo e Márcio Cataia pelas contribuições que deram, quando este projeto ainda era um trabalho de conclusão da graduação;

Ao professor Carlos Roberto de Souza Filho por ter me inserido no instigante mundo do Geoprocessamento;

Dos meus colegas professores da PUC-Campinas e dos meus alunos, a todos aqueles que em algum momento fizeram parte deste trabalho;

A James Zomighani amigo e parceiro das discussões sobre território e violência;

À Polícia Civil de Campinas, ao Sindivigilância, à Secretaria de Saúde, à Secretaria do Planejamento, ao Disque-Denúncia de Campinas e à Rede Anhangüera de Comunicação pelos diversos dados fornecidos;

Aos meus pais e meus irmãos por sempre acreditarem nos meus sonhos;

Aos meus amigos pelos momentos compartilhados;

A Nathalia, pelo apoio e paciência com que me acompanhou nesta empreitada.

Gostaria de mencionar ainda a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pela bolsa concedida durante o primeiro ano deste mestrado.

Por fim, gostaria de agradecer ao acaso das circunstâncias o privilégio de ter encontrado a Professora Maria Adélia de Souza durante o percurso de minha formação intelectual.

“Nenhuma explicação não-poética da realidade pode ser completa.”

(John D. Barrow)

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo central promover uma discussão a respeito do diálogo entre a Geografia e o estudo da Violência. Porém, diferentemente da maioria das pesquisas feitas na área de violência urbana, as quais têm no método analítico o seu principal referencial teórico, procura-se, aqui, trazer uma reflexão dialética à questão. No atual período técnico-científico e informacional, torna-se impossível entender esta prática espacial denominada violência se a considerarmos apenas como um recorte analítico da realidade. É por este motivo que não pretendemos fazer uma “geografia da violência” ou, muito menos, uma “geografia do crime”, e sim uma geografia dos usos do território e das suas relações com a temática do crime e da violência. Faz-se necessário, então, um método que entenda o espaço geográfico enquanto um todo em movimento, um sistema indissociável de objetos e ações (SANTOS, 1997c, 1998, 1999a). Nessa busca por uma compreensão das relações entre território e violência, o Geoprocessamento se mostrou uma ferramenta de fundamental importância, tanto por suas potencialidades, quanto por suas limitações enquanto instrumento de representação do espaço geográfico. Aliando a técnica do Geoprocessamento à profundidade do método dialético foi possível se perceber o potencial da Geografia enquanto modo de compreensão da violência e, mais amplamente, enquanto instrumento de planejamento territorial. Nesta reflexão, alguns conceitos e autores aparecem com contribuições fundamentais, dentre eles o de território usado (SANTOS et al. 2000a), solidariedades geográficas (SANTOS, 1994, 1998), cotidiano (CERTEAU, 1994), além das concepções de poder e violência trazidas por Hannah Arendt (1994). Conclui-se que a violência urbana é uma questão de caráter muito mais político que propriamente técnico, e que a violência em Campinas-SP é fruto dos usos corporativos do território e das escolhas históricas feitas por esta cidade e pela formação sócio-espacial na qual está inserida. Pôde-se ainda vislumbrar o quanto a Geografia pode se aproximar de uma ciência da ação.

Palavras-chave

Uso do território, violência, segurança pública, planejamento territorial, dialética espacial.

Abstract

The prime objective of this dissertation is to promote a discussion regarding the dialogue between Geography and the study of Violence. However, differently from the majority of the researches about urban violence, which has in the analytical method its main theoretical referential, we tried here to bring a dialectic reflection to the question. In the current techno-scientific and informational period, it is impossible to understand this spatial practice called violence if we only consider it as an analytical clipping of the reality. This is the reason why we don't intend to make a "geography of violence", neither a "geography of the crime", but a geography of the uses of the territory and its relations with the thematic of crime and violence. Thus, it is necessary to use a method that understands the geographic space as a whole in movement, an inseparable system of objects and actions (SANTOS, 1997c, 1998, 1999a). In this effort of understanding the relations between territory and violence, the Geomatics has become a tool of primordial importance, due to its potentialities, as well for its limitations while an instrument of representation of the geographic space. The junction of the technique of the Geomatics to the complexity of the dialectical method shows how Geography has become an important area on the studies of violence and, more widely, while instrument of territorial planning. In this reflection, some concepts and authors has brought essential contributions. Among than we can mention: used territory (SANTOS et al. 2000a), geographic solidarities (SANTOS, 1994, 1998), everyday life (CERTEAU, 1994), beyond the conceptions of power and violence proposed by Hannah Arendt (1994). We conclude that the urban violence is a question much more political than properly technical, and that the violence in Campinas-SP, Brazil is due to the corporative uses of the territory and to the historical choices made by this city and the social-spatial formation in which it is inserted. Finally, it could be noted how much Geography can become close to a science of the action.

Key-words

Uses of territory, violence, public defense, territorial planning, spatial dialectics.

Résumé

Traduit par Adalberto Medeiros

La présente dissertation a l'objectif principal de soutenir une discussion à propos du dialogue entre la Géographie et l'étude de la Violence. Cependant, en contraste à la plupart des recherches dans le cadre de la violence urbaine, qui ont dans la méthode analytique leur principal référentiel théorique, ce que l'on cherche ici ce sera d'apporter une réflexion dialectique à ce sujet. Dans la période actuelle techno-scientifique et informative, il devient impossible de comprendre cette pratique spatiale, que l'on nomme violence, si on ne la considère que comme une partie analytique de la réalité. C'est la raison pour laquelle on ne prétend pas faire ni une "géographie de la violence", ni encore moins une "géographie du crime", mais une géographie des emplois du territoire et de ses relations avec la thématique du crime et de la violence. Il faut ainsi une méthode qui comprenne l'espace géographique comme un tout en mouvement, comme un système indissociable d'objets et d'actions (SANTOS, 1997c, 1998, 1999a). Dans le but de comprendre les relations entre le territoire et la violence, le Géomatique est devenu un outil d'importance fondamentale, grâce à ses potentialités et ainsi à ses limitations autant qu'instrument de représentation de l'espace géographique. Joignant la technique du Géomatique à la profondeur de la méthode dialectique, on peut constater la capacité de la Géographie comme une façon de comprendre la violence et, plus largement, en tant qu'instrument de planification territoriale. Dans cette réflexion, quelques concepts et quelques auteurs apportent des contributions essentielles, comme celles du territoire employé (SANTOS et al. 2000a), des solidarités géographiques (SANTOS, 1994, 1998), et du quotidien (CERTEAU, 1994), en outre les conceptions de pouvoir et de violence présentées par Hannah Arendt (1994). En conclusion, la violence urbaine est une question de caractère beaucoup plus politique que vraiment technique et que la même à Campinas-SP, Brésil le fruit des emplois corporatifs du territoire et des choix historiques faits par cette ville et par sa formation socio-spatiale dans laquelle elle est insérée. En plus, on pourra constater à quel point la Géographie peut s'approcher d'une science d'action.

Mots- Clefs

Emploi du territoire, violence, sécurité publique, aménagement territoriale, dialectique spatiale.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: POR UMA CIÊNCIA DO ATRITO.....	1
INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1: A GEOGRAFIA E O ESTUDO DA VIOLÊNCIA.....	9
O CONCEITO DE VIOLÊNCIA.....	10
OUTRAS VIOLÊNCIAS, OU, AS VERDADEIRAS VIOLÊNCIAS.....	16
O CONCEITO DE CRIME.....	17
LEGALIDADE E ILEGALIDADE.....	19
O USO.....	21
AS SOLIDARIEDADES GEOGRÁFICAS E A VIOLÊNCIA.....	22
CAPÍTULO 2: O TERRITÓRIO USADO E A DIALÉTICA ESPACIAL.....	27
DA DIALÉTICA À DIALÉTICA ESPACIAL.....	28
O TERRITÓRIO USADO.....	30
A ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	31
UMA FRONTEIRA, DOIS TERRITÓRIOS.....	33
CAPÍTULO 3: LUGAR, COTIDIANO E VIOLÊNCIA.....	36
O LUGAR.....	37
O COTIDIANO.....	37
O BAIRRO.....	40
NA CONTRAMÃO DAS CONVENIÊNCIAS.....	41
O PAPEL DA POLÍCIA.....	42
O MEDO.....	44

CAPÍTULO 4: UMA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL CORPORATIVA E FRAGMENTADA.....	47
A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL.....	48
A HISTÓRIA COMO RECURSO DE MÉTODO.....	49
A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPINEIRO: UMA HISTÓRIA VOLTADA À FLUIDEZ.....	51
OS FLUXOS DA CAMPINAS DE HOJE.....	57
CAMPINAS: ÍCONE DA DIALÉTICA ESPACIAL.....	59
 CAPÍTULO 5: CONSTATAR NÃO É COMPREENDER: LIMITAÇÕES DO MÉTODO ANALÍTICO.....	61
O GEOPROCESSAMENTO COMO INSTRUMENTAL ANALÍTICO.....	62
REALIDADE VERSUS REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE.....	64
O GEOGRÁFICO E O GEOMÉTRICO.....	66
LIMITES TEÓRICOS DO GEOPROCESSAMENTO.....	67
POR QUE DUVIDAR DOS MAPAS.....	69
POR QUE DUVIDAR DAS ESTATÍSTICAS POLICIAIS.....	70
O GEOPROCESSAMENTO E SEUS USOS.....	73
 CAPÍTULO 6: DO PLANEJAMENTO SETORIAL AO TERRITORIAL: PARA ALÉM DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	75
DA GEOGRAFIA AO PLANEJAMENTO.....	76
O COMPLEXO CONCEITO DE REGIÃO.....	78
REGIONALIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO REGIONAL.....	81
CAMPINAS: TERRITÓRIO RECORTADO.....	82
PEDAGOGIA DO LUGAR: PARA ALÉM DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	84
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
 CADERNO DE MAPAS.....	92
 BIBLIOGRAFIA.....	109
 APÊNDICE.....	117
 ANEXOS.....	122

LISTA DE MAPAS

MAPA 1. CAMPINAS. REFERÊNCIA – BAIRROS. 2005.....	93
MAPA 2. CAMPINAS. UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE -UBS.....	93
MAPA 3. CAMPINAS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES. CRESCIMENTO URBANO ENTRE 1973 E 2005.....	94
MAPA 4. CAMPINAS. CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO. 1996-2000.....	94
MAPA 5. CAMPINAS. TAXA DE NATALIDADE. 2000.....	95
MAPA 6. CAMPINAS. DENSIDADE POPULACIONAL. 2000.....	95
MAPA 7. CAMPINAS. FAVELAS. 2003.....	96
MAPA 8. CAMPINAS. OCUPAÇÕES. 2003.....	96
MAPA 9. CAMPINAS. AGLOMERAÇÕES SUBNORMAIS. 2000.....	97
MAPA 10. CAMPINAS. POPULAÇÃO ALFABETIZADA. 2000.....	97
MAPA 11. CAMPINAS. RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO, COM MAIS DE 5 ANOS DE ESTUDOS. 2000.....	98
MAPA 12. CAMPINAS. RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO, COM MENOS DE 5 ANOS DE ESTUDOS. 2000.....	98
MAPA 13. CAMPINAS. DOMICÍLIOS SEM BANHEIRO. 2000.....	99
MAPA 14. CAMPINAS. VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES. 2000.....	99
MAPA 15. CAMPINAS. HOMICÍDIOS POR UBS. 2002.....	100
MAPA 16. CAMPINAS. DENSIDADE DE HOMICÍDIOS. 2002.....	100
MAPA 17. CAMPINAS. RESIDÊNCIA DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS. 2002.....	101
MAPA 18. CAMPINAS. HOMICÍDIOS: MESMOS DADOS, MAPAS DIFERENTES. 2002.....	101
MAPA 19. CAMPINAS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES. HOMICÍDIOS E PIB PER CAPITA. 2002-2003.....	102
MAPA 20. CAMPINAS. SEQÜESTROS-RELÂMPAGO. 2002.....	102
MAPA 21. CAMPINAS. SUICÍDIOS. 2002.....	103
MAPA 22. CAMPINAS. RESIDÊNCIA DAS VÍTIMAS DE SUICÍDIOS. 2002.....	103
MAPA 23. CAMPINAS. MORTES NO TRÂNSITO. 2002.....	104
MAPA 24. CAMPINAS. RESIDÊNCIA DAS VÍTIMAS MORTAS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO. 2002.....	104
MAPA 25. CAMPINAS. DISTRITOS POLICIAIS E RESPECTIVAS SEDES. 2004.....	105
MAPA 26. CAMPINAS. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DO 13º DISTRITO. 2005.....	105
MAPA 27. CAMPINAS. SEDES DOS DISTRITOS POLICIAIS SOBREPOSTAS AO MAPA DE RENDIMENTOS DOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO. 2000.....	106
MAPA 28. CAMPINAS. CRIMES CONTRA A PESSOA E CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. 2003.....	106
MAPA 29. CAMPINAS. HOMICÍDIOS POR DISTRITO POLICIAL. 2002.....	107
MAPA 30. CAMPINAS. HOMICÍDIOS POR DISTRITO POLICIAL. 2003.....	107
MAPA 31. CAMPINAS. TERRITÓRIO RECORTADO: REGIONALIZAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2004.....	108

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 1. CAMPINAS. HOMICÍDIOS E SEQÜESTROS. 1999-2001.....	4
TABELA 2. CAMPINAS E REGIÃO METROPOLITANA. EVOLUÇÃO DOS SALDOS MIGRATÓRIOS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO CRESCIMENTO ABSOLUTO (%). 1970-1996.....	56
TABELA 3. CAMPINAS. CRESCIMENTO DO PIB E PIB PER CAPITA. 1999-2000.....	60
FIGURA 1. AS TRÊS ESFERAS DO MÉTODO DE PESQUISA.....	6
FIGURA 1. MOSTRAR OU ESCONDER A VERDADE?.....	70

Apresentação: Por uma ciência do atrito

Lembro-me quando, ainda adolescente, em uma aula de física no colegial, foi-me apresentado o fantástico estudo dos movimentos dos corpos. A lousa era o palco maior das representações. Lá, um traço simulava uma rampa, um retângulo a caixa em movimento e tudo mais que a imaginação do professor permitisse era de alguma maneira reproduzido no quadro negro. Entretanto, não cabia nunca nos seus desenhos um ente estranho chamado “atrito”. Ele dizia: “Neste exercício iremos ignorar o atrito”. E tudo parecia mais simples quando o inconveniente atrito não estava por perto. Mas aquelas explicações nunca me satisfaziam por completo, sabendo que havia alguma forma de atrito em praticamente todos os movimentos. Havia então duas realidades: a da lousa e a da vida lá fora.

Em uma outra recordação, já mais recente, lembro-me, enquanto graduando do curso de Geografia, das explicações de um professor a respeito da tal “questão ambiental”. Ele nos apresentava o caso de um parque da cidade de Campinas. Incomodava-lhe a constante depredação feita pelos moradores vizinhos e a grande quantidade de lixo espalhada pelos visitantes do parque. Lixo este que ele sempre fazia questão de coletar, buscando dar o exemplo aos seus alunos. Inquieto com aquilo, eu me perguntava se não havia algo mais que nos ajudasse a entender aquela situação. Em um trabalho de campo, um dos responsáveis pelo parque me dizia, em voz baixa, com medo de que alguém o ouvisse, que a situação do parque já tinha sido bem melhor, que a sua criação teve como objetivo maior a valorização imobiliária do seu entorno, coincidentemente terras de um político influente da região. Com a saída de tal político e a passagem do parque para a administração municipal, comandada por um membro de um outro partido, a situação daquela área passou a se complicar. Indignado, fui rapidamente apresentar ao professor as importantes informações que havia conseguido e, para minha surpresa, obtive a resposta de que o papel do educador ambiental não contemplava aquelas questões político-partidárias. Aquilo tudo era um “outro” problema.

Já no mestrado, discutindo com um colega do grupo de pesquisa e ex-membro de uma administração pública de Campinas, ele me dizia: “Há um abismo muito grande entre as reflexões teóricas que fazemos enquanto cientistas e a real implantação dessas propostas no âmbito da administração pública. Na prática da gestão, surgem uma série de fatores políticos e jogos de interesses que muitas vezes impossibilitam a aplicação de ações cientificamente fundamentadas.”

Esses três *flashes* me fizeram refletir sobre os rumos que tomaria minha dissertação de mestrado. Independente do tema a ser estudado, uma questão era certa: as discussões aqui representadas teriam sempre como objetivo a busca do entendimento da realidade em sua complexidade. Ao invés de eliminar o atrito, a idéia seria inverter o jogo, elevando-o ao posto de objeto central da análise.

Na busca de aproximação da realidade intangível me deparei com as possibilidades dadas pela abordagem dialética. É ela que vem nos permitindo fazer esse elogio ao complexo, fundamental na compreensão do fenômeno da violência.

Essa preocupação em compreender a violência através do método geográfico teve início já na minha graduação, na forma de um projeto de iniciação científica e, posteriormente, como trabalho de conclusão de curso. Naqueles momentos iniciais, quando ainda não tinha muita clareza sobre o rigor do método, eu imaginava que este seria um trabalho que trataria do estudo da violência em Campinas. Com o tempo, pude perceber que, para atingir os objetivos a que estava me propondo, eu não deveria nem estudar a violência, pura e simplesmente, nem somente estudar Campinas, descrevendo-a com tabelas e mapas. Na verdade, deveria se tratar de um trabalho em que o espaço geográfico estivesse no centro da análise. Um trabalho, portanto, sobre os usos do território e a dialética espacial. Essa postura justifica então a escolha do tema da violência, visto que esta é decorrência dos usos corporativos do território, e a escolha de Campinas enquanto recorte empírico, dada a posição de tal município como ícone da dialética espacial no Brasil. Não se trata, portanto, de um “estudo de caso” na sua acepção clássica.

Com este trabalho propomos, então, que a Geografia seja, sob dois aspectos, a ciência do atrito: um por ser uma ciência do complexo e outro, por consequência do primeiro, ser uma ciência do embate, aproximando-se muito da política.

A Geografia possui muito a dizer sobre a questão da violência!

Introdução

Violência é um conceito extremamente amplo, pois pode abranger situações diversas, desde uma atitude de superioridade entre um professor e um aluno, por exemplo, às suas manifestações mais extremas, como os homicídios.¹

A violência no período atual está cada vez mais distante de atos isolados de pessoas mentalmente doentes e transtornadas e cada vez mais contextualizada como decorrente de uma sociedade capitalista desigual.² A violência no Brasil possui várias origens, mas a principal delas é, certamente, a situação de desigualdade social a que estamos e estivemos submetidos. Entendemos, assim, que o ponto de partida da análise deva ser a dialética espacial, pois, a partir dela, será possível compreender as desigualdades territoriais e os motivos que fazem da violência uma prática sócio-espacial.

Essa prática vem, cada vez mais, se tornando assunto corrente nos jornais de todo o Brasil. Em Campinas, isso está acontecendo com mais intensidade, visto o destaque que tal cidade vem recebendo como sendo uma das mais violentas do país. O estudo promovido pelo estatístico José Peres Netto, da Organização Não-Governamental (ONG) Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial (Correio Popular, 27/07/02), mostra essa situação. Nesse estudo, que não considera a capital, Campinas ocupa o segundo lugar, logo após Praia Grande, como município mais violento do Estado de São Paulo.

Campinas teve ainda uma outra demonstração do grau de violência atingido pelo município. No dia 10 de setembro, o então prefeito Antônio da Costa Santos foi a 414ª vítima de homicídio na cidade desde o início de 2001. Até o dia 02 de dezembro de 2001, o número de vítimas já havia passado para 548 (Correio Popular, 02/12/01). Isto significa que, de 10 de setembro a 02 de dezembro, 134 pessoas foram assassinadas, ou seja, diariamente se mata pelo menos uma pessoa em Campinas.

Além disso, a violência urbana na cidade já havia sido evidenciada pela Comissão Parlamentar instituída pelo Congresso Nacional para apurar o Narcotráfico e o Crime

¹ “E se torna um tanto difícil abordar o tema da violência, pois que a sua realidade percorre desde as violências vermelhas (sangrentas) até as violências brancas (como o empregado de linha-de-montagem que, nas grandes indústrias, é na verdade o prisioneiro de um campo de concentração habilmente disfarçado).” (MORAIS, 1981, p. 16).

² Sutherland (1965), um dos mais famosos autores da Escola de Chicago (COULON, 1995), defende que a principal origem da delinquência não está em questões de ordem psicológica ou patológica, apesar de reconhecer um componente individual na criminalidade. Para ele, a influência da organização social e da herança cultural sobre os indivíduos são os fatores realmente determinantes.

Organizado, a qual revelou ao país a magnitude destas atividades que permeiam o tecido social da cidade: empresários e diferentes agentes sociais são citados e denunciados em processos e eventos vinculados ao crime organizado. O quadro abaixo nos traz exemplos da magnitude da violência em Campinas e indica um crescimento das atividades criminosas nos últimos anos:

Tabela 1. Homicídios e Seqüestros em Campinas.

As ocorrências que mais crescem em Campinas	Ano	Homicídios	Seqüestros
	1999	494	4
	2000	536	20
	2001	609	39
Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo			

E, para entender essa situação de Campinas, é necessário entender minimamente o seu processo de formação territorial.

Campinas é uma cidade historicamente voltada aos fluxos, pois nasce de um pouso de bandeirantes na rota para Goiás e hoje se destaca por ser um lugar em posição privilegiada nas redes de comunicação e circulação, utilizadas inclusive pelo narcotráfico. A partir da década de 70 se dá a instalação de empresas, instituições e serviços altamente especializados. Em um curtíssimo espaço de tempo, a cidade recebe atividades cujo desenvolvimento está mais voltado à natureza do funcionamento do mundo do que às particularidades do processo de urbanização brasileiro.

Ao mesmo tempo em que recebe esses serviços de ponta, com a vinda de cientistas e trabalhadores altamente especializados, Campinas passa a abrigar uma população pobre que chega e não participa dessa lógica. É nessa década que se intensifica o processo de periferização do município, tendo como ícone a instituição dos DICs – Distritos Industriais de Campinas.

Essa população não absorvida pelo Circuito Superior da Economia (SANTOS, 1979a) acaba por se aglomerar nas favelas. Pode-se, assim, inferir que há um evidente confronto no mundo do trabalho entre riqueza e pobreza, entre os que trabalham formalmente e a maioria da população, que se vincula ao trabalho informal (não incluído nas estatísticas).

A “ausência”, ou melhor, a conivência do Estado permite a instalação do crime organizado, o qual gera em Campinas novas territorialidades, principalmente nos espaços opacos (SANTOS, 1998, SANTOS e SILVEIRA, 2001). Essas novas territorialidades se

tornam nítidas ao se analisar alguns exemplos empíricos, como o da Vila Brandina³, bairro conhecido por ser reduto do tráfico de drogas na cidade. Lá as normas de trânsito são outras, pois os trabalhadores, ao voltarem motorizados para a casa à noite, precisam, antes de entrar no bairro, desligar os faróis e aguardar alguns minutos como uma forma de pedido de “passe livre” e de dizer que não representam risco ao negócio ilícito que movimenta o local (Correio Popular, 04/07/02).

Outro caso recente é o da retirada das catracas de quatro linhas de ônibus que circulam pela periferia da cidade. As empresas responsáveis preferiram o prejuízo aos constantes assaltos aos cobradores. Há nesse exemplo uma manifestação da complexidade envolvida no estudo da violência. Quem seriam as verdadeiras vítimas nesse caso, as empresas de ônibus ou uma população pobre que se revolta por não ter acesso a um transporte público barato e eficiente?

O que se percebe é que, muitas vezes, as reflexões sobre situações como estas são apressadas e rasas, sendo ignorada a brutal complexidade da questão. Além disso, na maioria das vezes encontramos advogados, psicólogos, sociólogos sendo chamados a falar, mas poucos são os geógrafos que se atreveram a tratar do assunto. E a Geografia pode contribuir de maneira intensa com a questão devido ao seu diferencial teórico-metodológico, vendo o espaço-geográfico como um fator chave para o entendimento do período histórico atual. Por este motivo, partimos do conceito de espaço geográfico como sendo um conjunto indissociável de objetos e ações (SANTOS, 1997c, 1998, 1999a) para entender a violência como uma prática sócio-espacial.

Estudar a violência a partir da Geografia vem sendo um grande desafio, mas que está se mostrando extremamente recompensador. A preocupação de não se perder o foco do verdadeiro objeto da Geografia, o espaço, vem nos forçando a ter cada vez mais clareza das especificidades da análise e do método geográfico. É essa mesma clareza que nos possibilita enxergar o verdadeiro alcance do Geoprocessamento e as suas limitações.

Depois de muitas investidas na busca de se destrinchar o conceito de violência, percebemos hoje que na verdade não deve ser esse o verdadeiro foco da discussão, visto que a violência se coloca, cada vez mais, como uma consequência do que como uma causa em si mesma. Vemos, então, que o foco do estudo devem ser os usos diversos do território e as

³ Ver mapa de referência no Caderno de Mapas à página 93.

desigualdades provenientes dos mesmos. Para a Geografia, a violência não se explica por si só. Vista como uma prática sócio-espacial, ela se torna histórica e territorial, parte de uma totalidade em movimento: o espaço geográfico.

Com o objetivo de se tentar chegar o mais próximo possível dessa totalidade dinâmica, optou-se por adotar uma postura metodológica que pode ser representada por três grandes esferas (figura 1) que tangenciam o objeto de pesquisa: uma teórica, uma instrumental ou técnica e outra empírica. Na esfera teórica temos a discussão sobre os pressupostos da reflexão dialética no âmbito da Geografia. Na instrumental, temos como principal elemento o Geoprocessamento, com suas potencialidades e limitações quanto à representação do espaço geográfico. Já na esfera da empiria, temos o município de Campinas, com sua complexidade e suas violências. Essas esferas, porém, não são hierarquizadas, mas sim vistas como complementares e conexas, sendo que a teoria muda a maneira como vemos a empiria e esta nos faz repensar muitas vezes a própria teoria, sempre intermediadas pela esfera dos instrumentos técnicos.

Figura 1. As três esferas do método de pesquisa.

Milton Santos (1998, p. 166) destaca que “um método é um conjunto de proposições – coerentes entre si que um autor ou um conjunto de autores apresenta para o estudo de uma realidade, ou de um aspecto da realidade.” E ele acrescenta (p. 171):

A construção teórica é a busca de um sistema de instrumentos de análise que provém de uma visão da realidade e que permite, de um lado, intervir sobre a realidade como pensador e, de outro, reconstruir permanentemente aquilo que se chamará ou não de teoria.

O método é, portanto, entendido aqui mais como uma postura filosófica do que simplesmente como um conjunto de procedimentos ou princípios de organização da pesquisa científica.

Esse método proposto nos levou à organização desta dissertação em seis capítulos. O primeiro deles, **A Geografia e o estudo da violência**, traz uma reflexão a respeito do complexo conceito de violência, o qual é retomado historicamente e contraposto ao de crime. A partir da contribuição de Hannah Arendt, com os conceitos de poder e violência, e da contribuição de Milton Santos, com o conceito de solidariedades geográficas, fazemos uma reflexão sobre novas possibilidades de abordagem da violência a partir da Geografia.

Mas é no segundo capítulo, **O território usado e a dialética espacial**, que apresentamos mais detalhadamente os princípios do método que regem esta tentativa de estudar a violência a partir do território. Aqui são trabalhados conceitos basilares como o de espaço geográfico, território usado e alienação territorial.

O capítulo seguinte, **Lugar, cotidiano e violência**, traz conceitos que auxiliam não só no entendimento da violência, mas também no entendimento da complexidade dos usos do território. O entendimento do lugar e do cotidiano é imprescindível quando se pretende compreender as resistências oferecidas por aqueles homens que mais sofrem com a violência.

No quarto capítulo, **Uma formação sócio-espacial corporativa e fragmentada**, tratamos de uma das facetas da abordagem dialética: aquela que indica a adoção da história como recurso de método. Como é impossível entender o presente partindo dele mesmo, fazemos uma reconstituição dos processos envolvidos na formação do território campineiro e as implicações destes no atual estágio de violência em que vive a cidade.

No quinto capítulo, **Constatar não é compreender: limitações do método analítico**, apresentamos as limitações das análises puramente analíticas dentro da Geografia, sendo que é tomado como exemplo o uso do Geoprocessamento como instrumental de trabalho geográfico. Discorreremos aqui sobre as limitações das estatísticas e dos mapas enquanto instrumentos de compreensão da realidade e sobre as ressalvas com que devem ser utilizados como instrumentos de planejamento territorial.

No sexto e último capítulo, **Do planejamento setorial ao territorial: para além da segurança pública**, apresentamos um esforço em tentar traduzir a reflexão teórica dos cinco primeiros capítulos em ações efetivas na construção de um mundo mais solidário. Somando o entendimento dos usos diferenciais do território e da dialética espacial ao conceito de violência como prática sócio-espacial, à revisão epistemológica de conceitos chaves da Geografia, como o de lugar, região e território, e às possibilidades técnicas do

Geoprocessamento, podemos perceber o quanto a Geografia é uma ciência estratégica no processo de planejamento territorial.

Os mapas foram propositalmente reunidos ao final da dissertação sob o título de **Caderno de Mapas** e organizados de tal forma que pudessem fornecer um caminho lógico de entendimento da dinâmica espacial em Campinas. As referências aos mesmos estão dispersas por todo o texto. O Caderno é, portanto, um esboço do que seria um Atlas da Violência em Campinas.

Nas **Considerações Finais**, apresentamos um esforço de síntese sobre esta complexa relação entre território e violência.

CAPÍTULO 1

A Geografia e o estudo da violência

“É claro que, como o homem é o animal que conseguiu meter-se dentro de si, quando o homem se põe fora de si é que aspira a descer e recai na animalidade. Tal é a cena, sempre idêntica, das épocas em que se diviniza a pura ação. O espaço se povoa de crimes. Perde valor, perde preço a vida dos homens, e se praticam todas as formas da violência e da espoliação.”

(Ortega y Gasset, O Homem e a Gente)

O conceito de violência

Durante boa parte de nossa reflexão, debruçamo-nos sobre uma definição a respeito do conceito de violência. Essa foi uma atividade penosa, mas que trouxe alguns bons resultados. A questão maior, porém, não é a busca de um conceito de violência em si, mas a busca por um conceito que seja interessante à reflexão geográfica sobre o assunto.

Dentro desta discussão, as obras **O estado da paz e a evolução da violência** (CIIP, 2002) e, especialmente, **Sobre a violência**, da filósofa Hannah Arendt (1994), foram muito reveladoras. A primeira sugere uma tipologia em classes de violência, de acordo com seu maior ou menor grau de visibilidade. Seriam elas: as violências visíveis (dos tipos coletivo e institucional), as invisíveis (dos tipos estrutural e cultural) e a violência social como uma situação intermediária, uma violência parcialmente visível.

Para CIIP (2002, p. 33-35), a violência coletiva seria o tipo que se produz quando a sociedade coletivamente, ou por meio de grupos significativamente importantes, participa ativa e declaradamente da violência direta. O caso típico extremo seria a guerra.

Violência institucional ou estatal seria aquela exercida pelas instituições legitimadas para o uso da força quando, na prática de suas prerrogativas, impedem a realização das potencialidades individuais. Ela se diferenciaria da violência estrutural pelo seu menor grau de abstração e, nesse sentido, pela possibilidade de ser atribuída a alguma instituição em particular.

A violência estrutural se manifestaria como um poder desigual sobre a distribuição e utilização dos recursos. Num sentido mais amplo, a fórmula geral que estaria por trás da violência estrutural seria a desigualdade.

A violência cultural seria o tipo de violência exercido por um sujeito reconhecido (individual ou coletivo), caracterizado pela utilização da diferença para inferiorizar, e da assimilação para desconhecer a identidade do outro. Ela aconteceria por meio dos mecanismos de discriminação, inclusive o preconceito contra indivíduos ou grupos. Nela estariam inseridas as violências originadas nas diferenças de gênero e na discriminação a grupos étnicos.

Por fim, os autores identificam um último tipo de violência, a individual. Sua característica fundamental seria o fato de ter origem social e de se manifestar de um modo interpessoal. Incluir-se-iam aqui os chamados fenômenos de segurança civil, tais como as violências anômicas, domésticas e contra as crianças, que implicam a violência direta. Seu

caráter parcialmente visível decorreria de que, apesar de pôr em evidência um tipo de violência direta e pessoal, somente muito recentemente foi considerada parte integrante dos estudos sobre a paz. Nela estariam incluídos tanto os fenômenos de violência não-organizada, atualmente mais visíveis, como os associados à violência comum, e outros menos visíveis, como a violência organizada. Um exemplo disso seriam as ocorrências relacionadas com o narcotráfico.

Já Arendt (1994) traz o conceito de violência através de uma distinção entre este e o conceito de *poder*. Contrariamente ao que muitos imaginam, inclusive teóricos da questão, poder e violência podem ser vistos como conceitos opostos, inversamente proporcionais, ou seja, onde há mais violência há menos poder e vice-versa. Essa tese é defendida pela autora em sua obra lançada no contexto da rebelião estudantil de 1968. Para ela, “a forma extrema do poder é o Todos contra Um e a forma extrema da violência é o Um contra Todos”. Dessa forma a tirania, como já nos ensinava Montesquieu, “é a forma mais violenta e menos poderosa de governo”, e é justamente por não conseguir apoio do povo que ela precisa ser violenta. Assim, uma das distinções entre poder e violência é a de que “o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos” (ARENDT, 1994, p. 35).

Para a autora, “o poder é de fato a essência de todo governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja”. E ela acrescenta que “aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada” (*ibidem*, p. 40).

Desse modo o poder, e não a violência, é um fim em si mesmo. “A violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder”. E “substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto, pois ele é pago não apenas pelo vencido como também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder”. E ela completa que “com a perda do poder torna-se uma tentação substituí-lo pela violência” (*ibidem*, p. 42-43).

Para sistematizar essa tese, a autora faz a distinção entre vários termos, como poder, vigor, força, autoridade e violência, não só por uma questão semântica, mas, sobretudo, por uma questão de método.

Para Hannah Arendt, o *poder* corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto, em grupo. Dessa forma, o poder nunca é propriedade de um indivíduo, mas de um grupo, e só permanece em existência na medida em que esse grupo se conserva unido.⁴

Ela também nos corrige dizendo que, quando falamos de um homem poderoso, estamos usando a palavra *poder* de forma metafórica, porquanto aquilo a que nos referimos sem a metáfora é o *vigor*. Este sempre designa algo no singular, e é a capacidade de um indivíduo de sobrepujar o outro. Mas mesmo o vigor de um indivíduo mais forte sempre pode ser derrotado pelo poder de um grupo.

Segundo a autora, a *força* não deve ser usada como sinônimo de violência, mas limitar-se às forças da natureza ou à força das circunstâncias, isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais.

Já a *autoridade*, termo do qual se abusa com frequência, é o reconhecimento não questionado por aqueles a quem se pede que obedeçam, o que torna desnecessário o uso da coerção ou da persuasão. Ela pode existir entre uma criança e seus pais ou em cargos ou postos hierárquicos, como na Igreja. O maior inimigo da autoridade é o desprezo. O conceito de autoridade é interessante para destacar que a polícia não conseguirá mais respeito da população sendo mais violenta, como podem pensar muitos dos entusiastas do “endurecimento” policial.

Por fim, a *violência* distingue-se por seu caráter instrumental. Ela se aproxima do vigor porque tem o propósito de multiplicar o vigor natural. (ARENDT, 1994, p. 36-37).⁵

Mesmo com essas contribuições, ainda vemos o conceito de violência com uma série de dúvidas. Na verdade, questionamos inclusive se ele seria realmente um conceito ou uma noção⁶, tendo em vista o seu caráter fluido, referindo-se a um número grande de práticas

⁴ “O indivíduo isolado, normalmente, não pode fazer história: suas forças são muito limitadas. Por isso, o problema da organização capaz de levá-lo a multiplicar suas energias e ganhar eficácia é um problema crucial para todo revolucionário.” (KONDER, 1981, p. 76).

⁵ Hannah Arendt traz na obra *A Condição Humana* o início da discussão que viria a fazer no livro *Sobre a Violência*, conforme segue: “Somente a pura violência é muda, e por este motivo a violência, por si só, jamais pode ter grandeza. (...) O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência.” (ARENDT, 1987, p. 35).

⁶ O conceito refere-se à tentativa de se conceber racionalmente alguma coisa ou manifestação da realidade. É um conjunto de reflexões encadeadas e que refletem certa maturação em torno do desafio de reduzir a complexidade da realidade a uma definição científica de algo. Já a noção se refere a uma primeira idéia sobre alguma coisa. Nela, os limites entre a razão e a emoção são menos nítidos. Além disso, a noção mistura concepções científicas com aquelas banais, do senso comum, sobre alguma manifestação da realidade. A diferenciação entre o conceito

diferentes de origens distintas e à quantidade de carga moral e ideológica presente no termo. Percebemos a preocupação de autores como Ortega y Gasset, Boaventura de Sousa Santos e Lênin, no que diz respeito aos conceitos fluidos, de difícil definição. Ortega Y Gasset revela essa preocupação ao tratar do conceito de sociologia e argumenta que a falta de clareza sobre o conceito resulta numa sociologia menor, menos eficaz. Para ele:

A insuficiência da doutrina sociológica que hoje está à disposição de quem procure (...) orientar-se sobre o que é a política, o Estado, o direito, a coletividade e sua relação com o indivíduo, a revolução, a guerra, a justiça, etc., (...) estriba-se em que os próprios sociólogos ainda não analisaram suficientemente a sério (...) os fenômenos sociais elementares. Vem daí que todo esse repertório de conceitos seja impreciso e contraditório (1973, p. 43).

Mais adiante ele diz: “Partamos, pois (...) à procura de idéias claras. Isto é: de verdades” (*ibidem*, p. 55). Mas nós nos perguntamos: existiriam verdades absolutas? Um conceito, por mais claro, objetivo e útil que seja, constitui uma verdade provisória, uma verdade limitada. Milton Santos já nos ensinava que a história é um cemitério de conceitos. E que “sendo histórico, todo conceito se esgota no tempo” (SANTOS, 1997a, p. 10).

Boaventura diz que “à medida que nos aproximamos do fim do século XX as nossas concepções sobre a natureza do capitalismo, do Estado, do poder e do direito tornam-se cada vez mais confusas e contraditórias” (1997, p. 115). Quando o conceito é impreciso, há a abertura para a sua deturpação como acontece no caso do conceito de fome, o qual, por motivos políticos, muitas vezes aparece mascarado como desnutrição ou subnutrição. Mas Lênin (1980, p. 263, vol. 2), citando Engels, já nos alertava: “Esta gente julga que pode mudar uma coisa se lhe mudar o nome”, referindo-se este à confusão proposital que os anarquistas faziam entre autoridade e encargo.

É importante, portanto, não deixar de lado o método hermenêutico, sendo que este é interessante quando o que está em jogo é a história das definições de um conceito. Esse é um passo importante para que conceitos não sejam substituídos por metáforas. Milton Santos (1998, p. 40) destaca que:

À mingua de explicações simples, a imaginação às vezes se encolhe. Daí a atração pelas metáforas. Mas a emergência destas não deve decretar a morte dos conceitos, mas, pelo contrário, exige realçar a tarefa de separar metáfora e conceito, no entendimento do acontecer atual.⁷

e a noção reside na idéia de que o primeiro exprime um pensamento mais elaborado, mas nem por isso mais correto, enquanto a segunda traz a idéia de um pensamento ainda em construção sobre algo. A distinção entre esses dois termos é semelhante àquela que Ortega y Gasset (1999, p. 63, tradução nossa) faz entre o conceito e a sensação. Para ele: “Somente a visão mediante o conceito é uma visão completa; a sensação nos dá unicamente a matéria difusa e mutável de cada objeto; nos dá a impressão das coisas, não as coisas.”

⁷ “Este tempo de paradoxos altera a percepção da História e desorienta os espíritos, abrindo terreno para o reino da metáfora de que hoje se valem os discursos recentes sobre o Tempo e o Espaço.” (SANTOS, 1998, p. 30).

Por outro lado, conforme aponta Konder (1981, p. 51), os conceitos não podem ser extremamente rígidos, tratando a realidade como uma totalidade fechada. Eles precisam ser fluidos para conseguirem dar conta de uma realidade dinâmica. Dessa forma, está posto o desafio: conseguir elaborar conceitos que sejam ao mesmo tempo fluidos, sem ser vagos. Mais uma vez o método dialético se mostra imprescindível.

Buscando as origens do conceito de violência encontramos Aristóteles, o qual a define como qualquer ação contrária à ordem ou à disposição da natureza. Nesse sentido, ele distingue o movimento *segundo a natureza* e o movimento por *violência*: o primeiro leva os elementos ao seu lugar natural; o segundo os afasta. (Abbagnano, 2000).⁸ No atual período em que vivemos, em que o natural é de alguma maneira artificializado, essa definição deve ser vista com cautela, visto que, nessa perspectiva, não haveria prática hoje que não fosse de alguma maneira violenta.

Sorel (1993) distingue os conceitos de *violência* e *força*, sendo o primeiro termo referente ao processo de transformação da sociedade, e o segundo voltado a manter a ordem existente, sendo próprio da sociedade e do estado burguês. Tal distinção é bastante próxima das noções de Utopia e Ideologia levantadas por Mannheim (1982), sendo que, enquanto a primeira se refere a algo revolucionário, a segunda traz idéias mais reacionárias. A violência, portanto, pode ter um caráter inclusive positivo e transformador, conforme também aponta Lênin (1980, p. 235) ao defender o uso da violência para a derrubada da economia da exploração. Aqui, o conceito de força torna mais clara a frase desse autor quando ele diz que: “O Estado é a organização especial da força, é a organização da violência para a repressão de uma classe qualquer” (p. 238). Se nos basearmos em Sorel, o Estado exerceria então a força, e não a violência.

Marx (1996, p. 370) também enxerga o caráter revolucionário da violência ao dizer que “a violência é parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica”.

Além dessas concepções de violência, podemos destacar ainda Michaud (1978, p. 20), o qual defende que:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua

⁸ Odália (1983, p. 14) aponta algo nessa linha ao dizer que “não se pode deixar de reconhecer que uma das condições básicas de sobrevivência do homem, num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais.”

integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Há também a definição de Moraes (1981, p. 25), que diz que:

Violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem o que pode degradar ou causar transtornos à sua integridade psíquica. Resumindo-se: violentar o homem é arrancá-lo da sua dignidade física e mental.

Mas é um outro autor, Galtung (apud CIIP, 2002, p. 24), que nos dá talvez uma das melhores pistas para a conceituação da violência, por ele definida em termos da diferença entre realização e potencialidade: “A violência está presente quando os seres humanos são persuadidos de tal modo que suas realizações efetivas, somáticas e mentais, ficam abaixo de suas realizações potenciais”. Moraes (1981, p. 24) e Odália (1983, p. 86) referem-se a algo semelhante, sendo que, para o primeiro, a violência “não é, portanto, algo definido pelo certo e o errado, mas apenas uma coisa ou situação que nos torna necessariamente ameaçados em nossa integridade pessoal ou que nos expropria de nós mesmos” e, para o segundo, “toda a vez que o sentimento que experimento é o de privação, o de que determinadas coisas me estão sendo negadas, sem razões sólidas e fundamentadas, posso estar seguro de que uma violência está sendo cometida”.

Ainda na discussão sobre definições, o próprio conceito de violência urbana precisa ser repensado. Definir o urbano não é uma tarefa fácil, e, por consequência, não é fácil definir este tipo de violência próprio das cidades. No período atual, o urbano e o não-urbano frequentemente se misturam, tornando cada vez mais tênue a fronteira que os separa. Portanto, o termo violência urbana não se refere, necessariamente, a algo mais específico que o termo violência.

De qualquer forma, é imprescindível que a relação entre a violência e o urbano seja vista como um híbrido, e não como um reflexo, conforme quer Francisco Filho (2003, p. 48). Para este autor, o espaço é visto como um palco das ações humanas, conforme pode-se perceber quando ele diz que: “Falar em violência, e estabelecer sua geografia, é entender como o crime adquire uma organização, uma estruturação própria que faz o seu reflexo no espaço urbano se sentir presente. A cidade é o reflexo da sociedade.” Entendemos, porém, que a cidade, na verdade, não é apenas um reflexo da sociedade, ela é a própria sociedade.

Outras violências, ou, as verdadeiras violências

Vale lembrar ainda que considerar apenas algumas ações, tais como homicídios, roubos, furtos e estupros, como atos violentos pode ser uma perspectiva reacionária e não dialética, se não são consideradas inúmeras outras formas de violência menos explícitas e, até por isso, mais perversas. Lapierre (apud MORAIS, 1981, p. 3) destaca essa perversidade ao dizer que a brutalidade é a violência dos fracos, e que a violência dos poderosos é calma, fria, segura de si mesma; suas técnicas de opressão são discretas, refinadas e, enfim, terrivelmente eficazes. Muitas vezes um roubo é apenas uma manifestação de resistência dos mais pobres, os quais estão sujeitos a outras formas de violência muito mais graves.⁹

Por que não falar, então, da mais-valia como forma de violência, conforme aponta Marx (1986), ou da perversidade da globalização conforme sugere Santos (1998, 2000) e da violência das privatizações, decorrentes desse processo? E a guerra fiscal, ou guerra dos lugares, não seria também uma violência? Além disso, temos a violência do Estado, sobre a qual Lênin (1980) já nos alertava. Não podemos nos esquecer da violência do urbanismo, marcado pela especulação imobiliária e pela segregação. Ou ainda, por que não falar da violência do dinheiro e da informação (SANTOS, 2000)?

Num período marcado pelo apelo à competitividade, a violência se torna multifacetada, difusa e cotidiana:

Nos tempos presentes, a competitividade toma como discurso o lugar que, no início do século, ocupava o Progresso e, no pós-guerra, o Desenvolvimento. (...) A noção de progresso (...) comportava também a idéia de progresso moral. (...) Mas a busca da competitividade, tal como apresentada por seus defensores – governantes, homens de negócio, funcionários internacionais – parece bastar-se a si mesma, não necessita de qualquer justificativa ética, como, aliás, qualquer outra forma de violência. A competitividade é um outro nome para a guerra, desta vez uma guerra planetária, conduzida na prática, pelas multinacionais, as chancelarias, a burocracia internacional, e como apoio, às vezes ostensivo, de intelectuais de dentro e de fora da Universidade. (SANTOS, 1998, p. 35).

⁹ “Não temos o direito de esperar um comportamento brando por parte das pessoas em um espaço que (...) as aliena dos seus semelhantes e as expropria de si mesmas.” (MORAIS, 1981, p. 45).

“Muitas vezes no Brasil, quando o serviço público não funciona, a reclamação comumente eclode irada, manifesta em formas que, numa leitura rasa, seriam violentas e pouco civilizadas. São na verdade respostas à violência do dinheiro e da informação sobre a vida das pessoas. Eis o caso, por exemplo, das depredações quando do atraso de trens públicos, a danificação de orelhões e o ‘roubo’ de cabos telefônicos. A insatisfação e as reclamações estão presentes no cotidiano dos indivíduos, mesmo que não sejam encaminhadas a algum órgão de defesa do consumidor.” (TOZI, 2005, p. 99).

O conceito de crime

Uma distinção de fundamental importância para este estudo é aquela entre violência e crime. Crime é qualquer infração à lei.¹⁰ É, portanto, um julgamento de uma ação com base em argumentos legais. Considerar a violência como sinônima de crime é reduzir a discussão apenas àqueles atos que a lei prevê. A violência é uma noção mais ampla e mais sutil. Além disso, a confusão não se justifica¹¹ também pelo fato de que nem todos os crimes são necessariamente violentos.

Dornelles (1988, p. 17) percebe a dificuldade de se definir crime ao dizer que:

O que é crime, portanto, continua a ser uma questão de difícil resposta. Não existe um conceito uniforme sobre o crime. O crime pode ser entendido de diversas formas. E cada maneira de explicar o crime vai ser fundamentada a partir de diferentes concepções sobre a vida e o mundo. O crime pode ser visto como uma transgressão à lei, como uma manifestação de anormalidade do criminoso, ou como o produto de um funcionamento inadequado de algumas partes da sociedade (grupos sociais, classes, favelas, etc.). Pode ser visto ainda como um ato de resistência, ou como o resultado de uma correlação de forças em dada sociedade, que passa a definir o que é crime e a selecionar a clientela do sistema penal de acordo com os interesses dos grupos detentores do poder e dos seus interesses econômicos.

Boris Fausto (2001, p. 19) diferencia ainda criminalidade de crime. Para ele: “‘criminalidade’ se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes, ‘crime’ diz respeito ao fenômeno na sua singularidade.”

O Código Penal Brasileiro classifica os crimes em seis grandes grupos, sendo eles: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a propriedade material, crimes contra a organização do trabalho, crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos e crimes contra os costumes. Os dois primeiros grupos são aqueles mais responsáveis pela sensação de medo a que a sociedade está submetida. O primeiro agrupa os crimes em que a atenção do criminoso está voltada diretamente contra a vítima, como homicídios, lesões, estupros. No segundo, o alvo do crime é algo material, mesmo que a

¹⁰ Para Thomaz Hobbes (apud FELIX 2002, p. 8) um crime é um pecado que comete aquele que, por atos ou palavras, faz o que a lei proíbe ou se abstém de fazer algo que ela ordena.

¹¹ Ferraz (1994, p. 17) não se preocupa com as distinções entre os conceitos ao dizer que “pelo termo genérico de ‘violência’ designamos aqui todos os atos lesivos aos interesses individuais e sociais, que sejam eles reconhecidos pelo direito, ou não. Tais atos são conhecidos por uma variedade de designações como: agressão, crime, guerra, estupro, destruição da propriedade pública e privada, de plantas etc.”. Tal confusão pode ser um grande risco a uma análise que se pretenda profunda e transformadora.

pessoa indiretamente seja violentada, como no caso de um seqüestro-relâmpago. Entre os crimes contra o patrimônio estão incluídos os roubos e os furtos, entre outros atos.¹²

Obviamente, como qualquer tipologia, essa divisão proposta pelo código penal brasileiro também está sujeita a incorreções. Caldeira (2000, p. 113) chama-nos a atenção para o fato de que o código penal considera o estupro como crime contra os costumes e não contra as pessoas. Isso indica o quanto as normas contêm ranços dos preconceitos presentes na sociedade que as cria.

Quanto às origens do crime e da violência não há muito consenso entre os cientistas sociais. Yazigi (2000, p. 247) diz que:

As origens da violência ainda não têm unanimidade absoluta de explicação. Mesmo porque há violências e violências, nem todas com a mesma causa – o que sem dúvida sugere políticas diferenciadas na sua prevenção. Segundo muitos analistas, as causas estariam no desemprego, na desestruturação familiar, na pobreza, nas drogas (sem excluir o forte papel do álcool) e na impunidade.

Na mesma linha, Aidar (2002, p. 139), em seu estudo sobre Campinas, defende que:

O acentuado aumento dos índices de violência urbana, observado no município e em seus diferentes espaços urbanos, deve ser tratado como um fenômeno complexo, onde a conjugação dos diversos fatores não pode ser explicada de maneira simplista e linear por alguns indicadores socioeconômicos e demográficos.

Concordamos plenamente com Foucault (1987, p. 240) quando ele diz que:

Não há então natureza criminosa, mas jogos de força que, segundo a classe a que pertencem os indivíduos, os conduzirão ao poder ou à prisão: pobres, os magistrados de hoje sem dúvida povoariam os campos de trabalhos forçados; os forçados, se fossem bem nascidos, “tomariam assento nos tribunais e aí distribuiriam justiça”.

Dornelles (1988, p. 15) compartilha desta reflexão quando defende que:

O crime (...) não aparece como uma conduta inerente à natureza anormal de alguns indivíduos. Ao contrário, é uma realidade variável, no tempo e no espaço, é relativo e marcado por aspectos sócio-culturais.

Por esses motivos, consideramos válida a ressalva de Boris Fausto (2001, p. 119) quando ele prefere o termo tema, e não motivo do crime. Segundo o autor, “‘motivo’ denota uma linearidade causal que não dá conta do complexo de desejos, impulsos, racionalizações capazes de gerar uma conduta agressiva”.

Esses argumentos trazem importantes referências para outra discussão fundamental que trata dos limites entre legalidade e ilegalidade.

¹² O mapa 28, à página 106, mostra a configuração dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio em Campinas.

Legalidade e ilegalidade

A discussão do conceito de crime precisa ser necessariamente acompanhada do debate sobre o que é o *legal* e o que é o *legítimo*. Quando falamos em crime estamos falando daquilo que inflige à lei, ou seja, o ilegal. As leis, porém, são construções sociais criadas por grupos, na maioria das vezes hegemônicos. Por isso, nem sempre o que é legal é legítimo e nem sempre o que é ilegal é ilegítimo. Porém, é necessária a ressalva de que a concepção de legitimidade também é social e dependente do lugar, da classe, do grupo e dos interesses daqueles que avaliam a situação em questão.

Dornelles (1988, p. 18) nos lembra que:

Expectativas sociais que se tornaram normas sociais podem, ou não, se transformar em lei, em normas impostas pelo poder. Dessa maneira, a determinação de uma conduta como desviante não a torna necessariamente transgressora de norma jurídica ou criminosa. Como pode também ocorrer o inverso: uma conduta que é definida legalmente como criminosa e que socialmente passa a ser tolerada e aceita como normal.

Essa discussão nos remete a outra, também necessária, que diz respeito à complexa fronteira entre legalidade e ilegalidade (RIBEIRO, 2005) e a como esse limite é flexível quando o que está em discussão são os atos cometidos por agentes hegemônicos.¹³ Como nos alerta Foucault (1987, p. 230), “a lei e a justiça não hesitam em proclamar sua necessária dessimetria de classe”.

Felix (2002, p. 8) faz algo próximo ao lembrar que existem leis criadas para atender ao interesse de classes específicas. A legalidade, portanto, não pode ser o ponto de partida para as discussões sobre a justiça urbana.

Essa mesma autora aponta ainda três outros pontos importantes para esta reflexão: o primeiro é que crimes como o homicídio, por exemplo, são aceitos em algumas sociedades sob a forma de pena de morte ou eutanásia. Portanto, há ações que são consideradas como crimes em algumas sociedades e que não são consideradas em outras. O segundo é que há conflitos entre concepções individuais de vida e as coletivas impostas, remetendo-nos um ao embate freudiano entre id, ego e superego, esse último se referindo à consciência coletiva, à moral (FIORI, 1981). Por fim, segundo ela, não há crime natural, ou seja, delitos reprovados

¹³ “Como a história da polícia e as políticas recentes de segurança pública claramente indicam, os limites entre legal e ilegal são instáveis e mal definidos e mudam continuamente a fim de legalizar abusos anteriores e legitimar outros novos.” (CALDEIRA, 2000, p. 142).

em todas as sociedades e todos os tempos.¹⁴ A noção de crime é uma criação social e, como qualquer fato social (ORTEGA Y GASSET, 1973), é referente a um período e a um território específico.

Milton Santos (2002a, p. 81) traz uma reflexão que contribui para esta discussão ao dizer que “cada homem vale pelo lugar em que está”. Trazendo esta idéia para a questão da violência percebemos o quanto a imprensa dá destaque, por exemplo, a homicídios envolvendo pessoas de bairros ricos, enquanto as inúmeras mortes dos bairros mais pobres acabam se tornando uma banalidade diária.

Kosik (1974, p. 215) também ressalta o caráter relativo do crime ao dizer que: “A ‘verdade’ da história, a sua concreticidade e plasticidade, pluridimensionalidade e realidade consistem em que uma mesma ação pode ser ao mesmo tempo assassinato e ato de heroísmo.”¹⁵ Portanto, a justiça não é cega. Ou melhor, ela se faz de cega, visto que enxerga bem a qual classe dever servir.

Para Foucault (1987, p. 249):

Nesta sociedade panóptica, cuja defesa onipresente é o encarceramento, o delinquente não está fora da lei; mas desde o início, dentro dela, na própria essência da lei ou pelo menos bem no meio desses mecanismos que fazem passar insensivelmente da disciplina à lei, do desvio à infração.

Para Zanotelli (2002, p. 52) “a definição de crime é sempre conjuntural e está submetida a uma estrutura social que usa da lei para punir aqueles que não se encontram dentro das normas”.

Machado (1996, p. 33) ressalta como também no tráfico internacional de drogas legalidade e ilegalidade andam juntas e profundamente imbricadas:

Esse conjunto de fatores aponta para a complexidade da rede de tráfico de drogas ilícitas e indica que o poder da indústria da droga pode ser atribuído aos vínculos existentes entre esse grande negócio e práticas espaciais, econômicas e políticas legítimas.

¹⁴ “O crime não é um fenômeno igual em todas as sociedades e em todos os momentos históricos” (DORNELLES, 1988, p. 41).

Marcelo Souza (1996, p. 424) destaca algo semelhante ao dizer que “não se tem notícia, na história da humanidade, de sociedades onde o uso de substâncias psicoativas (...) fosse inteiramente desconhecido. (...) Historicamente a valorização negativa ou positiva dessas substâncias é determinada por variações culturais e de mentalidade, sem esquecer do papel dos interesses econômicos e políticos.”

Lênin (1980, p. 183) também nos lembra que o assassinato de um escravo por muito tempo não foi considerado crime.

¹⁵ “Do ponto de vista da técnica e da execução, o ato de matar um homem é um serviço simples. O punhal, a espada, o machado, a metralhadora, as pistolas, as bombas, são instrumentos de eficácia comprovada. Mas o ‘serviço simples’ se complica assim que passamos da ‘execução’ para a ‘avaliação’, da ‘técnica’ para a ‘sociedade’. Quem mata por motivos pessoais, com suas próprias mãos e como particular, é um assassino. Quem mata por ordem superior e no ‘interesse da sociedade’ não é um assassino.” (KOSIK, 1976, p. 214).

Por fim, Guimarães (2003, p. 27), em seu estudo sobre educação e violência, destaca que “nas escolas as técnicas disciplinares fazem com que as pessoas aceitem o poder de punir e de serem punidas, tornando essa prática natural e legítima”. Essa é uma das maneiras pela qual o ato de punir se torna um uso.

O uso

A discussão que Ortega y Gasset (1973) faz sobre o conceito de uso muito pode contribuir para a reflexão sobre crime e sobre legitimidade. Esse autor defende que para que a sociologia trabalhe com conceitos consistentes ela deve partir da idéia de fato social. Este, diferentemente do fato humano, não é individual, mas “ao contrário, aparece enquanto estamos em relação com os outros homens. (...) O social é um fato, não da vida humana, mas algo que surge na convivência humana” (p. 46). Mas nem todas as relações entre homens constituem um fato social: “uma relação de pai para filho não é necessariamente um fato social mas o cumprimento é, pois não é algo feito por causa de uma original vontade do indivíduo” (p. 47). Ele ainda destaca que “os fatos sociais têm origem em todos e em ninguém” (p. 47) e que “os usos não são dos indivíduos mas da sociedade” (p. 229).

Quando o fato social se torna um costume, um hábito, ele vira um uso: “O que pensamos ou dizemos porque ‘se’ diz; o que fazemos porque ‘se’ faz costuma chamar-se uso¹⁶ (...) Os usos são formas de comportamento humano que o indivíduo adota e cumpre porque, de um modo ou de outro, em uma ou outra medida não tem mais remédio. (...) Os usos são irracionais” (p. 48). Voltando à questão do crime, o abuso seria a contravenção do uso (p. 225).

Não fazemos uma ação que se tornou um uso, apenas porque ela é freqüente, porque todos a fazem, mas sim porque se não a fizermos seremos punidos: “O uso me aparece como a ameaça presente em meu espírito de uma eventual violência. O uso é uma ameaça dos demais e quando eu o faço viro um dos demais” (*ibidem*, p. 231). E essa violência não parte de nenhum sujeito determinado. Quando tentamos não fazer o usual “se levanta um poder mais forte que o nosso” (p. 231). Essa idéia de poder é condizente com a da filósofa Hannah Arendt, quando esta diz que o poder corresponde à habilidade humana de agir em grupo. Mas

¹⁶ A noção de “uso” de Ortega y Gasset é próxima à idéia de “conveniências” de Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 49), as quais seriam “regras do uso social, enquanto o social é o espaço do outro, e o ponto médio da posição de pessoa enquanto ser público”.

Ortega Y Gasset chama a atenção de que o uso nem sempre nasce de acordos e nem sempre nasce da maioria. Uma minoria influente determina usos. (p. 243).

Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 55) mostram concepções semelhantes quando dizem que:

O usuário, ser imediatamente social apanhado em uma rede relacional pública, que ele não controla totalmente, é intimidado por sinais que lhe intimam a ordem secreta de comportar-se conforme as exigências da conveniência. Esta ocupa o lugar da lei, lei enunciada diretamente pelo coletivo social que é o bairro, do qual nenhum dos usuários é convidado a submeter-se para possibilitar, simplesmente, a vida cotidiana. O nível simbólico vem a ser apenas aquele onde nasce a legitimação mais poderosa do contrato social que é, no seu coração, a vida cotidiana: e as diversas maneiras de falar, de se apresentar, em suma, de manifestar-se no campo social, outra coisa não são senão que o assalto indefinido de um sujeito 'público' para tomar lugar entre os seus.

Dessa maneira, podemos notar o quanto o conceito de crime está ligado ao conceito de uso. O crime é uma infração a uma norma social, a um uso institucionalizado na forma de lei. Dessa forma, o crime seria um abuso, ou seja, uma afronta ao uso formalizado.

Odália (1983, p. 20) diz que “uma vez estabelecida, a norma parece ganhar sua própria legitimidade e se impõe naturalmente, de maneira que fica aberto o caminho para a punição toda vez que ela é transgredida.” Portanto, ela vira um uso.

O conceito de uso nos remete à discussão sobre os acordos formais e informais que existem nos lugares. Incentiva-nos, por consequência, a um maior entendimento do conceito de solidariedade.

As solidariedades geográficas e a violência

É o sociólogo Durkheim (1978) quem fundamenta a noção de solidariedade social, a qual, segundo ele, seria o ponto de partida para a organização em sociedade. O seu oposto seria a anomia, a ausência de normas de convivência, a desorganização social. O seu sentido aqui é o de “laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes, (...) de dependência recíproca” (SOLIDARIEDADE, 1995). Portanto, não envolve uma conotação moral, mas diz respeito às relações de interdependência mantidas entre os indivíduos, empresas, instituições, ou seja, à “realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum.” (SANTOS, 1999a, p. 132).

Durkheim (1978) identifica duas formas de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A primeira diz respeito à identificação do indivíduo com o grupo social ao qual pertence, ou seja, baseia-se nas semelhanças entre indivíduos. É devido a ela que um indivíduo enfurecido, na maioria das vezes, não age de forma extremamente violenta, matando aquele que o desagradou. Existe uma série de normas formais e informais que o impedem de exercer tal

ação. Não é só porque sabe que terá de responder à lei que ele não pratica o ato, mas porque existem outras maneiras informais de controle social que o coagem a não praticá-lo. Ele sabe que será julgado pela sociedade e que esta o discriminará por ter agido de forma contrária aos usos, ou seja, por ter cometido um abuso. Porém, não apenas o superego irá coagi-lo. Ele também será julgado pela sua própria consciência, seu ego, o que não deixa de ser um atributo social, uma solidariedade mecânica, visto que muitos dos valores individuais também podem ser vistos como fatos sociais, pois eles nascem de uma organização e vida em sociedade.

Já a solidariedade orgânica fundamenta-se justamente na diferença, pois trata da complementaridade dada entre indivíduos através da divisão do trabalho. Um indivíduo, hoje, dificilmente conseguiria sobreviver isolado ou “fora” da sociedade, visto que a divisão do trabalho é algo histórico, social, fazendo-nos cada vez mais dependentes dela. Ao propor essas duas solidariedades, Durkheim está obviamente fazendo uma divisão analítica, sendo que as duas realidades não passam de uma só.

Mas a divisão do trabalho no atual período, de unicidade técnica planetária (SANTOS, 1999a, p. 154), mundialização das relações e especialização dos lugares, não é apenas social, mas também territorial. A divisão territorial do trabalho não é exclusividade do período atual, sendo que já existia desde o período mercantilista, mas é profundamente acentuada no momento presente. Dessa forma, para haver essa divisão, é necessário um “cimento” que organize as relações, o que justifica falarmos também em solidariedades não só sociais, mas, sobretudo, geográficas.

Milton Santos (1994; 1998) propõe duas formas de solidariedade geográfica: uma orgânica e outra organizacional. A solidariedade orgânica relaciona-se com uma ordem local e baseia-se nas contigüidades espaciais, ou seja, nas horizontalidades. Seu surgimento é espontâneo, o que a contrapõe à organizacional, a qual tem um caráter muito mais deliberado. A solidariedade organizacional está, por sua vez, atrelada à razão global, às verticalidades, tendo como sustentação um sistema de objetos esparsos dispostos em rede e apresentando como principal característica a informação.

Castillo, Toledo e Andrade (1997) sugerem ainda uma terceira forma de solidariedade geográfica, a institucional. Esta seria dada pelas normas e ações políticas nas escalas do Município, das Unidades Federadas e do Estado-nação. Tal solidariedade explicita a existência da guerra fiscal ou, ainda, da guerra dos lugares (SANTOS, 2002b, p. 87), as quais não deixam de ser formas de violência estrutural (CIIP, 2002), e que têm implicações nas

condições de vida da população, podendo ser fontes de desigualdades e, portanto, geradoras de outras formas de violência.

Podemos agora articular os conceitos de solidariedade geográfica com o par poder/violência proposto por Arendt. Como vimos, o poder nasce do grupo, enquanto a violência é um atributo individual, baseando-se em instrumentos. Poder, então, é sinônimo de capacidade de articulação. O conceito de solidariedade também trabalha com essa mesma noção de articulação. Portanto, por um silogismo simples, solidariedades geográficas são sinônimas de poder.

Com esse raciocínio fica mais claro entendermos, por exemplo, qual é a fonte de poder do narcotráfico¹⁷. Ao que tudo indica, um importante promotor de violência no Brasil e na cidade de Campinas.¹⁸ Ele não é poderoso por ser violento, mas, ao contrário, por ser capaz de se articular, ou seja, de criar solidariedades tanto orgânicas – por exemplo, junto a alguns policiais da região, aos moradores de uma favela – quanto organizacionais – junto a grandes empresários, políticos, autoridades policiais, banqueiros, interligados em redes pelo mundo.

Na verdade, a maior articulação desse tipo de crime se dá no âmbito organizacional. Na escala do lugar, o narcotráfico muitas vezes se mostra menos organizado do que se imagina, tendo, por isso, que recorrer à violência para fazer valer sua vontade.¹⁹ Ele é, portanto, mais violento localmente, na escala do varejo e mais poderoso organizacionalmente, nas atividades de importação e exportação de drogas no atacado e na lavagem de dinheiro.²⁰

Nessa mesma linha, podemos entender o poder das organizações criminosas dentro dos presídios. A cada dia ficamos impressionados com as matérias veiculadas nos jornais, mostrando a atuação de presos que continuam praticando ações criminosas mesmo estando

¹⁷ Machado (1996, p. 18) nos adverte da imprecisão do termo “narcotráfico”, comumente usado para designar o tráfico internacional de drogas. Segundo ela, o uso é incorreto, porque o amplo espectro de tipos de droga inclui narcóticos e.g. heroína, estimulantes e.g. cocaína, depressivos, e.g. álcool etc.

¹⁸ Segundo dados fornecidos pelo Disque-Denúncia - R.M.C. 890, das 1792 denúncias recebidas entre 01/01/04 e 31/07/04, ou seja, 49,7 %, referiam-se a assuntos cujo tema era o tráfico de drogas. Veja a tabela completa no anexo A, à página 123.

¹⁹ Souza (1996, p. 435), ao falar do Rio de Janeiro, traz informações que podem ser interessantes também para o entendimento da violência em Campinas. Para ele, “duas evidências empíricas do relativamente baixo nível de organização do tráfico de drogas carioca no âmbito do tráfico baseado em favelas são suas extremas pulverização e violência. (...) Força bruta e a intimidação parecem ser as únicas maneiras de evitar traições.”

²⁰ “‘Lavagem de dinheiro’ ou ‘branqueamento de dinheiro’ é como se denomina o processo mediante o qual o dinheiro obtido por meios ilegais passa à condição de legítimo ou tem suas origens ilegais mascaradas.” (MACHADO, 1996, p. 17).

encarcerados.²¹ Mas em que se baseia o poder desses homens? Na violência? Nas poucas armas que têm? Acreditamos que não. A principal arma dos presidiários é o seu poder de articulação. Muitas vezes, eles se articulam com os próprios agentes carcerários ou com seus advogados particulares, os quais ficam responsáveis por levar e trazer informações, armas, dinheiro. É esse mesmo raciocínio que nos leva a crer que os bloqueadores de celulares em presídios sejam uma grande ilusão, visto que bastam alguns acordos para que os celulares passem a funcionar livremente nesses locais. O celular, sim, é a grande arma dos presidiários. Esse é um dos argumentos que nos permitem defender que não existe presídio de segurança máxima ou, pelo menos, que segurança máxima não é um atributo puramente técnico, mas também político.

No caso de Campinas, percebe-se que seu território, com o surgimento de pólos tecnológicos e da especialização técnica, passa a responder mais ao mundo que ao lugar, inserindo-se numa solidariedade organizacional baseada em redes materiais e imateriais que atravessam o município. Mas as redes são seletivas, o que cria nos seus interstícios uma condição de abandono. Essa situação aumenta a abertura para que o crime organizado produza nos lugares suas próprias solidariedades orgânicas.

Estas solidariedades orgânicas criadas pelo crime organizado são apenas um ponto de partida para que as organizações criminosas se fortaleçam ao criarem ou ao se inserirem em solidariedades organizacionais complexas, envolvendo partes diversas do território nacional, além de outros países.²²

A parcela organizacional do crime organizado é aquela mais articulada, mais poderosa e menos violenta. Já a parcela orgânica, ao contrário do que pensam muitos especialistas, é menos articulada e, por isso mesmo, mais violenta. Marcelo Souza (1996, p. 455) diz que “é preciso frisar que as relações entre os traficantes da favela e a população favelada estão muito

²¹ Em 18 de fevereiro de 2001, presidiários do Primeiro Comando da Capital – PCC articularam uma rebelião simultânea em 29 presídios paulistas, utilizando basicamente aparelhos celulares.

²² “A ‘economia das drogas’ é um fenômeno assaz multiescalar, manifestando-se em níveis tão distintos quanto o das redes internacionais do crime organizado, em um extremo, e o de uma favela de alguma cidade brasileira, de outro. É, outrossim, um fenômeno que envolve inúmeras atividades e tipos de atores sociais.” (SOUZA, 1996, p. 426).

“O cerne dessa questão é que o comércio de drogas ilícitas tem o caráter de atividade transnacional, opera em escala global, mas seus lucros dependem da localização geográfica dos lugares de produção e de consumo, da existência de fronteiras nacionais e da legislação da cada estado nacional.” (MACHADO, 1996, p. 30).

longe da harmonia muitas vezes sugerida pela mídia e pela polícia, e até mesmo por certos analistas.”²³

Tentar desarticular essa parte organizacional do crime é algo extremamente complicado e que as autoridades policiais vêm se mostrando incapazes de fazer. O que vemos é a polícia direcionando os seus esforços apenas na parcela orgânica e violenta do crime. É o embate da violência do crime contra a violência da polícia, o qual, além de trazer poucos resultados, apenas serve para promover mais violência.

Uma solução mais coerente seria a de tentar diminuir a eficiência das articulações organizacionais do crime organizado e, ao mesmo tempo, investir na retomada da cidadania, no fortalecimento das solidariedades orgânicas cidadãs, não deixando espaço para que o crime produza suas próprias solidariedades nos lugares.

Tudo isso nos leva a defender que a solução para a violência não está na repressão exagerada nem em se trancafiar em condomínios fechados ou investir em carros blindados e, muito menos, em colocar câmeras de vídeo pelos bairros, à moda dos *reality shows*. A solução vai muito mais no sentido de promover ações que gerem mais articulações, e não mais violência. É preciso, portanto, retomar as solidariedades orgânicas perdidas nos lugares.

O conceito de solidariedades geográficas traz uma das várias possibilidades de se abordar a discussão da violência a partir de um viés geográfico. A reflexão mais profunda, porém, deve partir do conceito de território usado e da discussão sobre a dialética espacial. Este último conceito escancara a violência estrutural proveniente dos usos corporativos do território.

²³ “A postura paternalista dos traficantes pode alternar-se com uma brutal tirania, onde casas de moradores são requisitadas por razões estratégicas, os próprios traficantes se apossam de mulheres alheias, o ‘toque de recolher’ e diversas proibições são decretadas.” (SOUZA, 1996, p. 457).

CAPÍTULO 2

O Território Usado e a Dialética Espacial

*“Tudo o que procuro acho / eu pude vê neste crima
quem tem o Brasí de Baxo / e o Brasí de Cima
Brasí de Baxo, coitado! / É um pobre danado
O de Cima tem cartaz / Um do ôtro é bem diferente
Brasí de Cima é pra frente / Brasí de baxo é pra trás”
(Patativa do Assaré)*

Uma abordagem que pretenda ser mais do que apenas um conjunto de constatações sobre o fenômeno da violência e se atreva a tentar atingir algumas compreensões precisa considerar a importância da dialética espacial em suas análises. Retomando a tipologia proposta em CIIP (2002), percebemos que a violência estrutural é o grande motor das demais formas de violência. É por esse motivo que entender as desigualdades espaciais torna-se um desafio difícil, porém necessário para se entender a violência a partir de um viés geográfico.

Da dialética à dialética espacial

O conceito de dialética vem sendo empregado, na história da filosofia, com significados diversos, partindo da noção de “arte do diálogo” na Grécia Antiga, passando pelo conceito idealista de Hegel como síntese dos opostos, e chegando à formulação da dialética por Marx (KONDER, 1981). Löwy (1985) destaca três elementos essenciais ao método dialético: o movimento perpétuo de transformação permanente das coisas, a totalidade e a contradição.

O primeiro elemento da dialética chama nossa atenção para a submissão dos fatos sociais ao tempo. Tudo é historicamente delimitado e historicamente limitado, inclusive as noções e os conceitos. A própria idéia de violência e também a sua institucionalização na forma de crime são espacial e historicamente determinadas. Atos antigamente aceitos hoje são severamente condenados, e vice-versa. O homicídio, forma extrema de violência, já foi permitido em tempos atrás, especialmente quando a vítima era um escravo. Atualmente é condenado, sendo essa condenação ainda hoje geograficamente relativa, visto que, em muitos territórios, a pena de morte é aceita. Traduzindo esse primeiro princípio em método geográfico, fica clara a importância de se fazer uso da periodização na análise geográfica e a relevância de conceitos que dão conta dos processos espaciais, como o de formação sócio-espacial (SANTOS, 1979b).

O segundo elemento nos diz que não devemos perder de vista em nossas análises o princípio da totalidade. A totalidade não é entendida aqui como totalidade da realidade, até porque isso é algo inatingível. “A totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem.” (KONDER, 1981, p. 37). Ou, conforme nos ensina Kosik (1976, p. 35), “na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”.

A totalidade significa “a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (LÖWY, 1985, p. 16). Dessa maneira, a violência nunca será compreendida se não a relacionarmos com o movimento do todo. E o ponto de partida para o estudo da totalidade dentro da Geografia é o conceito de território usado (SANTOS *et al.* 2000a).

O terceiro elemento diz respeito à noção de contradição presente no conceito de dialética. Baseamo-nos aqui não na proposta idealista de Hegel, mas na sua releitura, feita por Marx, entendendo as contradições como atributos de classes, como um embate constante entre ideologias e utopias. (MANNHEIM, 1982).²⁴

Mas o embate dos contraditórios, presente no método dialético, prevê também certa coerência entre eles, conforme nos ensina Peet (1975). Esse autor mostra-nos como a desigualdade é fator intrínseco ao capitalismo e como este depende da existência de classes desiguais para existir como tal. Há, portanto, uma contradição coerente: ao mesmo tempo em que é contraditório em relação aos interesses das classes que o compõem, o capitalismo é coerente porque depende dessa contradição para existir; é, portanto, ao mesmo tempo desigual e combinado (SANTOS, 1999a, p. 101).

Sabemos, porém, que a sociedade não paira sobre um espaço, tido como palco das ações humanas. A sociedade é espaço, um híbrido. Por isso podemos falar em dialética espacial, visto que as desigualdades se concretizam em paisagens, lugares, regiões, territórios desiguais e combinados. Do arsenal de conceitos próprios da Geografia, talvez o de território usado seja o que melhor dê conta dos elementos sugeridos pelo método dialético.

O território usado

*“O território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros.”
(Milton Santos, O País Distorcido)*

A importância do método dialético para a Geografia torna-se mais evidente com a utilização do conceito de território usado.²⁵ Este contém, em si, algumas idéias fundamentais para quando o interesse é entender a totalidade e propor intervenções que contemplem a maior parte da população.

²⁴ “A totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrárias.” (KOSIK, 1976, p. 51).

²⁵ “O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado.” (SANTOS, 1999b, p. 15).

A primeira delas é que o território usado dá conta da idéia de processo, vendo não um espaço estagnado, mas um espaço em constante mutação. Ele é “tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (SANTOS *et al.*, 2000a, p. 2).

A segunda é que o conceito leva em consideração o princípio da totalidade, na medida em que ele trata de forma indissociada tanto da materialidade (os objetos) quanto das ações. Para Karel Kosik (1976, p. 20) “a realidade social dos homens se cria como a união dialética de sujeito e objeto.” Hannah Arendt (1987, p. 17) também traz algumas idéias aderentes a essa noção de hibridez entre espaço e sociedade quando diz que:

Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. (...) As coisas que devem sua existência aos homens também condicionam os seus atores humanos. (...) A objetividade do mundo – o seu caráter de coisa ou objeto – e a condição humana complementam-se uma à outra: por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes não fossem condicionantes da existência humana.

Por fim, o território usado é um conceito que contempla a idéia de contradição e coerência²⁶, tendo em vista que envolve todos os agentes, tantos os hegemônicos quanto os hegemonizados, permitindo-nos lidar com a multiplicidade que vai desde os pobres aos empresários, governos, narcotraficantes, etc. Ele conduz à idéia de espaço banal, ou seja, o espaço de todos, todo o espaço. (SANTOS, 1999a, retomando o conceito de François Perroux).²⁷

O conceito dá conta, portanto, dos três elementos da dialética anteriormente citados, pois envolve a noção de processo, de contradição coerente e de totalidade, esta última, permitindo um interessante diálogo entre o conceito de território usado e o de lugar, ponto de materialização das ações, inclusive daquelas ditas violentas.

Quando pensamos na questão da violência, um dos aprendizados que o conceito de território usado nos traz é o de que a violência não pode ser vista como uma totalidade em si, mas como um recorte, apenas para fins analíticos, da realidade. Daí não se falar em uma geografia da violência e, menos ainda, de uma geografia do crime.

²⁶ “O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS *et al.*, 2000, p.3).

²⁷ “A idéia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha terreno nas disciplinas territoriais: noção de rede. (...) Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns.” (SANTOS, 2005, p. 139).

Um outro conceito esclarecedor no que tange à dialética espacial e que também abarca os três elementos citados é o de alienação do território.

A alienação do território

A questão da alienação não é recente, tendo sido já estudada por Marx (1996) em relação ao trabalho.²⁸ Dentro da geografia, ela surge com Max Sorre (1961, p. 274) como *paisagem derivada*. Para ele, essas paisagens seriam “sobretudo, resultadas da transferência de emigrantes europeus”. Por isso, ao tratar da relação entre a história dos países industriais e a dos países subdesenvolvidos, ele formula a idéia de uma paisagem cuja origem é dada por uma cultura externa ao lugar, tendo essa abordagem um caráter fortemente histórico.

Milton Santos (1971, p. 104) faz uma releitura desse conceito, transformando-o em *espaço derivado*. Uma primeira diferenciação é evidente na mudança do termo *paisagem* para *espaço*, pois o autor percebeu que não apenas as formas são derivadas, mas também o espaço como instância, o que inclui as funções, os processos e as estruturas. Diz ele:

A cada necessidade imposta pelo sistema em vigor, a resposta foi encontrada, nos países subdesenvolvidos, pela criação de uma nova região ou a transformação das regiões preexistentes. É o que chamamos espaço derivado, cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais.

Nesse sentido, não concordamos quando Ferraz (1994, p. 56) diz que “nas sociedades urbanas de hoje, não se pode mais falar em forças externas ao ambiente as causadoras do desequilíbrio social”. Pelo contrário, para o entendimento do atual período é fundamental que levemos em conta essa noção de (des)organização dada por um vetor externo, visto que agora a derivação é não somente histórica, mas também constante no tempo presente.

Por sua vez, Hidelbert Isnard (1979, p. 55) lança o conceito de *espaço alienado*, trazendo uma idéia mais forte não só da noção de derivação, mas de verdadeira alienação de espaços em relação aos vetores externos que sobre eles agem. Para ele:

Espaços alienados são regiões que devem ao exterior não só a sua criação e a sua integração no mercado mundial mas ainda a sobrevivência da sua organização, enfim regiões cuja população indígena jamais controla e que até os próprios poderes públicos dificilmente controlam.

²⁸ Leandro Konder (1981, p. 24) nos ensina que é com o trabalho que o ser humano se desgruda da natureza. Isso mostra o caráter dialético do conceito pois, ao mesmo tempo em que o trabalho liberta, também faz com que o homem seja explorado pelo próprio homem.

Porém, se considerarmos o espaço geográfico como instância da sociedade, portanto, como abstração, podemos dizer que não é ele quem se aliena, mas sim que são os territórios, as regiões e os lugares que o fazem.

Talvez por isso Cataia (2001, p. 221) proponha o conceito não de espaços, mas de territórios alienados. Ele diz:

De nossa parte, propõe-se o conceito de “territórios alienados” para designar aqueles municípios que prepararam o seu chão com obras de engenharia e normas, receberam investimentos empresariais e tornaram-se reféns das políticas empresariais. Há empresas transnacionais economicamente mais poderosas que territórios nacionais inteiros. É mais comum ainda encontrarmos empresas que dominam as políticas locais.

Incorporando as reflexões de Marx, Max Sorre, Milton Santos, Hidelbert Isnard e Márcio Cataia, além das considerações sobre a dialética já feitas, propomos aqui o conceito de *territórios derivados e alienados*. Derivados no sentido de que eles pertencem a uma lógica, a do capitalismo, e alienados pelo fato de estarem, ao mesmo tempo, contraditoriamente fora dessa lógica. Como exemplo empírico dessa constatação podemos citar qualquer bairro pobre de uma grande cidade, onde os moradores estão fora da lógica de políticas públicas do governo, não tendo acesso a uma infra-estrutura básica, mas ao mesmo tempo estão dentro da lógica capitalista por serem mão-de-obra barata, ou seja, exército de reserva. Portanto, não se deve confundir o conceito de alienação com as contestáveis noções de inclusão e exclusão.

A própria alienação do território não deixa de ser uma forma de violência, invisível, mas cruel. Porém, a alienação do território não é o mesmo que alienação das pessoas. Os pobres podem habitar territórios alienados e, mesmo assim, serem profundamente revolucionários. Milton Santos (1999a, p. 260) aponta que “quem, na cidade, tem mobilidade, acaba por ver pouco da cidade”. Ou seja, são estes os que na verdade se alienam.

O conceito de alienação torna-se importante ao estudar a formação territorial brasileira, alienada desde a colonização portuguesa e particularmente interessante ao estudar Campinas. Este município é um exemplo de território alienado no sentido de que as lógicas que o regem dizem muito mais respeito aos interesses mundiais do que locais.²⁹ Milton Santos (1978, p. 22) diz que:

²⁹ “A formação socioeconômica é realmente uma totalidade. Não obstante, quando sua evolução é governada diretamente de fora, sem a participação do povo envolvido, a estrutura prevalecente – uma armação na qual as ações se localizam – não é a da nação, mas sim a estrutura global do sistema capitalista. As formas introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial.” (SANTOS, 2003, p. 202).

De fato, se há crise, trata-se de uma crise global, sendo a crise urbana, apenas um epicentro. As condições nas quais os países que comandam a economia mundial exercem sua ação sobre os países da periferia, criam uma forma de organização da economia, da sociedade e do espaço, uma transferência de civilização, cujas bases principais não dependem dos países atingidos.

Em outro momento, o mesmo autor diz também que “as horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos. (...) As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes.” (SANTOS, 1998, p. 54, grifo nosso). E também que “hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica estranha, uma nova fonte de alienação.” (p. 112)

Mas, mesmo com todos esses processos produtores de alienação, a dialética espacial permite-nos vislumbrar um método revolucionário à medida que ela não entende a realidade como algo imutável, mas como algo passível de transformação. Na dialética, o absoluto é uma criação histórica.

Utilizar o método dialético permite, então, que a violência seja vista não de uma forma dualista, uma discussão entre o bem e o mal ou entre inclusão e exclusão, ou ainda, como uma associação simplista entre pobreza e violência, mas sim como fruto de usos contraditórios e coerentes do território, da contraposição entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1998, 1999a), entre espaços opacos e espaços luminosos.³⁰

Uma fronteira, dois territórios.

Vivemos no atual período técnico-científico e informacional (SANTOS, 1999a), um acirramento da dialética espacial, quando, mais do que nunca, a realidade nos aparece, sob diversos aspectos, de forma paradoxal. A existência dessas desigualdades espaciais tem um fator histórico na sua explicação, dada pela formação sócio-espacial, mas também um atributo do presente, visto que os eventos (SANTOS, 1999b), ou seja, as modernizações, as verticalidades, a flecha do tempo nos dizeres de Sartre (1966) não atingem o território em sua totalidade, mas de forma seletiva, elegendo pontos preferenciais.

No atual período técnico-científico e informacional, esses eventos grande parte das vezes são traduzidos na configuração territorial sob a forma de redes. Mas, como essas redes

³⁰ “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição os espaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos.” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 264).

são também seletivas, elas deixam interstícios, ou seja, pontos obscuros aos quais as políticas públicas, as infra-estruturas necessárias para a cidadania não chegam.

Essa dialética é dada então pelo embate entre um território de espaços luminosos e um outro, de espaços opacos. O primeiro é o da fluidez, da densidade de objetos técnicos, dos agentes que mandam; o segundo, o oposto, o da viscosidade, da rarefação, dos agentes que obedecem. Segundo Milton Santos (1998, p. 79):

À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infra-estrutura e sequiosas de rápida mobilização, opõe-se a maior parte da aglomeração onde os tempos são lentos, adaptados às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que, também, aparecem como zonas de resistência.

Há, portanto, um embate dialético entre horizontalidades e verticalidades:

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e de seu discurso pragmático, criando um cotidiano obediente. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada, o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 1998 p. 93).

Neste período de “globalização perversa” (SANTOS, 2000) vemos a cada dia o território sendo preparado, tanto material como juridicamente, para satisfazer a interesses do mercado. O Estado, por sua vez, vem abdicando cada vez mais do seu caráter executor, voltando-se a um perfil mais regulador. O encargo é deixado nas mãos das empresas, as quais, obviamente, não agem segundo o interesse público, mas de forma seletiva, buscando o lucro máximo. Milton Santos (1997b, p. 19) aponta que:

A translação do poder do Estado para as empresas tem consequências extraordinárias, já que se espera dos Estados e dos municípios que façam um mínimo de política, voltando-se para o bem estar comum. Da empresa, não: a empresa vangloria-se de dar um salário àquele que trabalha, mas ela não tem preocupações gerais. Suas preocupações são obrigatoriamente particularistas, o que tem a ver com a própria natureza do fenômeno empresarial, sobretudo no mundo da competitividade.

O terceiro setor, por sua vez, também tem interesses específicos e poucas condições para atender a todas as necessidades da nação. Surge, dessa forma, uma grande lacuna que vem sendo ocupada pelos poderes chamados “informais”, como acontece com o crime organizado.³¹

A dialética permite também uma interpretação mais refinada do que a simples relação entre pobreza e violência. Concordamos com Yazigi (2000, p. 247) quando ele diz que “tem-se notado que quanto maior o capital social, menor o conflito, o que permite explicar a

³¹ Vale destacar que, na verdade, há muito de “formal” no crime organizado, visto que ele se baseia em relações e atos não só dos traficantes, mas também em atividades bancárias (lavagem de dinheiro), nas ações de políticos e empresários.

violência não unicamente pela pobreza, isto é, numa relação mecanicista. O que há é um conjunto de fatores.”

Morais (1981 p. 33) compartilha desta idéia ao dizer que:

As autoridades policiais e os jornalistas costumam afirmar que nos bairros pobres da periferia é onde a violência é mais crua e deflagrada. Isto não quer dizer que os pobres são, naturalmente, mais violentos. Quer isto significar que o grau de impotência que lhes foi imposto acua-os de tal forma que, em certos momentos, só os atos de violência se apresentam para eles como alternativa de liberação e sobrevivência.

Para Caldeira (2000, p. 89), “a confusão entre pessoas pobres e criminosos pode ter sérias conseqüências, considerando-se que a polícia também opera com os mesmos estereótipos.” E ela completa (p. 134):

Na verdade, se a desigualdade é um fator explicativo importante, não é pelo fato de a pobreza estar correlacionada diretamente com a criminalidade, mas sim porque ela reproduz a vitimização e a criminalização dos pobres, o desrespeito aos seus direitos e a sua falta de acesso à justiça.

Com o intuito de destacar as áreas mais pobres e carentes de infra-estrutura de Campinas e de identificar a latente desigualdade espacial do município, alguns mapas foram construídos, os quais podem ser vistos no Caderno de Mapas (p. 92). Os mapas 7 e 8 (p. 96) localizam as favelas e ocupações, segundo dados da Secretaria de Habitação de Campinas. O mapa 9 (p. 97) traz uma informação um pouco diferente, pois trabalha com o conceito de “aglomerações subnormais” do IBGE. Este instituto entende como aglomerações subnormais aquelas favelas e ocupações que reúnem um mínimo de 51 famílias. Por este motivo, esses dados diferem dos da Secretaria de Habitação. Segundo esta última, em Campinas haveria 157 mil pessoas vivendo sob estas condições, enquanto para o IBGE seriam 128 mil.

Os mapas 10 (p. 97), 11 e 12 (p. 98) mostram o quanto é nítida a existência de “dois territórios” quando o tema analisado é a Educação. Por fim, os mapas 13 e 14 (p. 99) colaboram para evidenciar essas disparidades dentro de uma única fronteira municipal. O mapa 13 traz a informação dos domicílios que não contam com banheiros, o que pode ser um bom indicador da qualidade das habitações destas áreas, e o mapa 14 revela a altíssima desigualdade de renda dos habitantes de Campinas.

Mas, para que esta análise não seja apenas descritiva e se pretenda compreensiva, é preciso levar em consideração outros conceitos que nos ajudem a entender essa situação apresentada pelos mapas. Nesse sentido, os conceitos de lugar e cotidiano aparecem com uma indispensável contribuição. A dialética espacial nos ensina que é no lugar que as manifestações de violência se concretizam, mas é também nele que elas são combatidas. É preciso então entender as articulações cotidianas de contra-violência que se criam nos lugares.

CAPÍTULO 3

Lugar, Cotidiano e Violência

“E eu me esquecia do acaso da circunstância, o bom tempo ou a tempestade, o sol ou o frio, o amanhecer ou o anoitecer, o gosto dos morangos ou o abandono, a mensagem, ouvida a meias, a manchete dos jornais, a voz ao telefone, a conversa mais anódina, o homem e a mulher anônimos, tudo aquilo que fala, rumoreja, passa, aflora, vem ao nosso encontro.”

(Jacques Sojcher, Le Démarche Poétique)

“A rua arranca as pessoas do isolamento e da insociabilidade. Teatro espontâneo, terreno de jogos sem regras precisas, e por isto mais interessantes, lugar de encontros e solitudes múltiplas – materiais, culturais, espirituais, a rua resta indispensável.”

(Eduardo Yazigi. O Mundo das Calçadas)

O lugar

O lugar é a materialização da idéia abstrata de território usado (SOUZA, 2005). É o verdadeiro espaço da ação, pois é nele que os eventos se tornam materialidades. O lugar é um misto de verticalidades e horizontalidades, pois tanto abrange os nós das redes, os pontos das solidariedades organizacionais, como também abriga as solidariedades orgânicas, que são a sua marca.³²

Enganam-se aqueles que pensam que estudar o lugar é uma tarefa mais fácil do que estudar as regiões ou territórios nacionais. Milton Santos (1998, p. 68) nos alerta que a teorização do lugar não é menos importante que a teorização do universo, mais ampla e mais fácil. Estudar o lugar é estudar a dimensão mais complexa do espaço geográfico.

Este mesmo autor (1999a, p. 131) define o lugar como um espaço do acontecer solidário. Este acontecer é classificado por ele em três tipos: homólogo (quando há a realização de ações comuns), complementar (quando uma ação é complemento da outra) e hierárquico (quando há ações subordinadas a outras ações). “O acontecer homólogo e o complementar supõem uma extensão contínua enquanto o hierárquico pode ser pontual” (p. 133). Os dois primeiros são a marca do lugar, visto que este recorte pressupõe continuidade, ou seja, uma horizontalidade, e seus sentidos muito se aproximam do conceito de solidariedade orgânica, já citado.

O cotidiano

Para entender melhor o significado do acontecer solidário, o conceito de cotidiano mostra-se muito útil. Vamos entendê-lo aqui como a prática diária das inter-relações sócio-espaciais, ou seja, das solidariedades. Ele não é atributo de um indivíduo, mas é um “fato social” (ORTEGA Y GASSET, 1973). É uma instância da sociedade no sentido de que “a vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho individual e físico.” (HELLER, 2000, p. 17). Para Karel Kosik (1976, p. 70) a cotidianidade é “o mundo da intimidade, da familiaridade e das ações banais.”

³² “Cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca de eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho. Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando.” (SANTOS, 1998, p. 18).

O cotidiano é a “quinta dimensão do espaço banal” (SANTOS, 1999a, p. 257). Ele é a materialização do tempo da globalização. Milton Santos (1998, p. 82) afirma que “há apenas um relógio mundial, mas não um tempo mundial.” Isso se dá porque cada lugar tem seu tempo, sua forma de transformar o relógio mundial em tempo local ou, em outras palavras, em cotidiano.³³

O cotidiano é um conceito dialético³⁴ no sentido de que ao mesmo tempo em que traz uma noção de rotina, de repetição, também carrega uma idéia de criatividade, de improvisação. Ele é simultaneamente repetitivo e inventivo. Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 31) apontam esta noção de repetição quando dizem que:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.³⁵

Milton Santos (1999a, p. 261) apresenta a outra faceta do cotidiano ao defender que:

Na cidade “luminosa”, moderna, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõe, superpõe e contrapõe ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas “opacas”. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores.

E Agnes Heller (2000, p. 38) completa que “a estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, não é de modo nenhum necessariamente alienada”.

Trabalhar com a idéia de cotidiano é, portanto, também trabalhar com o imprevisível. O documentário “Prisioneiro da Grade de Ferro (Auto-Retratos)”, do diretor Paulo

³³ “O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo. (...) Os espaços luminosos da metrópole, os espaços da racionalidade, é que são, de fato, os espaços opacos. (...) No entanto, encorajada pela mídia, a ciência social (e nela, a urbanologia) dá realce aos temas de horror, quando na metrópole já acontecem fenômenos de enorme conteúdo teleológico, apontando para um futuro diferente e melhor. Nosso esforço deve ser o de buscar entender os mecanismos dessa nova solidariedade, fundada nos tempos lentos da metrópole e que desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade.” (SANTOS, 1998, p. 83).

³⁴ “A cotidianidade é o mundo fenomênico em que a realidade se manifesta de um certo modo e ao mesmo tempo se esconde.” (KOSIK, 1976, p. 72).

³⁵ Mas os mesmos autores também destacam o caráter inventivo do cotidiano quando dizem que: “Nossas categorias de saber ainda são muito rústicas e nossos modelos de análise por demais elaborados para permitirmos imaginar a incrível abundância inventiva das práticas cotidianas. É lastimável constatá-lo: quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artifícios dos ‘obscuros heróis’ do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas. Como tudo isto é admirável!” (CERTEAU, GIARD E MAYOL, 1996, p. 342).

Sacramento (PRISIONEIRO, 2003), traz um ótimo exemplo de como a rotina e a repetição podem ser um convite à criatividade. Nesse documentário, os próprios presos se filmam dentro do extinto Complexo Penitenciário do Carandiru, em São Paulo. Em um momento do filme, um dos encarcerados explica sua tática para fazer tatuagens nos outros presos e conseguir remuneração com essa atividade³⁶:

Essa peça aqui é um motor de toca-fitas, então eu ponho ela num cabo de escova, prendo, arrumo uma caneta “quilométrica” ponho o biquinho do isqueiro aqui, dentro. Isso aqui é um araminho de caderno. Com esse arame eu fixo a agulha. Ponho essa peça aqui que é de caneta, carga de caneta também. E tá pronta pra funcionar!

Esta cena nos remete à passagem de Certeau (1994, p. 178) ao lembrar Chaplin: “Charlie Chaplin multiplica as possibilidades de sua brincadeira: faz outras coisas com a mesma coisa e ultrapassa os limites que as determinações do objeto fixavam para o seu uso.” O prisioneiro age da mesma forma que Chaplin ao refuncionalizar formas pensadas para outros usos.

Com esse exemplo fica mais fácil entender quando Agnes Heller (2000, p. 24) diz que “a vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas” e especialmente quando Certeau (1994, p. 47) diz que “sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas”.

Certeau traz nessa obra um par de conceitos interessantes no entendimento dessa relação entre o previsível e o imprevisível, que são os conceitos de estratégia e de tática. A estratégia é uma ação planejada, estudada. Já a tática seria a arte do imprevisto, a capacidade de inventar utilizando o que se tem à mão.

Para o autor, as “táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e os prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição” (*ibidem*, p. 47). E ele completa:

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez e movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc. (*ibidem*, p. 102).

As táticas se aproximariam da idéia de solidariedades orgânicas, enquanto as estratégias possuiriam certa afinidade com as organizacionais. Esse par de conceitos é interessante tanto para se repensar o planejamento territorial, o qual se baseia em estratégias,

³⁶ Ver imagem no Anexo B, à página 124.

quanto para entender a resistência que ocorre nos lugares.³⁷ Conforme o próprio Certeau (*ibidem*, p. 101), “em suma, a tática é a arte do fraco”. Ou, como quer Milton Santos (1998, p. 38), “a base da ação reativa é o espaço compartilhado no cotidiano”.

A existência das táticas nos leva a acreditar que, mesmo neste período marcado pelas redes, a proximidade e o contato não perdem importância.³⁸ Pelo contrário, eles se tornam fundamentais. Essa afirmação fica mais clara quando se contrapõe a esfera *informacional* à *comunicacional*. Para Milton Santos (1999a, p. 261), “a razão universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso, prima a informação que, aliás, é sinônimo de organização. No segundo caso, prima a comunicação.” Ou ainda: “diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos”.

O informacional é uma esfera mediada pelas tecnologias da informação. Já o comunicacional não.³⁹ Esta esfera é marcada pela proximidade e pelas solidariedades orgânicas e é também uma das marcas do cotidiano. “O cotidiano é imediato, localmente vivido (...) é a garantia da comunicação” (SANTOS, 1999a, p. 273).

O bairro

Juntamente com a distinção sobre o que é lugar, o estudo da violência pela Geografia nos indica a importância de se entender a noção do que seja o bairro. Primeiramente, vale dizer que o bairro, assim como o lugar, nem sempre tem uma delimitação espacial definida. Como o lugar é a espacialização do cotidiano, seus limites serão variáveis em função da área de abrangência dos agentes envolvidos. Na maior parte dos municípios brasileiros as prefeituras acabam adotando na administração outras regionalizações ao invés dos bairros.⁴⁰

A idéia de bairro possui certa aproximação ao conceito de lugar, diferindo no ponto em que a primeira traz mais a noção de contigüidade territorial e de estabilidade enquanto o segundo refere-se aos acontecimentos cotidianos e é, por isso, mais mutável.

³⁷ “A ruptura, o excepcional já fazem parte do cotidiano, estão integrados a ele como forma de garantir ao homem a idéia de transformação da vida e de seu espaço de vida” (BALBIM, 2003, p. 184).

³⁸ “A realidade da proximidade ganha contornos particulares num contexto de profunda fragmentação e produção corporativa do espaço, associado à imobilidade relativa de seus habitantes.” (BALBIM, 2003, p. 178).

³⁹ “Nossas relações com outros homens e com a sociedade são cada vez mais distantes e indiretas. São sempre mediatizadas por formas e instituições que camuflam o fato de que numa sociedade de homens, o elemento essencial são as relações entre eles.” (ODÁLIA, 1983, p. 33).

⁴⁰ No caso de Campinas é utilizada a divisão por UTBs. Ver mapa à página 108.

A maior importância de se trabalhar com o conceito de bairro deve-se à relevância das relações que acontecem em seu interior, na prática cotidiana. O bairro é o local dos encontros aleatórios, “é o espaço de uma relação com o outro como ser social” (CERTEAU, GIARD e MAYOUL, 1996, p. 43). O bairro seria então o local “onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos, uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” (p. 39).

Difícilmente uma pessoa comete um crime no próprio bairro em que mora. Essa assertiva vale também para Campinas, conforme nos indicam os mapas 15 (p. 100) e 17 (p. 101). Enquanto o primeiro mapa mostra os homicídios pelo local em que eles realmente ocorreram, o segundo traz a informação da residência das vítimas. A comparação entre os dois mapas mostra o quanto eles se assemelham.

Uma das razões para o fato das pessoas evitarem cometer crimes em seus próprios bairros pode estar no conceito de conveniência:

A conveniência é grosso modo comparável ao sistema de “caixinha” (ou “vaquinha”): representa, no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse “preço a pagar” (saber “comportar-se”, ser “conveniente”), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana (CERTEAU, GIARD e MAYOUL, 1996, p. 39). “O bairro é um universo social que não aprecia muito a transgressão; esta é incompatível com a suposta transparência da vida cotidiana” (p. 50).

O conceito de conveniência e a idéia de bairro levam ao entendimento da importância do chamado policiamento comunitário. Robert Putnam (1995) diz que:

O assim chamado movimento de policiamento comunitário, que desempenhou um papel importante em reformas recentes em todo o país, baseia-se na evidência empírica de que o controle social informal é muito mais eficaz do que a polícia para reduzir a criminalidade e a violência. (...) Quando a negociação política e econômica está fundada em redes densas de interação social, reduzem-se os incentivos para o oportunismo. (...) Elas ampliam o sentido da individualidade, desdobrando o eu em nós.

Gurr (1979, p. 370) reforça essa idéia ao dizer que:

Estudos sobre criminalidade em sociedades modernas mostram que as instituições da ordem (polícia, legislação criminal, tribunais e prisões) podem reprimir o crime comum apenas se reforçarem outras forças sociais que estejam se movendo na mesma direção.

Na contramão das conveniências

O lugar e o cotidiano são as instâncias maiores da co-presença, do encontro, da espontaneidade e da criatividade que só o acaso é capaz de gerar. Porém, o urbanismo recente vem criando novas formas cujas intencionalidades vão justamente de encontro a essas idéias. São formas que priorizam a segregação, a homogeneidade e a monotonia. Ao invés de um

incentivo a um cotidiano heterogêneo e revolucionário, o que vemos é um incentivo a práticas de isolamento através das construções de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2002).⁴¹

Não bastassem essas novas formas, vemos também o surgimento rápido de novas técnicas de vigilância⁴², sendo as câmeras o exemplo mais ilustrativo. Tais objetos devem ser analisados de forma dialética, pois, juntamente com o suposto benefício que eles podem trazer, geram uma série de novas formas de comportamento que incentivam os preconceitos, a segregação e as neuroses urbanas. São verdadeiros panópticos⁴³ (FOUCAULT, 1987).

Porém, à medida que essas formas inibem a co-presença, elas acabam inibindo e restringindo as trocas e os encontros.⁴⁴ E esta segregação diminui as possibilidades de articulação entre os habitantes de um bairro, visto que o isolamento significa a perda do poder à medida que diminui a capacidade de ação em conjunto. Abrem-se então os caminhos para a violência. Teresa Caldeira (1996) constata que justamente “as cidades segregadas, cidades de guetos, são reconhecidamente as cidades mais violentas.”⁴⁵

O papel da polícia

Vários autores, desde Lênin (1980) a Boaventura de Souza Santos (1997), nos mostram como o Estado surge não como um estágio superior da sociedade, conforme queria Hegel, mas como uma instituição de manutenção do *status quo* dos agentes hegemônicos. E a polícia não é nada mais do que um órgão do Estado, cujo objetivo é manter essa ordem. Ortega Y Gasset (1973, p. 253) nos diz que “para regular o atrito dos desconhecidos na

⁴¹ “Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais.” (CALDEIRA, 2000, p. 11).

“O resultado são condomínios residenciais fechados; ruas e vilas residenciais fechadas; bolsões residenciais; centros empresariais; shopping centers; clubes desportivos e sociais, públicos ou privados, de acesso limitado e altamente controlado.” (YAZIGI, 2000, p. 246).

⁴² “Se é verdade que por toda a parte se estende e precisa a rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que a sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneira de fazer’ forma a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados’?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio política.” (CERTEAU, 1994, p. 41).

⁴³ Segundo Michel Foucault (1987, p. 166) o efeito mais importante do panóptico é “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura um funcionamento automático do poder.”

⁴⁴ “Quanto menos copresença existir, mais exclusão caracterizará a sociedade e o lugar em questão.” (BALBIM, 2000, p. 224).

⁴⁵ “Na cidade de muros não há tolerância para o outro ou pelo diferente.” (CALDEIRA, 2000, P. 313).

cidade, e sobretudo na grande cidade, houve mister que se criasse na sociedade um uso mais peremptório, energético e preciso: este uso é, lisa e plenamente, a polícia, os agentes de segurança, os guardas.”

Dalmo Dallari (1977, p. 38), por sua vez, ao refazer a história da polícia militar em São Paulo nos mostra como ela, desde sua origem, tem como papel central o de servir às oligarquias, passando para segundo plano o interesse público. Trazendo esta discussão para o momento presente e o atual papel das polícias, vê-se que essa situação pouco mudou. Ela continua servindo a uma parcela específica da sociedade.

Atualmente, no Brasil, há dois principais corpos policiais, formados pela política militar e pela polícia civil. A primeira corporação tem o papel de exercer o policiamento ostensivo e trabalha mais na repressão ao crime. Ela está organizada em batalhões, os quais cobrem grandes áreas do Estado. Já a polícia civil está encarregada do policiamento administrativo e judiciário, organizando-se em distritos, os quais cobrem áreas mais restritas do território municipal. Ambas estão sob autoridade das Secretarias de Segurança Pública dos Estados. Além destas duas corporações, inúmeros municípios brasileiros possuem também uma guarda municipal, cuja função principal seria a de zelar pelo patrimônio público.

No caso de Campinas, os mapas 25 e 26 (p. 105) mostram a distribuição dos distritos da polícia civil e suas respectivas sedes. Em 20 de dezembro de 2004 foi inaugurada uma nova sede, a do 13º distrito policial de Campinas. Apesar da necessidade urgente de melhoria do aparato policial nas regiões sudoeste e oeste, conforme apontam os mapas sobre homicídios (p. 100, 101 e 107) e da alta concentração populacional nessas áreas, conforme o mapa 6 (p. 95), a nova sede foi construída justamente no bairro Cambuí, um dos mais ricos (mapa 14, p. 99) e que conta com uma das maiores concentrações de agentes de segurança privada da cidade. O mapa 27 (p. 106) traz um procedimento de sobreposição de informações, algo relativamente simples dentro da prática do Geoprocessamento, mas bastante interessante para as análises geográficas. Ele confronta a distribuição das sedes dos distritos, inclusive com a construção da 13ª, ao mapa de rendimentos dos responsáveis por domicílio. Fica assim evidente o poder de barganha desses agentes hegemônicos e a quem serve a polícia civil no município.

O medo

“A racionalização da sociedade moderna se faz acompanhar da perda da razão.”

(Karel Kosik, A dialética do Concreto)

Outro elemento interessante para a análise da violência e do papel da polícia é a respeito de indagação: quem tem medo de quem na cidade? A parcela mais rica do município tem medo dos pobres, e até por isso constroem uma série de objetos para evitá-los, além de terem o corpo policial voltado para defender os seus interesses. Já os pobres têm, justamente, medo da polícia.⁴⁶

Esse medo da polícia é fruto basicamente da violência policial e das arbitragens cometidas por essas corporações. Por este motivo, é de fundamental importância destacar que segurança pública não é necessariamente o oposto de violência.

Além disso, ricos e pobres temem crimes diferentes. Enquanto os ricos se assustam com o grande número de seqüestros-relâmpago da cidade (mapa 20, p. 102), os pobres têm medo dos constantes homicídios que acontecem às suas voltas (mapas 15, 16, 17, 29 e 30).

É preciso, então, considerar o *medo* nesta discussão geográfica, visto que, mesmo estando em um período marcado pela racionalidade, é justamente o medo, um atributo altamente subjetivo e do âmbito da emoção e não da razão, que aparece como a justificativa para a implantação de novos objetos técnicos, do incentivo ao “endurecimento” da polícia ou, em outras palavras, o aumento da violência policial.⁴⁷

O medo, este fator subjetivo, vem dialeticamente⁴⁸ se tornando a razão e a justificativa de uma série de ações no período atual. A questão ambiental, por exemplo, tem na exploração do medo das catástrofes um dos seus maiores trunfos políticos, para não falar do medo do

⁴⁶ Chico Buarque na canção “Acorda Amor” nos presentia com sua perspicácia quando, ao invés de dizer “chame a polícia”, como seria o usual, prefere dizer “chame o ladrão”.

⁴⁷ “Algumas reações em particular – como a criminalidade – podem, por seu turno, conduzir a reações por parte do aparelho de Estado ou de segmentos da sociedade que contribuem para agravar e não para minorar o quadro de tensões (intensificação da repressão policial e aumento dos preconceitos contra a população pobre) configurando assim um feedback positivo, um círculo vicioso.” (SOUZA, 1996, p. 422).

⁴⁸ Ao mesmo tempo em que o medo pode ser entendido como um mecanismo de defesa, tendo um caráter mais racional, ele pode ser profundamente irracional, baseando-se apenas em emoções. Meu medo de avião, por exemplo, não é racional, por mais que me provem estatisticamente que este é o meio de transporte mais seguro que existe.

terrorismo justificando inúmeras práticas imperialistas e autoritárias do governo norte-americano do presidente Bush.⁴⁹

Caldeira (2000, p. 9) diz que:

Nas duas últimas décadas, em cidades tão diversas como São Paulo, Los Angeles, Johannesburgo, Buenos Aires, Budapeste, Cidade do México e Miami, diferentes grupos sociais, especialmente das classes mais altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar tanto novas tecnologias de exclusão social quanto sua retirada dos bairros tradicionais dessas cidades.

Para piorar ainda mais a situação, temos a mídia trabalhando no sentido de reforçar esta condição de insegurança e ajudando a legitimar uma série de ações que, na verdade, só ajudam a agravar esta sensação generalizada de incertezas. Para Milton Santos (1988, p. 22), “se antes a natureza podia criar o medo, hoje é o medo que cria a natureza mediática e falsa, uma parte da natureza sendo apresentada como se fosse o Todo. (...) Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado”. E Caldeira (2000, p. 27) completa que “a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada.”

O medo se tornou não só uma justificativa, como também uma lucrativa atividade econômica, criando o que podemos chamar de uma “indústria do medo”. Conforme informações cedidas pelo presidente do Sindicato da Categoria Profissional dos Empregados e de Trabalhadores em Vigilância e Segurança Privada / Conexos e Similares de Campinas e Região (SINDIVIGILÂNCIA CAMPINAS), Sr. Geizo Araújo de Souza⁵⁰, no Brasil, existem 1.600 empresas legalizadas, estimando-se existirem outras 4.500 clandestinas, as quais exercem a atividade de segurança privada sem autorização do Ministério da Justiça, tendo envolvidos, em sua maioria, policiais que trabalham no chamado “bico”, mesmo correndo riscos de exoneração pelo Governo do Estado. No Estado de São Paulo atuam 410 empresas legalizadas (com cerca de 95.000 a 100.000 funcionários vigilantes portadores de formação específica na área), sendo que 138 delas atuam na cidade de Campinas e região da base territorial do

⁴⁹ Dallari (1977, p. 69) mostra que utilizar o medo como justificativa política não é exclusividade do governo norte-americano: “Como tem ocorrido sempre que se instala uma nova ditadura na América Latina, também em 1937 foram alegadas razões de segurança, usando-se como pretexto a necessidade de um governo forte para proteger as liberdades individuais. É o paradoxo que se tem repetido sempre: sufoca-se a liberdade para proteger a liberdade”.

⁵⁰ Informações enviadas por e-mail em 17 de setembro de 2004. Ver documento completo no anexo C, à página 125.

Sindicato (contabilizando entre 8.000 e 9.000 vigilantes)⁵¹. Em 2003, a segurança privada movimentou cerca de R\$ 8,5 bilhões, e no Estado de São Paulo cerca de R\$ 2,4 bilhões.

Nossa tese é a de que a segurança privada vem aumentar a disparidade em relação a quem faz uso da segurança no Brasil. Não bastasse a segurança pública já trabalhar para os agentes hegemônicos, surgem também empresas privadas para atender a esta mesma parcela da população. Dessa forma, os pobres se vêem duplamente abandonados, tendo que, muitas vezes, ser coniventes com as formas de segurança fornecidas pelo crime organizado.

Esse movimento de privatização da segurança pública faz parte de outro maior de privatização generalizada que vem se dando no Brasil. O cidadão perde espaço, entrando em cena apenas aqueles que conseguem atingir o nível de consumidor⁵² (SANTOS, 2002a).

A dialética se faz importante ao mostrar que essas novas ações e objetos que ameaçam as solidariedades orgânicas acabam sendo, na verdade, promotoras e não redutoras de violência. Retomando-se o conceito de poder proposto por Arendt, isso fica mais claro, pois o isolamento reduz o poder, visto que diminui as possibilidades de existência de pactos, de ações em conjunto, deixando espaço para a violência.

E conforme Sueli Felix (2002, p. 119) nos alerta: “o medo do crime reduz as atividades sociais particularmente entre as mulheres e os mais velhos e, uma sociedade menos ativa comunitariamente está mais vulnerável à criminalidade”. Esta sociedade que prima pelo individualismo, que incentiva as práticas segregadoras, que constrói cotidianos limitados não poderia ser outra coisa senão violenta.

Quais seriam, então, os motivos pelos quais chegamos a essa situação de segregação e medo exacerbados? Por que Brasil e, em especial, Campinas chegaram a esse estágio? Para alcançar essa compreensão, o método dialético nos ensina que é impossível entender o momento presente partindo dele mesmo. É preciso fazer um resgate histórico dos usos do território que propiciaram essa situação. Daí a importância fundamental do conceito de formação sócio-espacial. (SANTOS, 1979b).

⁵¹ A área de atuação do SINDIVIGILÂNCIA CAMPINAS envolve 30 municípios, sendo eles: Campinas, Águas de Lindóia, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Atibaia, Cosmópolis, Elias Fausto, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Jaguariúna, Lindóia, Louveira, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Monte Alegre do Sul, Monte - Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antonio de Posse, Serra Negra, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

⁵² A mudança de cidadão para consumidor não deixa de ser uma forma de violência. Se lembrarmos da definição de Galtung (apud CIIP, 2002, p. 24), de que há violência quando não há liberdade, veremos que essa transformação é violenta no sentido de restringir a alguns poucos consumidores o direito da reclamação. O PROCON e os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SACs) tomam a vez.

CAPÍTULO 4

Uma formação sócio-espacial corporativa e fragmentada

*“O momento passado está morto como ‘tempo’,
não porém como ‘espaço’.”
(Milton Santos. Pensando o Espaço do Homem)*

A formação sócio-espacial

Para o entendimento das relações entre o mundo e o lugar e para a compreensão da relação existente entre o conceito de uso proposto por Ortega y Gasset (1973) e o de território usado de Milton Santos (SANTOS *et al.* 2000a), é preciso que tratemos do conceito de formação sócio-espacial. Este conceito vem de uma releitura que Milton Santos, em *Espaço e Sociedade* (1979b), faz do conceito de Marx de formação econômica e social, o qual se refere ao modo de produção empiricizado em uma sociedade definida e em um período histórico definido. Para Santos, “o modo de produção seria um gênero cujas formações sociais seriam as espécies; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada” (SANTOS, 1979b, p. 13).⁵³

Mas esse autor completa dizendo que não existe formação econômica e social desprendida do espaço: “modo de produção, formação social e espaço – essas três categorias são interdependentes” (*ibidem*, p. 14). Para ele, tratar apenas de formação econômica e social é aceitar a dualidade espaço e sociedade. Ele então pergunta:

Como pudemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. (...) De fato, é de formações sócio-espaciais que se trata (*ibidem*, p. 19).

A formação sócio-espacial é constituída de um conjunto de formas-conteúdo em constante processo de refuncionalização. Milton Santos mostra que Marx já destacava esse atributo do espaço: “tudo o que é resultado da produção é, ao mesmo tempo, uma pré-condição da produção”, ou ainda, “Cada pré-condição da produção social é, ao mesmo tempo, seu resultado, e cada um de seus resultados aparece simultaneamente como pré-condição” (MARX apud SANTOS, 1979b, p. 19).⁵⁴

Mais tarde, com o livro *A Natureza do Espaço* (1999a, p. 113), Milton Santos adapta um conceito da geomorfologia para dar conta dessas formas presentes, mas com origem no passado e cujas funções, muitas vezes, não são as mesmas do momento de criação do objeto

⁵³ “Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concreto que pareçam, são abstrações. (...) Por isso a formação sócio-espacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país.” (SANTOS, 1999a, p. 107).

⁵⁴ “Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. (...) Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm que se adaptar” (SANTOS, 1979b, p. 16).

técnico: “chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. Portanto, a rugosidade seria o conceito de *uso* aplicado para a forma, para o objeto. Se somarmos rugosidades mais usos temos o território usado:

A formação sócio-espacial é a mediadora entre o Mundo e a Região, o Lugar e entre Mundo e Território. Este papel de mediação não cabe ao “território” em si, mas ao território e ao seu uso, num momento dado, o que supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem, formas altamente usadas e, de outro lado, a existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais (SANTOS, 1999a, p. 270).

Portanto, a dialética existente entre o lugar e o mundo só pode ser compreendida com o entendimento da categoria de análise responsável por essa mediação. Os eventos que vêm do mundo se particularizam nos lugares ao passarem pelo filtro histórico da formação sócio-espacial.

A História como recurso de método

A Geografia é uma ciência do presente. Talvez seja este o motivo de seu destaque como uma área da ciência voltada à ação, ao fazer político. Mas o fato de ter um enfoque no presente não a exclui da responsabilidade de considerar a história no fazer geográfico.

Reconhecer o papel da história não é exatamente o mesmo que aceitar uma “Geografia da História”. Para os geógrafos, a História é um recurso de método, um artifício para se entender o período em que se vive.⁵⁵ Até porque espaço e tempo são um híbrido, um não pode ser entendido sem o outro.

Para Milton Santos (SANTOS, 1996a, p. 57) “a Geografia deve preocupar-se com as relações presididas pela história corrente”. Mas ele destaca que:

É sempre temerário trabalhar unicamente com o presente e somente a partir dele. Mais adequado é buscar compreender o seu processo formativo. Quando nos contentamos com o presente, e partimos dele, corremos o risco de estabelecer uma cadeia causal inadequada que pode comandar o raciocínio numa direção indesejada. (SANTOS, 1995, p. 698).

Daí a necessidade de se fazer uso da periodização, para que espaço e tempo possam ser empiricizados ao mesmo tempo (SANTOS, 1996a, p. 83). Para Maria Adélia de Souza (2005) “a periodização é um instrumental técnico de lida com a totalidade”. Maria Laura

⁵⁵ “As metrópoles ameaçam cair na armadilha da contemporaneidade radical: negação do passado e do futuro por uma afirmação desajuizada de um presente capaz de produzir imediatamente.” (MORAIS, 1981, p 62).

Silveira (1999, p. 22) destaca ainda que “sem a recorrência a uma periodização, apagam-se os processos históricos e corre-se o risco da naturalização dos conteúdos dos conceitos.”

Porém, a periodização, qualquer que seja, é sempre uma redução. Milton Santos (1998, p. 15) nos alerta que “é sempre perigoso buscar reduzir a história a um esquema.” Além disso, não há uma única periodização válida, mas elas “podem ser muitas, em virtude das diversas escalas de observação” (p. 70).

Devemos completar que a periodização que aqui proporemos não será feita tendo como referência somente o tema da violência em Campinas. Como a violência não se explica por si só, seríamos incoerentes com o método proposto se assim fizéssemos. Milton Santos (1997c, p. 22) diz que “o espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada. Sozinha uma variável é inteiramente carente de significado, como o é fora do sistema ao qual pertence.”

Historiadores, economistas e sociólogos já propuseram periodizações para o Brasil muito úteis, mas incompletas no sentido de que levam em conta apenas as relações sociais, deixando de lado a materialidade, o sistema de objetos, o território usado. É nesse sentido que Milton Santos (1999a; SANTOS e SILVEIRA, 2001) propõe uma periodização baseada na sucessão dos meios geográficos no Brasil. Ele identifica três grandes momentos: o meio “natural”, o meio técnico e o meio técnico-científico e informacional.

O primeiro momento seria aquele em que era ainda a natureza quem comandava a maioria das ações humanas. As técnicas e o trabalho eram totalmente associados às dádivas da natureza. Esse é o período do “tempo lento” e que vai do surgimento do homem em sociedade ao advento das máquinas.

O meio técnico surge quando o homem começa a se sobrepor ao “império da natureza” através da construção de sistemas técnicos. As máquinas (ferrovias, portos, telégrafos) são incorporadas ao território, mas de forma seletiva, sendo este meio caracterizado pelas desigualdades regionais. Dessa forma, o progresso técnico era geograficamente circunscrito, instalando-se em poucos países e regiões.

Após a segunda guerra mundial até a década de 70 temos um período de transição que podemos considerar como sendo o meio técnico-científico. É o período da tecnociência, ou seja, é quando a ciência passa a estar intrinsecamente ligada à técnica e regida pelas leis do mercado.

A partir da década de 70 temos o surgimento do meio geográfico atual, o meio técnico-científico e informacional⁵⁶ em que a informação passa a ser variável fundamental no período de globalização, de constituição de um mercado global e de uma unicidade técnica planetária. Os fluxos imateriais dão uma nova lógica de funcionamento ao território e intensificam o processo de alienação, pois, como nunca, as novas acelerações são seletivas. “Definem-se agora densidades diferentes, novos usos e uma nova escassez.” (SANTOS e SILVEIRA, 2001).⁵⁷

O processo de formação de Campinas de certa forma reflete os processos que aconteciam na formação sócio-espacial brasileira, em que ela estava contida⁵⁸, ou pelo menos os processos que atingiam a região concentrada (SANTOS e RIBEIRO, 1979 e SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 27). Quando o Brasil vivia um período eminente agrícola, Campinas também conhecia um período de forte produção de cana-de-açúcar. Em seguida, tanto em Campinas quanto no Brasil a produção de cana passa a dar lugar à produção de café. Esse período dura até a década de 30, quando o café começa a ser lentamente substituído por atividades industriais. A partir da década de 70, o meio técnico-científico e informacional começa a atingir alguns pontos luminosos do território brasileiro, sendo que Campinas era um desses privilegiados.

A formação do território campineiro: uma história voltada à fluidez

Não é possível, no atual momento histórico, entender o espaço geográfico sem levar em conta o atributo da fluidez. Santos (1999a, p. 218) diz que:

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado.

A distinção entre fluidez e viscosidade do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 261) é algo fundamental para se entender a atual face da dialética espacial. Além disso, para

⁵⁶ Há autores, como Maria Adélia de Souza (2005) que já apontam o advento de um novo período, marcado pelas contra-racionalidades. Seria o Período Popular da História, previsto por Milton Santos (2000).

⁵⁷ “Os fluxos de informação são responsáveis pelas novas hierarquias e polarizações e substituem os fluxos de matéria como organizadores dos sistemas urbanos e da dinâmica espacial.” (SANTOS, 1998, p. 54).

⁵⁸ “A expansão urbana de Campinas em seus diferentes cortes temporais refletiu sempre os ciclos da economia nacional que nela se manifestaram, com maior ou menor intensidade.” (BADARÓ, 1996, p. 101).

entender a ação do crime organizado que se dá em Campinas nos dias de hoje não se pode deixar de lado o papel das redes:

As organizações ligadas ao comércio de drogas e as organizações ligadas ao comércio de dinheiro (moeda, papel ou crédito) atuam na forma de rede e de fluxos que perpassam fronteiras nacionais, ao mesmo tempo em que são beneficiadas pela existência dessas fronteiras, na medida em que estas regulam o fator risco. (MACHADO, 1996, p. 37)

A dialética está presente também na própria discussão sobre o conceito de mobilidade geográfica, entendida aqui como os fluxos materiais (pessoas e mercadorias), mais os fluxos imateriais (informação). A mobilidade pode, ao mesmo tempo, ser condição de cidadania e promotora de perversidade. Em outras palavras, a dialética espacial também pode ser percebida entre aqueles que usam as redes técnicas e aqueles que sofrem as redes, ou seja, que não têm acesso a elas, vivendo nos seus interstícios. Talvez por isso Milton Santos (1988, p. 57) acredite que “as redes são vetores de modernidade e também de entropia”, e Ribeiro (2000, p. 21) defenda que as redes “criam simultaneamente racionalidade e irracionalidade, libertam e subordinam.”

Raffestin (1993, p. 200) chama de circulação os fluxos materiais e de comunicação os imateriais: “A circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade. (...) Fala-se em circulação cada vez que se trate de transferência de seres e de bens *lato sensu*, enquanto reservaremos o termo ‘comunicação’ à transferência da informação.” Porém, não adotaremos aqui exatamente dessa maneira esses dois conceitos para evitar qualquer confusão com as distinções entre o *comunicacional* e o *informacional*, já trabalhados no capítulo 3.

Campinas, curiosamente, é uma cidade que nasce da fluidez. “Sua posição geográfica permitiu-lhe, em diferentes momentos da história, servir de ligação entre interior e capital” (BAENINGER e GONÇALVES, 2000, p. 2). Ela nasce de um pouso bandeirista denominado Campinas Velhas, instalado no Caminho das Minas de Goyazes. Esse pouso se torna uma freguesia em 1763, após a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, durante o governo pombalino. Era um período em que a produção de açúcar ia perdendo força no nordeste e, ao poucos, ganhando importância no sudeste. Em São Paulo forma-se o quadrilátero paulista do açúcar, composto pelo que hoje conhecemos como sendo as cidades de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-guaçu e Jundiaí. Campinas surge no centro desse quadrilátero como um ponto de ligação entre essa rede:

Desenhou-se um arco de ocupação composto por cinco vilas e freguesias (...) exatamente no centro instalou-se a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí, a única criada sobre a épica estrada goiana, bem no cruzamento com o arco acima citado. (SANTOS, A., 2002, p.64).

A condição de freguesia é declarada em 14 de julho de 1774 por Francisco Barreto Leme e, em 13 de dezembro de 1797, graças ao progresso açucareiro da região, é elevada a Vila de São Carlos. Em 1842 passa então à categoria de município, tendo como seu primeiro prefeito Orozimbo Maia. Badaró (1996, p. 24) confirma o papel das redes na sua constituição ao dizer que “a cidade se expandia com a adesão de novos contingentes populacionais oriundos de toda a região, ocupando especialmente a porção sul do rossio, definida pelos eixos viários para São Paulo (Santos) e Itu, que ali se cruzavam”.

Campinas lidera a produção canavieira até 1851, quando o café passa a superar o papel do açúcar na balança comercial campineira. Nessa transição, surge uma nova forma de aquisição de terras no Brasil com a Lei de Terras de 1850. A partir de 1854, as terras não eram mais doadas, mas sim vendidas. Já nesse período a cidade delineia os seus primeiros aspectos de desigualdades espaciais devido à acumulação de terras nas mãos de poucas famílias.

Em 1865 começa a implantação das estradas de ferro, cujo objetivo maior era dar fluidez à produção de café. São criadas, por campineiros influentes, a Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação:

A inauguração dos trilhos da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais em 1872, ligando Campinas a Jundiaí, e lá encontrando-se com as linhas da São Paulo Railway, pôs Campinas em contato direto com São Paulo e Santos. Por outro lado, a Cia. Mogiana, a partir de 1875, estabelecia a conexão com o interior e, articulando-se por seu turno com as vias fluviais, acompanhava o itinerário do café e gerava as condições básicas para que Campinas assumisse, desde então, a função de pólo regional. (BADARÓ, 1996, p. 25).

Dez anos depois chegam à região os correios e os telégrafos, estes com uma ligação bastante íntima com o funcionamento das ferrovias. Enquanto as ferrovias se encarregavam dos fluxos materiais, os telégrafos se encarregavam dos fluxos imateriais. Surgem ainda em 1879 os bondes, como alternativa de transporte intra-urbano.

De uma economia colonial açucareira, a cidade aos poucos vai se tornando uma economia cafeeira. O café propicia o surgimento de um mercado interno, promove uma acumulação de capital, além de incentivar a imigração, especialmente de italianos. Com isso, Campinas começa a se inserir em uma economia industrial.

É nesse período que surgem empresas concessionárias públicas de água, luz, trem, bondes. Ainda na década de 1870, surgem vários bancos os quais ficaram responsáveis por fazer a articulação financeira entre São Paulo e o interior do Estado.

Já na década de 1880, a cidade passa por uma epidemia de febre amarela. É curioso notar que a ação da Intendência Municipal no combate à doença deixou de fora bairros populares como a Vila Industrial, mostrando, já nessa época, um caráter seletivo das políticas públicas da cidade, assim como acontece com os serviços de segurança pública hoje.

De 1934 a 1962, incentivado por um afã progressista e pela necessidade da prefeitura retomar o controle da expansão da malha urbana, foi colocado em prática o Plano de Melhoramentos Urbanos, idealizado pelo engenheiro Prestes Maia. Ele ressaltava que o plano não deveria se restringir a simplesmente um projeto de ruas, já que defendia que todos os fatos e aspectos urbanos se entrelaçavam. Porém, contrariamente à sua vontade, as ações acabaram se concentrando apenas na questão viária, com o objetivo único de aumentar a fluidez no centro da cidade e de promover uma valorização fundiária.

Na primeira fase, até meados da década de 50, o plano acompanhou a indústria de bens de consumo. Nesse período, a parceria público-privado foi promissora, conferindo melhor qualidade de vida à população, com crescimento urbano patrocinado pelo capital. Mas esse casamento durou pouco, pois a partir de 1956 chega o capital estrangeiro, buscando desfrutar da proximidade de São Paulo, das redes de infra-estrutura e dos incentivos fiscais e territoriais fornecidos pelo governo municipal. A busca desenfreada pela reprodução de capital, aliada a um crescimento vertiginoso da população, fez com que a qualidade de vida caísse notadamente.

A legislação municipal e seu governo não foram capazes de conter a violenta especulação imobiliária provocada pelo capital privado. Badaró (1996, p. 122) destaca que “todos os lotes edificáveis em Campinas somavam condições para abrigar, em 1953, uma população de 400.000 habitantes, ou seja, mais de três vezes a população urbana efetivamente existente”. Essa especulação fez com que Campinas se tornasse uma cidade “espraiada”, com inúmeros vazios no seu interior. Isso, de certa maneira, explica a existência de bairros pobres tão distantes do centro da cidade, cuja população sofre com altos índices de criminalidade, além das carências de infra-estrutura como a de transportes.

O plano de Prestes Maia dizia-se baseado em fatores puramente técnicos. Mas o que se viu foi um plano, como qualquer outro, fortemente político. Moraes (1981) destaca que “o espaço, uma vez habitado por seres humanos, se transforma em algo político”. E acrescentamos: **a política é a arte das escolhas**. Das propostas do engenheiro, as que realmente foram colocadas em prática, ou seja, escolhidas, foram aquelas que satisfaziam aos

interesses de uma classe dominante. As obras efetivamente construídas tinham como objetivo aumentar a fluidez do centro da cidade, com o alargamento de ruas estratégicas. Foi um planejamento puramente setorial, que não via o território como uma totalidade, focando as ações apenas nas suas funcionalidades. Era um urbanismo racionalista e funcionalista.

Na década de 1950 o caráter “nodal” da cidade é reforçado com a inauguração das primeiras pistas da Rodovia Anhanguera, funcionando como uma nova ligação de Campinas a Jundiaí e à capital, São Paulo.

Na década de 1960, com a criação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e o Pólo petroquímico de Paulínia, a região começa a se destacar como centro de alta tecnologia. É nesse período que é criado também o Aeroporto Internacional de Viracopos, com o intuito de fazer fluir a produção da região. Desde sua criação, é um aeroporto voltado mais ao transporte de cargas do que de passageiros.

Na década de 70, quando a capital do Estado passa por um processo de desconcentração industrial, Campinas é uma dessas cidades escolhidas pelos empresários. Inúmeras novas empresas vieram se instalar na região, ao mesmo tempo em que elas atraíram também vários migrantes de baixa qualificação, os quais não foram absorvidos pelo circuito superior de economia (SANTOS, 1979a).⁵⁹

Em 1978 é inaugurada a Rodovia dos Bandeirantes, sendo mais uma via de ligação entre Campinas e São Paulo. É em torno desta e da Rodovia Anhanguera que vão se instalar tanto as empresas de alta tecnologia quanto a população de baixa renda. Nessa década, a região sudoeste é a que mais cresce, influenciada pelas atrações promovidas pelas rodovias, pelo Aeroporto de Viracopos, pelos Distritos Industriais de Campinas (DICs) e pelos conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB-Campinas).

A tabela a seguir mostra a importância da imigração na constituição da população campineira e destaca como esse crescimento foi extremamente alto e rápido na década de 70. Além disso, ressalta a importância de Campinas frente à região nesse contexto de atração de migrantes e sua perda de importância nas décadas seguintes, quando a absorção migratória

⁵⁹ “O setor sudoeste foi ocupado durante a fase de crescimento que começou durante a década de 1970. Majoritariamente imigrantes pobres e sem qualificação.” (HOGAN, 2001, p. 406).

passa a se dar mais nos municípios do entorno que no município sede (BAENINGER e GONÇALVES, 2000, p. 8).

**Tabela 2. Evolução dos Saldos Migratórios e Participação Relativa no Crescimento Absoluto (%).
Campinas e Região Metropolitana. 1970-1996.**

Áreas	Saldos Migratórios			% Relativo no Crescimento Absoluto da População		
	1970-1980	1980-1991	1991-1996	1970-1980	1980-1991	1991-1996
RM. Campinas	356.171	279.438	99.232	59,77	47,62	42,96
Campinas	188.596	30.285	9.890	65,33	16,95	16,13

Fonte: Baeninger, 2001

Ao mesmo tempo em que Campinas atraía os migrantes de baixa renda, ela também seduzia imigrantes estrangeiros e migrantes brasileiros de alto poder aquisitivo. Eles eram atraídos pelas oportunidades na indústria e nos serviços de alta tecnologia e pelo grande número de centros universitários da cidade. Porém, estes, ao contrário dos migrantes pobres que se destinaram às regiões sudoeste e oeste, irão, por sua vez, ocupar porções mais bem equipadas do município, bairros centrais e ao norte, como Barão Geraldo, Joaquim Egídio e Sousas.⁶⁰ É justamente com a vinda destas pessoas que os enclaves fortificados se difundem pelo território campineiro.

Cunha e Oliveira (2001, p. 352) resumem bem esse período de transição de Campinas ao dizerem que:

Seu crescimento industrial foi elevado na década de 70 e, com um intenso processo de modernização agrícola, a região se tornou importante pólo regional. Na década de 80, apesar da crise econômica, o comportamento da região ainda se impôs ao de São Paulo e outras regiões brasileiras. No início da década de 90, notam-se algumas mudanças neste cenário de desenvolvimento econômico com reflexos visíveis no desemprego, no encerramento das atividades de indústrias ou suas mudanças para Estados mais convenientes em termos tributários, na redução da produção agrícola devido principalmente à política de exportação e crise no setor alcooleiro e, finalmente, com a questão social atingindo níveis alarmantes gerando reflexos principalmente na violência urbana e nas ocupações de terra.

O mapa 3 (p. 94), construído a partir de imagens de satélite, mostra o quanto e em quais direções a ‘mancha urbana’ de Campinas e entorno cresce entre 1973 e 2005.⁶¹ Tal potencialidade do Sensoriamento Remoto já era destacada por Milton Santos (1998, p. 123) quando ele dizia que:

⁶⁰ Ver mapa de referência à página 93.

⁶¹ Detalhes dos procedimentos utilizados na elaboração desse mapa, inclusive com as imagens de satélites que lhe deram origem, podem ser vistos no Apêndice A, à página 118. Tanto nesse mapa quanto no de número 19 (p. 102), optou-se pelos municípios do entorno, e não pelos 19 da Região Metropolitana de Campinas pelo fato desta última incluir cidades que não têm ligação direta com Campinas e excluir outras importantes para esta análise.

Os progressos técnicos que, por intermédio dos satélites, permitem a fotografia do planeta, permitem-nos uma visão empírica da totalidade dos objetos instalados na face da Terra. Como as fotografias se sucedem em intervalos regulares, obtemos, assim, o retrato da própria evolução do processo de ocupação da crosta terrestre. A simultaneidade retratada é fato verdadeiramente novo e revolucionário, para o conhecimento do real e o correspondente enfoque das ciências do homem, alterando-lhe, assim, os paradigmas.

É importante destacar no mapa 3 e nos mapas 4 (p. 94) e 5 (p. 95) o quanto a cidade cresce em direção às regiões sudoeste e oeste, justamente as mais violentas do município. Porém, não se deve entender que crescimento urbano é sinônimo de crescimento da violência, conforme querem muitos autores. Francisco Filho (2003, p. 36), por exemplo, acredita que:

Quanto maior a cidade, mais violenta se torna. (...) É como se um mecanismo de agressão, presente em todos os indivíduos, tivesse seu gatilho disparado ao se atingir determinado número de pessoas vivendo num mesmo espaço.

O mapa 3 (p. 94), contraposto ao mapa 19 (p. 102), pode ser um argumento para desmentir essa afirmação. Olhando atentamente o primeiro mapa, vemos que a mancha urbana também cresce consideravelmente em direção à região sudeste, especialmente rumo aos distritos de Valinhos e Vinhedo. Porém, o mapa 19 nos mostra que esses dois municípios, mesmo com o alto crescimento urbano, apresentam taxas de homicídios muito baixas. Portanto, não é o crescimento urbano em si que está ligado à violência, mas sim, a forma como ele se dá.

Além disso, o mapa 19 também serve para desmentir a relação entre pobreza e violência. Pedreira e Hortolândia, por exemplo, possuem o valor do Produto Interno Bruto (PIB) muito baixos. Mas, enquanto o primeiro tem taxas baixíssimas de homicídios, o segundo é um dos mais violentos da região em relação a este tipo de crime. Já Paulínia, mesmo com o PIB mais alto dos municípios apresentados, apresenta um alto índice de assassinatos.

É válido lembrar que o objeto “cidade”, o qual nasce justamente como local de encontro, tem na urbanização e nas redes uma das formas de distanciamento entre as pessoas, sendo este distanciamento uma das explicações para a existência da violência.

Os fluxos da Campinas de hoje

Em 2000 é sancionada a lei criando a Região Metropolitana de Campinas (RMC), a qual é constituída por 19 municípios⁶², cujos critérios que justificaram a inclusão destes e a exclusão de outros nunca foram muito claros e públicos.

⁶² Fazem parte da RMC os seguintes municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte-Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Sabemos que o conceito de região torna-se uma grande incógnita num período cada vez mais entrecortado por redes, em que lugares se ligam diretamente com o mundo. E Campinas é um grande exemplo de nó desse espaço reticular. Dessa maneira, nos questionamos a respeito dos objetivos dessa regionalização e dos critérios que a embasaram.⁶³

Tudo nos leva a crer que essa regionalização vem reforçar o papel de ponto de passagem de Campinas, tanto no que diz respeito à circulação de produtos e, principalmente, no que se refere ao movimento de fluxos informacionais.

No entanto, vale destacar que a região não se volta a todo o tipo de fluidez, mas especialmente àquela voltada ao grande capital. Há dois casos acontecendo no momento que são ótimos exemplos das prioridades políticas da região. O primeiro diz respeito à ampliação do Aeroporto de Viracopos, o qual, após uma reforma, deverá se tornar o maior aeroporto de cargas da América Latina. Para que isso aconteça, deverão ser removidas cerca de cinco mil famílias que vivem em bairros pobres e em ocupações em torno do aeroporto. Nesse caso, os argumentos em torno de uma referência à “modernidade” nos fazem lembrar os mesmos argumentos que legitimaram, no passado, o plano de Prestes Maia.

O segundo diz respeito aos problemas de congestionamento na Estação Rodoviária, a qual é administrada pela Maternidade de Campinas desde 1963. Já há alguns anos são discutidas propostas de construção de um novo terminal, o que ainda não se concretizou. Em 74, o ex-prefeito Orestes Quércia (PMDB) estendeu o contrato com a maternidade de 1974 para 2010 e, em 2000, o então prefeito Francisco Amaral (PPB), por sua vez, prorrogou a concessão até 2030. Devido à ineficiência da administração da Maternidade, alguns segmentos da sociedade já começam a pedir o rompimento do contrato.

É interessante perceber que os dois casos envolvem questões jurídicas complexas, o primeiro na desapropriação de várias famílias, e o segundo no rompimento de um contrato de concessão. É curioso notar que, no primeiro caso, em que o Aeroporto se equipará para aumentar a quantidade de cargas transportadas, ou seja, para atender às grandes empresas da região, as ações estão se concretizando de maneira extremamente rápida. Já no segundo, em que o interesse seria o de reestruturar uma estação rodoviária visando à melhoria do atendimento dos passageiros, na sua grande maioria de classes média e baixa, a quebra de

⁶³ “O grande fluxo que define a Região Metropolitana de Campinas não está dentro, mas fora dela, ou seja, os fluxos decorrem das conexões geográficas que ela realiza com o exterior.” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 544).

uma concessão parece ser algo muito mais distante. É a violência promovida por um Estado refém das empresas!

Podemos ainda lembrar um outro exemplo de escolha política feita em Campinas em relação aos seus sistemas de transporte. Esta mesma cidade, que em 1968 abandonou o sistema de bondes elétricos, relativamente eficiente e igualitário em relação às categorias de agentes que dele faziam uso⁶⁴, aprovou recentemente um projeto de estudo de viabilidade para a construção de um trem rápido ligando Campinas a São Paulo.

Estes exemplos, apesar de não tratarem diretamente da questão da violência, revelam quais são as prioridades da administração pública de Campinas. A cidade opta por investir no aumento da sua fluidez, mas não uma fluidez que considera o território usado, com todos os seus agentes, mas que privilegia apenas aqueles hegemônicos.

Esse uso corporativo da cidade promove o aumento das desigualdades urbanas, deixando os espaços “luminosos” cada vez mais distantes daqueles “opacos”. É o entendimento dessa dialética espacial que nos permite entender porque esta cidade se torna tão violenta.

Campinas: ícone da dialética espacial

Campinas é um celeiro de contradições, um exemplo empírico da dialética espacial. Ao mesmo tempo em que a cidade é marcada pela velocidade, é também marcada pela lentidão, pois vizinhos às Rodovias Anhanguera e Bandeirantes, rápidas e modernas, encontram-se bairros muito pobres em que em algumas ruas não se consegue passar de carro devido ao grande número de buracos. Locais em que as pessoas gastam cerca de duas horas para ir do trabalho para a casa, tendo que complementar uma boa parte do percurso a pé, devido à má distribuição dos serviços de ônibus coletivo.

Essa cidade “veloz” mostra-se também perversa quando analisamos a violência no trânsito em Campinas. O mapa 23 (p. 104) mostra como as mortes no trânsito acontecem próximas a porções mais ricas e a vias de maior movimento. Porém, quando analisamos o local de residência das vítimas (mapa 24), percebemos que muitas delas são provenientes de bairros mais pobres e periféricos. A possível razão dessa discrepância se deve ao fato de que a

⁶⁴ “Os bondes eram eficientes meios de transporte e cobriam todos os pontos da cidade, permitindo que se chegasse aos arrabaldes mais afastados em cerca de 5 minutos.” (BADARÓ, 1996, p. 66).

maior parte das pessoas que morrem em acidentes de trânsito não se refere àquelas que estão atrás dos volantes, mas sim a pedestres atropelados.

As características nodais da cidade não atraem somente as grandes empresas. Em 1991, uma Comissão Parlamentar de Inquérito mostrou como Campinas também é um centro logístico e financeiro do crime organizado. Ou seja, suas redes, tanto de transportes quanto de comunicação, são também usadas na administração do narcotráfico e de outras formas de crime organizado.

Esse caráter desigual da cidade vem aumentando drasticamente nos últimos anos, pois quanto mais a cidade se enriquece, mais ela também se empobrece. Entre 1991 e 2000, a população residente em favelas⁶⁵ passou de cerca de 63 mil para 127 mil, com taxa de crescimento anual em torno de 6% entre 1991 e 1996, e de 11% na segunda metade da década de 90, enquanto a população total do município cresceu cerca de 1,6% ao ano em todo o período (AIDAR, 2002, p. 6). Essa mesma cidade que conhece um aumento de pobreza e violência é aquela que apresenta um crescimento constante do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos, conforme tabela abaixo:

Tabela 3. Crescimento do PIB e PIB per Capita. Campinas. 1999-2000.

	1999	2000	2001	2002
PIB (em milhões de reais)	9.872,44	10.010,88	10.616,57	10.820,58
PIB per Capita	10.243	10.244	10.716	10.774

Fonte: SEADE.

Campinas é, portanto, um ícone da dialética espacial, pois ao mesmo tempo em que nela se encontram indiscutíveis exemplos de modernidade, encontram-se também exemplos das perversidades geradas pelo seu processo de formação. A compreensão do estágio atual da violência nesta cidade passa então necessariamente pelo reconhecimento da modernização seletiva e incompleta que nela ocorreu. Assim como o Brasil, Campinas é uma formação territorial corporativa e fragmentada.

Uma das formas de se reconhecer as manifestações atuais do caráter desigual do processo de formação campineiro é através de instrumentos analíticos como as estatísticas e o Geoprocessamento. Mas, para que eles possam ser aproveitados em sua plenitude, é necessário que suas limitações sejam identificadas através do método dialético. E é a isso que se propõe o próximo capítulo.

⁶⁵ Para a localização das favelas, ocupações e aglomerações subnormais de Campinas, ver os mapas 7, 8 e 9, às páginas 96 e 97.

CAPÍTULO 5

Constatar não é Compreender: limitações do método analítico

*“A geografia escancara o que os números escamoteiam”
(Maria Adélia de Souza)*

O método analítico congela a realidade, descreve-a, analisa-a e, por fim, faz deduções (SOUZA, 2005). Ele é, portanto, idealista, no sentido em que pensa um mundo sem contradições. Esse método já foi o raciocínio central da escola quantitativa da Geografia, mas acabou cedendo espaço às idéias marxistas da chamada Geografia Crítica. Hoje ele retoma forças, travestido pelas novas tecnologias do Geoprocessamento.

Somente dentro da escola analítica cabem afirmações como a de Lauro Francisco Filho (2003), para quem o Geoprocessamento é capaz de trabalhar com relações de causa e efeito⁶⁶, dentro dos estudos sobre violência. Kosik (1976, p. 90) alerta-nos, porém, de que “querer estabelecer uma contraposição entre os efeitos e as causas significa não saber apreender a essência do problema”.

Outro exemplo analítico dentro dos estudos geográficos é a relação que Mendonça (2001) faz entre clima e criminalidade. A violência, porém, não pode ser compreendida apenas através de correlações: primeiro, porque as correlações se baseiam em estatísticas e, como será visto adiante, estas podem mentir; segundo, porque o máximo que as correlações conseguem atingir são algumas constatações, o que não significa necessariamente um passo no sentido das compreensões.

Entretanto, é importante destacar que o método analítico, assim como o hermenêutico, não deve ser descartado, mas utilizado de forma subordinada ao dialético. Conforme aponta Kosik (1976, p. 16):

A destruição da pseudoconcreticidade – que o pensamento dialético tem de efetuar – não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos mas destrói a sua pretensa independência, demonstrando o seu caráter mediato e apresentando, contra a sua pretensa independência, prova do seu caráter derivado.

Nessa reflexão sobre as limitações do método analítico utilizaremos, então, o Geoprocessamento como exemplo de instrumento de análise, começando por sua definição.

O Geoprocessamento como instrumental analítico

O Geoprocessamento, também chamado de Geoinformação, Geotecnologias ou Geomática, não é uma única tecnologia apenas, mas um conjunto, sendo que quatro delas constituem os seus pilares: o Sensoriamento Remoto, a Cartografia Digital, os Sistemas de

⁶⁶ “O Geoprocessamento se caracteriza como uma ferramenta de extremo valor para a análise de fenômenos com expressão territorial, pois permite sua espacialização através da quantificação, qualificação e localização, bem como o relacionamento com outras variáveis espaciais, estabelecendo uma relação de causa e efeito extremamente útil a todos aqueles que têm como função a gestão do espaço urbano.” (FRANCISCO FILHO, 2003, p. 3).

Informações Georreferenciadas (SIGs)⁶⁷ e os Sistemas de Posicionamento Global (GPS), definidos abaixo.

CROSTA e SOUZA FILHO (1997, p. C-10) definem Sensoriamento Remoto como:

Um ramo da ciência que aborda a obtenção e a análise de informações sobre materiais (naturais ou não), objetos ou fenômenos na superfície da Terra a partir de dispositivos situados à distância dos mesmos. Tais dispositivos recebem o nome de sensores, cuja função é receber e registrar informações provenientes desses materiais, objetos ou fenômenos (genericamente denominados de alvos), para posterior processamento e interpretação por um analista. Os sensores são geralmente colocados em plataformas aéreas (por exemplo, aviões) ou orbitais (satélites). O principal objetivo do sensoriamento remoto é expandir a percepção sensorial do ser humano, seja através da visão sinóptica (panorâmica) proporcionada pela aquisição aérea ou espacial da informação, seja pela possibilidade de se obter informações em regiões do espectro eletromagnético inacessíveis à visão humana.

O Sensoriamento Remoto funciona, portanto, como fonte de dados e informações, geralmente traduzidas na forma de imagens aéreas (provenientes dos sensores orbitais) e fotografias aéreas (capturadas por sensores a bordo de aviões). Sua utilidade dentro da Geografia é limitada no sentido de que não é capaz de apreender o espaço geográfico, mas somente uma fração dele, a paisagem, como veremos adiante.

Com o surgimento da computação gráfica, a cartografia passa de um estado analógico para um formato digital. O marco dessa transição está no surgimento dos sistemas CAD (Computer Aided Design), ou em português, Projetos Assistidos por Computador, que utilizam programas para a confecção de desenhos em meio digital. O processo de confecção de mapas torna-se, então, muito mais rápido e desenvolto. A reprodução dos mapas se torna algo trivial, e um grande volume em papel é substituído por pequenas mídias e discos rígidos. A atualização dos mapas também se torna muito mais eficaz. Essa “revolução cartográfica” criou o que chamamos hoje de Cartografia Digital ou Cartografia Automática e impulsionou o surgimento dos SIGs.

Os SIGs são sistemas que ordenam as informações georreferenciadas, permitindo a consulta e manipulação de bancos de dados georreferenciados. Existem na literatura diversas definições de SIG, as quais podem ser conhecidas em Branco (1997) e Silva (1999). Este último entende que para um sistema constituir um SIG ele deve:

Usar o meio digital, portanto o uso intensivo de informática é imprescindível; deve conter uma base de dados integrada, estes dados precisam estar georreferenciados e com controle de erro; devem conter funções de análises destes dados que variem da álgebra cumulativa (operações tipo soma, subtração, multiplicação, divisão etc.) até álgebra não-cumulativa (operações lógicas). (SILVA, 1999, p. 45).

⁶⁷ O termo mais difundido é o de Sistemas de Informações Geográficas, tradução do inglês GIS, Geographic Information Systems. Acreditamos que as informações geográficas não dizem respeito apenas àquelas informações referenciadas a um sistema de coordenadas, indo muito além delas. É por esse motivo que preferimos o termo Sistema de Informações Georreferenciadas, pois é disto que se trata.

Nos SIGs estão as maiores potencialidades do Geoprocessamento dentro da Geografia, pois eles são capazes de trabalhar com dados de temáticas diversas (saúde, educação, segurança pública, transportes, cobertura vegetal, urbanização), conseguem relacionar de forma bastante complexa variáveis diferentes e têm um potencial ainda pouco explorado quanto à representação dos fluxos e das dinâmicas espaciais.

Por fim, completa o Geoprocessamento o Sistema de Posicionamento Global (GPS), o qual permite que se saibam quais são as coordenadas de qualquer ponto da superfície terrestre através de uma constelação de 24 satélites e receptores em campo.

O Geoprocessamento é, portanto, um conjunto de tecnologias voltadas à captação, armazenamento, manipulação e edição de dados georreferenciados. Além dos quatro pilares citados, há ainda outras tecnologias acessórias ao Geoprocessamento, dentre elas a Topografia, a Geoestatística, a Computação Gráfica, as Linguagens de Programação e as Tecnologias de Bancos de Dados.

Realidade versus representação da realidade

Certa vez, durante um curso que ministrávamos a professores de Geografia da cidade de Campinas, uma aluna nos fez uma pergunta se, como geógrafos, deveríamos fazer primeiro os mapas e depois interpretá-los, ou o oposto, se deveríamos ter a teoria que nos levaria aos mapas. Respondemos que primeiramente é necessário que tenhamos a grande teoria, um arcabouço teórico e metodológico formado por conceitos que se completam. É somente através da teoria que podemos chegar às perguntas corretas para poder conhecer a realidade. E o ponto de partida para a confecção de qualquer mapa⁶⁸ não é outro senão uma pergunta. Obviamente, o método de pesquisa não é uma receita de bolo. No meio do caminho podemos tirar ou acrescentar algum ingrediente, se nos convier. É evidente que, a partir do mapa, podemos ter outra interpretação da realidade e até formular novas perguntas ou refutar uma hipótese inicial.

Lojkine (1981, p. 22) traz uma indagação semelhante ao estudar as políticas urbanas: “se nosso objetivo *concreto* de pesquisa é a ou as políticas urbanas nos países capitalistas desenvolvidos, por que não ‘começar pelo real e pelo concreto’, em vez de começar por noções tão abstratas quanto as determinações gerais do Estado e do urbano?” Para responder a

⁶⁸ Para Joly (1990, p. 7) “um mapa é uma representação geométrica plana, simplificada e convencional, do todo ou de parte da superfície terrestre, numa relação de similitude conveniente denominada escala.”

essa pergunta, ele traz a resposta que Marx dava àqueles que achavam que a economia política devia partir seus estudos da população, sua divisão em classes, sua distribuição na cidade, no campo. Marx dizia que:

A população é uma abstração se não considero, por exemplo, as classes de que se compõe. Essas classes são por sua vez, uma palavra vã se desconheço os elementos nos quais elas se apóiam, como trabalho assalariado, capital... Portanto, se eu começasse assim pela população, teria uma representação caótica do todo (MARX apud LOJKINE, 1981, p. 22).

Dessa maneira, respondendo à pergunta da aluna, se começássemos pelos mapas também teríamos uma representação caótica do todo.

Karel Kosik (1976) traz elementos que podem ser úteis no aprofundamento dessa discussão ao trabalhar com o conceito de pseudoconcreticidade e com o par dialético fenômeno/essência. Para ele, a essência seria a *coisa-em-si*, a realidade sem mediações, imediata.⁶⁹ Já o fenômeno seria a representação da realidade, a realidade que nos chega pelas diversas formas de mediação.

Nesse sentido, o mundo da pseudoconcreticidade seria constituído pelo “complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural” (KOSIK, 1976, p. 11). E “no mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência desaparece.” (p. 12). Mas ele nos lembra que “deixar de parte a aparência fenomênica significa barrar o caminho ao conhecimento do real.” (p. 58).

No caso do Geoprocessamento, aquilo que ele consegue mostrar não é a realidade em si, não é o espaço geográfico, mas apenas uma representação. Ele trabalha com fenômenos e não com a essência, estando, por isso, próximo da idéia de pseudoconcreticidade. Mas isso não quer dizer que devemos descartá-lo das análises geográficas. Ele deve ser usado, mas com o conhecimento das suas limitações enquanto apenas um instrumento do trabalho geográfico.

⁶⁹ “A dialética trata da ‘coisa em si’. Mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem (...) Por isso o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa.” (KOSIK, 1976, p. 9). “A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas.” (p. 15).

O Geográfico e o Geométrico

Desde que Samuel Morse, em 1837, inventou o telégrafo, a noção de distância geométrica vem mudando de caráter. Até então, fluxos materiais e fluxos imateriais eram dados inseparáveis. A informação tinha que circular materializada na forma de uma carta, por exemplo. Junto com a invenção do trem, surge o telégrafo, provocando uma verdadeira revolução no que diz respeito à mobilidade geográfica. Pela primeira vez, fluxos imateriais podem existir sem a necessidade dos fluxos materiais. A técnica começa a “aproximar” lugares distantes.

Hoje, no paradigma da telemática, essa situação foi ampliada ao extremo. As redes técnicas de transmissão de dados trouxeram a possibilidade da instantaneidade e simultaneidade do mundo. Foi ela que permitiu que São Paulo passasse por um processo de desconcentração industrial, não acompanhado de um processo de descentralização. As sedes das empresas continuam na capital do Estado, administrando sua produção através das modernas redes de transmissão de informações.

Dessa maneira, proximidade geométrica⁷⁰ não é mais sinônimo de proximidade geográfica ou organizacional. Há lugares em Campinas geograficamente mais próximos de grandes centros como Nova Iorque, Londres e Tóquio do que de bairros pobres como os da região sudoeste do município.

Neste mesmo raciocínio, podemos dizer que a escala, instrumento de análise tradicional dos geógrafos, também muda de natureza. Para Milton Santos (1998, p. 38), “cresce o divórcio entre a sede última da ação e o seu resultado. Nessas condições, a escala pode até existir. Mas nada tem a ver com o tamanho (a velha preocupação com as distâncias) nem com as contigüidades impostas por uma organização. Escala é tempo.”

No período atual, cada vez mais a noção de escala geométrica se distancia da noção de escala geográfica. A primeira diz respeito à relação numérica entre distâncias representadas em um mapa e distâncias medidas no terreno. Já a segunda se refere ao nível de análise das relações geográficas, não tendo relação direta com a idéia de tamanho. Abrange, portanto os conceitos de lugar, região, formação sócio-espacial e mundo.

Nesse sentido, podemos perceber uma primeira limitação do Geoprocessamento, o qual, enquanto representação do espaço geográfico, só abarca as geometrias, mas não as geografias.

⁷⁰ Porém, a proximidade geométrica não perde importância no período atual, conforme visto no capítulo 3.

Limites teóricos do Geoprocessamento

As virtuosidades do Geoprocessamento ao mesmo tempo em que podem nos impressionar, podem também dar a falsa impressão de que é possível reduzir o espaço geográfico à sua representação. É o perigo em “reduzir a Geografia aos seus meios” (CASTILLO, 2002, p. 40).

Souza (2003, p. 1) chama-nos a atenção para o fato de que,

Insistentemente, a Geografia na busca de atualizar sua epistemologia, tem se desviado de seu próprio método. O surgimento do Geoprocessamento dado pelo desenvolvimento das tecnologias da informação tem se constituído em um novo momento para os estudos geográficos, onde meios e fins necessários ao conhecimento do planeta, voltam a ser confundidos. Fazer rapidamente um mapa passou a ser a delícia de muitos, inclusive de alguns geógrafos. O Geoprocessamento passa a ser a finalidade do conhecimento do espaço geográfico e não a Geografia. O mapa deixa de ser uma representação e passa a ser a realidade mesma.

A começar pelo sensoriamento remoto é possível perceber as limitações dessa tecnologia quanto à representação do espaço. Se entendermos os elementos do espaço geográfico como sendo o lugar, a região, o território e a paisagem, veremos que são apenas os três primeiros que abrigam a noção de totalidade, sendo que a paisagem é apenas uma fração do espaço, “materialidade congelada e parcial do espaço geográfico” (CASTILLO, 2002, p. 41)⁷¹. E é justamente dessa última categoria que o sensoriamento remoto dá conta. Ele não é capaz de capturar o espaço geográfico, mas apenas a paisagem, aqui entendida como Milton Santos (1999a, p. 83) a define: “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.”

O sensoriamento, portanto, jamais é capaz de apreender o espaço geográfico em sua totalidade por ser, justamente, uma dupla redução da realidade. Primeiramente pelo fato da paisagem já ser uma redução por si mesma. “Paisagem não é o espaço” (SANTOS 1996a, p. 72)⁷², mas apenas um fragmento dele. E a imagem de satélite e a fotografia aérea não são a paisagem em si, mas uma representação dela, visto que são apenas uma “estatística da paisagem” (CASTILLO, 2002).

⁷¹ Kosik (1976, p. 25) nos chama a atenção para o fato de que “a realidade não se exaure na realidade física do mundo.” Podemos entender também que o espaço geográfico não se exaure na sua realidade física, ou seja, na configuração territorial e nas paisagens.

⁷² “A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõe. Um esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade.” (SANTOS, 1996a, p. 72).

Câmara, Monteiro e Medeiros (2000, p. 6) nos chamam a atenção para as limitações do Geoprocessamento caso consideremos o espaço geográfico sob a ótica das suas categorias de análise: forma, função, processo e estrutura (SANTOS, 1997c). Essa tecnologia consegue muito bem representar as formas, ou seja, os objetos, as materialidades. Porém, consegue apenas de forma incompleta representar a função exercida pela forma, a estrutura e os processos.

Ainda, se considerarmos o espaço como um conjunto de fixos e fluxos, horizontalidades e verticalidades, veremos que o Geoprocessamento abarca os fixos, as horizontalidades, mas ainda é incipiente na representação dos fluxos e das verticalidades, variáveis fundamentais para o entendimento do funcionamento do meio técnico-científico e informacional.

Por fim, se nos basearmos na já mencionada definição do espaço geográfico como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1997c, 1998, 1999a) perceberemos que os objetos são passíveis de representação em um ambiente computacional, o mesmo não acontecendo com os sistemas de objetos e, muito menos, com os sistemas de ações.

Também o GPS traz uma contribuição limitada por nos dar somente a localização de um ponto, sendo incapaz de dizer algo sobre a sua situação⁷³. Ele pode dizer algo sobre o local, mas não sobre o lugar. Local é nível, lugar é existência.

Câmara, Monteiro e Medeiros (2000) parecem acreditar na evolução do Geoprocessamento no sentido de superar essas limitações e se constituir em uma ciência. Acreditamos, porém, que mesmo ainda não tendo desenvolvido todo o seu potencial, essa tecnologia sempre será apenas uma tecnologia. Como os próprios autores nos ensinam “os modelos serão sempre aproximações reducionistas da realidade geográfica” (p. 13). Ou, como diz Habermas (1983, p. 279), “a exigência de adequação da teoria na sua constituição e do conceito em sua estrutura ao objeto e do objeto ao método por si mesmos só pode tornar-se realidade efetiva dialeticamente e não no âmbito de uma teoria de modelos.”

A evolução do Geoprocessamento para uma ciência do espaço, como propõe aqueles autores, seria algo redundante no sentido de que uma ciência do espaço já existe, sendo esta a

⁷³ “Uma situação geográfica supõe uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento de sua construção e o seu movimento histórico.” (SILVEIRA, 1999, p. 22).

Geografia, para a qual essas tecnologias serão sempre um instrumental e serão sempre dependentes de uma abordagem teórico-metodológica.

Por que duvidar dos mapas

Monmonier (1996), em sua obra *How to Lie With Maps* já havia destacado: os mapas mentem! Intencionalmente, ou mesmo sem intenção (CÂMARA, 2000), os mapas podem passar informações que não correspondem à realidade. A escolha das projeções, das formas de representação e das classes pode destacar ou encobrir informações estratégicas.

O mapa 18 (p. 101) traz um exemplo de como a partir de um mesmo conjunto de dados é possível construir mapas diferentes. As quatro opções se referem aos homicídios por Unidade Básica de Saúde em 2002 (mapa 15, p. 100), mas cada um deles foi construído a partir de classificações diferentes. No primeiro utilizou-se o método de quebras naturais, diferindo do mapa 15 apenas no fato de que, ao invés de cinco classes, foram escolhidas apenas 3. Os demais mapas foram construídos a partir dos métodos de intervalos iguais, áreas iguais e quantis.⁷⁴ Os mapas feitos pelos métodos de quebras naturais e de intervalos iguais realçam a discrepância entre o número de ocorrências da porção norte e da porção sul do município, enquanto os outros dois apresentam uma distribuição menos contrastante.

Nesse sentido, a aparência estritamente técnica dos mapas pode esconder o seu importante papel político. Segundo Boaventura de Souza Santos (1991, p. 65), “a representação/distorção da realidade é um pressuposto do exercício do poder”.

Não bastasse isso, também devemos duvidar dos mapas porque eles sempre são escolhas. Eles não representam a realidade em sua totalidade, pois as variáveis cartografadas são sempre criteriosamente selecionadas. A figura abaixo, extraída da obra *Les Mondes Nouveaux* (BRUNET e DOULLFUS, 1990) é um ótimo exemplo disso. Dois mapas da mesma área (centro de Moscou), da mesma época (Guerra-Fria), mostram informações diferentes. Enquanto o mapa produzido pelos americanos (à direita) destaca a sede da polícia russa, a KGB, o mapa turístico russo (à esquerda) omite essa informação estratégica.

⁷⁴ Para mais informações sobre os métodos de classificação cartográfica consultar Slocum (1999).

Figura 2. Mostrar ou esconder a verdade? (BRUNET e DOULLFUS, 1990)

Até mesmo as imagens de satélite não fogem a essa regra. Dependendo do tratamento dado a elas, feições são destacadas ou camufladas. Além disso, sempre devemos ficar muito atentos às datas dos dados, dos mapas e, em especial, das imagens. Devemos nos lembrar sempre que a imagem é um instante congelado no tempo. Já o espaço é extremamente dinâmico e uma imagem de um ano atrás pode não mais corresponder à realidade presente. Basta imaginar uma imagem do centro de Manhattan no dia 10 de setembro de 2001!

Por que duvidar das estatísticas policiais

*“A estatística é a arte de torturar os números até que eles confessem”
(José Juliano de Carvalho Filho)*

Huff (1973) em *How to lie with Statistics* nos mostra que, assim como os mapas, as estatísticas (que por sinal são as fontes da elaboração dos mapas) também mentem. E podemos ainda completar: no caso das estatísticas policiais, tais mentiras são mais evidentes. Uma multiplicação de ocorrências em um distrito policial, por exemplo, pode representar tanto um real aumento da criminalidade quanto uma atuação mais eficiente da polícia.

Dados como *causas mortis* também não fogem à regra, visto que podem trazer informações distorcidas: uma pessoa que, tendo levado um tiro, não morreu no momento da ação, poderá vir a falecer uma ou duas semanas depois e ter sua morte catalogada como por infecção generalizada, por exemplo. Outra distorção a ser levada em conta advém do despreparo dos funcionários públicos no que concerne ao preenchimento de boletins de ocorrência e declarações de óbito.

Dependendo do tipo de crime os dados poderão ser mais ou menos confiáveis. Geralmente, dados de homicídios costumam ser mais confiáveis do que de estupros, por exemplo. Além de ser mais público, o ato homicida não deixa tanta margem para a manipulação das estatísticas quanto o estupro. Este, muitas vezes, não é denunciado por vergonha, medo ou descrença na ação da polícia.

Em Campinas, até mesmo os homicídios possuem incoerências em seus dados. Segundo dados oficiais fornecidos pela Polícia Civil, em 2001 o número de homicídios dolosos teria sido de 533. Segundo a página da internet da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (à qual a Polícia Civil é subordinada), para o mesmo período o número dessas ocorrências teria sido de 542. Segundo os mesmos dados da Polícia Civil, o número total de homicídios (culposos mais dolosos) para 2002 teria sido de 530, enquanto nos dados fornecidos pela Secretaria de Saúde de Campinas o número total de homicídios seria de 520 para o mesmo período. Vários são os fatores que podem ser a causa dessas diferenças, que podem ocorrer devido ao critério de alocação do crime para Campinas (local do homicídio ou local de residência da vítima), erros de tabulação e digitação e, mesmo, manipulação das estatísticas.

Ainda é preciso destacar que frequentemente os homicídios cometidos por policiais acabam não entrando nas estatísticas oficiais, conforme nos indica Caldeira (2000, p. 110).

É preciso ter em mente também que a polícia age a partir de estereótipos na hora de abordar um suspeito, inflando, por exemplo, os números em relação à população pobre e negra. As estatísticas super-representam crimes cujas vítimas são de bairros ricos e sub-representam aqueles nos quais as vítimas são de bairros pobres. Foucault (1987, p. 211) nos lembra que “o delinquente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza.” E as estatísticas, muitas vezes, procuram mais por delinquentes do que por infratores. Boris Fausto (2001, p. 12) completa que “a criminalização dos subalternos revela-se como poderoso instrumento de controle social”.

Além disso, os pobres recorrem menos às denúncias formais, tanto por saberem da ineficiência da polícia em resolver os problemas dessas classes quanto por não terem delegacias de polícias próximas às suas casas, conforme mapa 27, à página 106.

Também é importante destacar que, na análise geográfica, devemos levar em consideração não somente as estatísticas criminais, mas também é de fundamental importância saber a partir de que tipo de regionalização os mapas foram criados e quão

especialmente detalhados são estes dados. Os mapas 15 (p. 100) e 29 (p. 107) ilustram essa questão. Enquanto o mapa construído a partir das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) é mais detalhado, o segundo, construído sobre a divisão dos distritos policiais, traz um detalhamento menor. Além disso, um leitor desavisado pode estranhar o fato de o primeiro conter um máximo de 28 homicídios por área, e o segundo chegar a 117. Isso acontece justamente devido à diferença de tamanho de cada setor, sendo que o distrito cobre áreas muitas vezes maiores que as UBSs. Uma maneira de minimizar esse problema seria trabalhar com densidade de homicídios, conforme mostra o mapa 16 (p. 100).

Outra interpretação que pode ser feita da comparação entre esses mapas é a de que os dados da Secretaria da Saúde quanto a homicídios são mais detalhados do que aqueles da Polícia Civil. Carneiro (1999, p. 166) afirma que “o país dispõe de um sistema razoavelmente desenvolvido de estatísticas de saúde, demográficas, econômicas e sociais, mas caminha na mais completa ignorância quando o assunto é estatística criminal”. Isso pode ser notado particularmente em Campinas.

Não devemos nos esquecer também que as estatísticas criminais, como o nome já indica, trabalham com a idéia de crime, ou seja, com aquela parcela da violência que é normatizada e entendida como uma infração à lei. Kahn (2005, p. 4) nos lembra que os dados são antes um retrato do processo social de notificação de crimes do que um retrato fiel do universo dos crimes realmente cometidos num determinado local. Dornelles (1988, p. 44) também diz que “os números estatísticos sobre a criminalidade numa sociedade revelam apenas aquela parcela da realidade criminal. As estatísticas trabalham apenas com o criminoso processado ou condenado.” Portanto, a violência real é sempre maior do que aquela representada pelas estatísticas criminais.

Quando pensamos em mapas criminais, estamos diante, portanto, de um duplo problema: tanto a geração do mapa quanto a base de dados que o alimenta podem conter informações erradas. É nesse sentido que autores como Carneiro (1999) propõem pesquisas de vitimização em campo, através de questionários, evitando o filtro promovido pelos órgãos geradores de estatísticas. Dessa forma, pelo menos um dos problemas pode ser amenizado.

Por fim, é preciso dizer que a própria representação da violência a partir de um número, de uma estatística, já é uma enorme redução.

O Geoprocessamento e seus usos

Na discussão sobre violência e Geoprocessamento não podemos nos esquecer que, historicamente, ele surge não para diminuí-la, mas, pelo contrário, para promovê-la. O Geoprocessamento e o termo Guerra possuem uma enorme afinidade.

A começar pela cartografia analógica, que muito tempo depois resultaria na digital e nos SIGs, ela sempre foi um instrumento estratégico nas organizações de tropas, e a posse de mapas confiáveis decidiu, por diversas vezes, quem seriam os vencedores e os perdedores das batalhas.

O Sensoriamento Remoto, ou mais especificamente a Aerofotogrametria, também aparece com seus primeiros experimentos com câmeras a bordo de pipas, balões e até mesmo pombos já na Primeira Guerra Mundial, sendo que, na Segunda Guerra, esse instrumento já havia se aprimorado e se difundido ao ponto de ser alocado em aviões de guerra.

O GPS é lançado, também para fins militares, em 1978, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (DoD). Os norte-americanos eram os únicos que tinham acesso às informações precisas do sistema, enquanto os demais usuários pelo mundo recebiam informações menos confiáveis devido a um erro propositalmente gerado pelo DoD. Em 1º de maio de 2000, esse erro foi eliminado e todos os usuários do mundo passaram a receber as informações com maior precisão. Coincidentemente ou não, em 11 de setembro de 2001 ocorreu, em Nova Iorque, o atentado terrorista às Torres Gêmeas.⁷⁵

Portanto, o mesmo Geoprocessamento que pode ser um instrumento interessante para políticas de combate à violência, conforme os exemplos apresentados no Caderno de Mapas, pode também ser promotor de violência como instrumento de guerra.

Devido ao seu forte poder de convencimento, o Geoprocessamento vem se tornando um instrumento ao mesmo tempo útil e perigoso. Ribeiro *et al* (2001/02, p. 41) constata isso dizendo que: “estabelece-se, pelo distanciamento, a reprodução de uma outra forma de naturalização, em que o discurso aparece como objeto, juntamente com mapas e imagens.” E eles completam alertando-nos que: “mapas, imagens e falas, subordinados à calculabilidade e aos códigos hegemônicos da eficácia, sustentam novos distanciamentos, dificultando o encontro de projetos e utopias efetivamente transformadores” (p. 42).

Concordamos também com Branco (1997, p. 87) quando ela diz que “a questão que se coloca hoje a respeito dos SIGs não é mais usá-los ou não, mas definir o seu papel na

⁷⁵ Há mais de vinte anos os aviões já são fabricados com receptores GPS embutidos.

Geografia e tendo em vista as limitações impostas pelo paradigma em que se baseiam, por quê, como e para quê utilizá-los.”

O planejamento territorial tem no Geoprocessamento um importante instrumento de análise. A discussão, portanto, não é se os planejadores devem ou não se utilizar dessa técnica, mas sim como e com que ressalvas utilizá-la.

Porém, um dos principais problemas do planejamento vai além da discussão meramente técnica do Geoprocessamento e se refere à visão puramente analítica e pouco dialética dos planejadores. A maior parte dos gestores divide as funções da administração pública em setores e não em áreas, deixando o território de lado. Mas, enquanto a violência for entendida como apenas uma questão setorial de segurança pública, ela jamais será resolvida. Somente um planejamento realmente territorial, e não setorial, dará conta das complexidades dos usos do território, conforme será visto a seguir.

CAPÍTULO 6

Do planejamento setorial ao territorial: para além da segurança pública

“Mas o que faz o governo? Não cuida dos verdadeiros problemas da população e diante dos conflitos sociais mobiliza um formidável aparelho de informação para dizer que o problema é mais polícia e não mais política. A nação pode apodrecer, mas a discussão é a segurança pública, não é a civilização. Enquanto o debate não voltar a ser centrado no modelo de civilização, a discussão será pobre, insuficiente e enganosa.”

(Milton Santos, Território e Sociedade)

Da Geografia ao Planejamento

Para muitos, refletir sobre o fenômeno da violência é o mesmo que refletir sobre as questões da segurança pública.⁷⁶ A violência é, entretanto, um fenômeno muito mais complexo e que ultrapassa a questão setorial da segurança. Na busca do entendimento dessa complexidade envolvendo a questão da violência, o planejamento se divide em duas grandes escolas, sendo a primeira analítica e setorial e a segunda dialética.

A escola analítica vê o planejamento como um conjunto de técnicas e de procedimentos. Para ela, os problemas do planejamento seriam resolvidos com melhores tecnologias e novas formas de fazê-lo. Ferraz (1994, p. 11) nos dá um bom exemplo de como a analítica entende o planejamento ao dizer que “as causas da violência não se situam nas áreas da sociologia, do direito e da psiquiatria, mas, sim, no âmbito da organização física da cidade, área da engenharia.”

O método dialético, por outro lado, nos possibilita uma visão diferente, considerando o planejamento como uma questão não apenas técnica, mas também política, ou seja, como um embate de interesses. Ribeiro (2000, p. 23) identifica as limitações da visão tecnicista ao dizer que:

Da mesma forma que o tempo não destrói o espaço, já que a matéria resiste a sua transformação em fluxo, a nova instrumentalidade, posta a serviço da ação hegemônica, não destrói a sociedade histórica, que também resiste a sua transformação em fluxo. Esta é uma ilusão tecnicista que não se coaduna com qualquer observação de senso comum. Afinal, os tempos e espaços do existir continuam envolvidos nas regras e nos limites do cotidiano. Da mesma maneira, a técnica ainda não alcançou oferecer, aos seres humanos, a superação de suas principais angústias: a perda, a dor e a morte.

Habermas (1983, p. 314) realça a indissociabilidade entre técnica e política ao dizer que “a razão técnica de um sistema social de agir racional-com-respeito-a-fins não perde seu conteúdo político”. E Yazigi (2000, p. 488) completa: “o urbanismo tem que ser entendido como um ramo da política.”

Seguindo os preceitos da escola analítica, as administrações municipais de praticamente todos os municípios do Brasil recortam os territórios setorialmente. É um planejamento desconexo, em que cada setor enxerga e regionaliza o território à sua maneira. A Educação não conversa com a Saúde, que por sua vez não conversa com as Finanças, e estas não se entendem com a Segurança Pública. No caso desta última, o problema mostra-se mais grave quando polícia militar e polícia civil trabalham desconexas, caso comum em todos os Estados da Federação.

⁷⁶ Os mapas 21 e 22, à página 103, mostram um exemplo incontestável de um ato de violência, o suicídio, cujas explicações e ações de prevenção fogem do âmbito da segurança pública.

A setorização da administração pública provoca resultado semelhante ao da disciplinarização do conhecimento. Assim como a transdisciplinaridade não é apenas a soma das disciplinas⁷⁷, o planejamento territorial não é apenas a soma dos setores. Certeau (1994, p. 119) alertava-nos de que “é fora das fronteiras da disciplina que as práticas formam a realidade opaca de onde pode nascer uma questão teórica”. Assim como é fora dos setores, é no território usado que pode nascer um planejamento realmente justo. A dialética leva-nos a pensar, portanto, um planejamento territorial – e não, setorial – em que seja o território usado – e não, os setores – que dite as regras (MELGAÇO e ALBUQUERQUE, 2004).

O planejamento setorial é aderente aos interesses dos agentes hegemônicos, é favorável às verticalidades e não às horizontalidades. Por ser pretensamente apolítico, neutro e técnico, ele encobre as perversidades feitas através dos acordos entre Estado e interesses privados. Para Lojkin (1981, p. 54),

A planificação urbana não é mais o produto de um código de urbanismo, mas sim o resultado de acordos mais ou menos explícitos estabelecidos entre os dirigentes do aparelho do Estado, alguns interesses econômicos e financeiros e um punhado de políticos locais... O Estado seleciona alguns grupos econômicos e sociais que transforma em parceiros privilegiados e com os quais exerce arbitragens.

O planejamento territorial precisa levar em conta o conceito de cotidiano e a noção de complexidade⁷⁸. Deve levar em conta também os interesses dos lugares⁷⁹, e não apenas interesses externos a estes. Planejar a cidade passa a ser, portanto, uma questão de articulações e de acordos. Para Certeau (1994, p. 172), “planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular”. Mas esses acordos não devem ser incentivados apenas entre alguns poucos agentes hegemônicos, e sim entre todos os agentes, inclusive os hegemonzados. Os geógrafos precisam, então, estar preparados para compreender este novo momento. E essa compreensão não poderá vir senão pelo método dialético.

Para entender a desigualdade espacial, a dialética espacial e a alienação do território, existe um conceito próprio dos geógrafos e muito útil para tratar dessa questão. Trata-se do

⁷⁷ “A interdisciplinaridade não é algo que diga respeito às disciplinas, mas à metadisciplina”. (SANTOS *et al.*, 2000b, p. 49)

⁷⁸ “Ao destruir a rua como espaço para a vida pública, o planejamento modernista também minou a diversidade urbana e a possibilidade de coexistência de diferenças.” (CALDEIRA, 2000, p. 311).

⁷⁹ “Parece claro que, se os problemas da metrópole surgiram de imposições alienantes, que cercaram a participação de cidadãos na produção do seu espaço, uma primeira esperança será a de reconquistar a participação do povo”. (MORAIS, 1981, p. 102)

conceito de região. Mas não daqueles conceitos de região de outros períodos históricos, como o de região natural de Ratzel, região geográfica de La Blache ou região funcional, da Geografia Quantitativa. É preciso trabalhar com um conceito refuncionalizado e coerente com as especificidades do atual período técnico-científico e informacional. Essa discussão é, dessa forma, o ponto de partida para a reflexão sobre a questão da fragmentação das administrações municipais.

O complexo conceito de região

Assim como há aqueles que pregam o fim do Estado, o fim do território, a existência dos não-lugares, há quem diga que a região é um conceito do passado, que a globalização vem acabando com as regiões. Sabemos, porém, que a globalização é um vetor seletivo, que não atinge todos os pontos igualmente, mas escolhe alguns para privilegiá-los (SOUZA, 1995). Por isso dizemos, o que para alguns pode parecer contraditório, que a globalização vem acompanhada de um profundo processo de fragmentação. Daí Santos e Silveira (2001, p. 259) falarem em espaços opacos e espaços luminosos. Não precisamos ser cientistas, muito menos intelectuais, para perceber que a globalização vem aumentando as desigualdades, não apenas sociais, mas também espaciais, mesmo porque essas duas desigualdades são indissociáveis. Basta olharmos as paisagens ou assistirmos aos jornais para notarmos essas diferenças.

O conceito de região vem se transformando com o tempo, dado o esforço da Geografia em rever os seus conceitos e dada à própria mudança do funcionamento do mundo em que os fatores de coerência da região vêm se transformando. No surgimento da Geografia Regional a região era considerada “um espaço⁸⁰ com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos” (LENCIONE, 1999, p. 100). A região era algo a ser descoberto, existia independente do pesquisador. Este deveria apenas ser capaz de “distinguir as homogeneidades na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais.” (p. 100). De região natural, ela passa a geográfica, homogênea, funcional (GOMES, 1995 e CORRÊA, 1986), conceitos que não respondem mais ao funcionamento do período atual.

No mundo de hoje, por uma série de motivos, esses conceitos de região não se aplicam mais. Neste novo período em que as modernizações chegam cada vez mais depressa, é

⁸⁰ Lencione assume aqui espaço como palco, não como instância e totalidade em movimento.

inviável procurarmos por regiões homogêneas, ou seja, regiões em que as variações dentro de uma área são menores que as variações do entorno. Isto porque uma área homogênea hoje pode se tornar heterogênea do dia para a noite, dada a intensa aceleração contemporânea (SANTOS, 1999a, p. 158).

Podemos, ainda, traçar regiões considerando separadamente alguns temas específicos, como produção industrial, serviços, clima, geomorfologia, mas dificilmente encontraremos uma harmonia, uma simbiose entre esses elementos como tínhamos no passado. Também porque temos hoje um mundo cortado por redes de transporte e principalmente redes informacionais, o que revolucionou a antiga noção de distância (de deslocamento, logo tempo) a qual não é mais apenas geométrica. A idéia de proximidade organizacional toma o lugar da proximidade geométrica, e o que define essa situação é o acesso às redes de transporte e comunicação. Dessa maneira, até mesmo a necessidade de haver contigüidade para se definir uma região pode ser contestada.

Temos então um impasse. Se dissermos que a região não faz mais sentido, estaremos sendo condizentes com aquelas idéias liberais que crêem na globalização como um vetor homogeneizador dos lugares. Por outro lado, se insistirmos na utilização do conceito de região, teremos que adaptá-lo ao período e à realidade em que vivemos. A dificuldade na reformulação do conceito se deve à dificuldade de se delimitar regiões nesse mundo cada vez mais mutante.

Porém, não é porque a região tem uma menor duração de seu edifício regional (SANTOS, 1999a, p.197) que o seu conceito também será instável. Temos que inserir esse fator de mutabilidade na própria definição da região. Konder (1981, p. 51) diz que “para dar conta do movimento infinitamente rico pelo qual a realidade está sempre assumindo formas novas, os conceitos com os quais o nosso conhecimento trabalha precisam aprender a ser ‘fluidos’.”

A região se caracterizaria então por uma “coerência funcional” (SANTOS, 1999a, p.197) entre um ou múltiplos fatores espaciais, independente do tempo de duração dessa coerência. Dessa maneira, “a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem.” (p.197). Temos então que pensar a região através de uma máxima do século XV, reproduzida por Ortega Y Gasset (1973, p. 65): “Nada é seguro para mim senão o incerto”. E assim é a região.

Nosso raciocínio cartesiano nos cobra uma visão geométrica, uma idéia de escala geométrica ao se pensar o lugar e a região. Mas qual o limite do acontecer solidário, que coerência funcional levaremos em questão? Como delimitar então a fronteira do lugar ou da região? A resposta é taxativa: é impossível delimitá-las.⁸¹ Mas nem por isso esses dois conceitos são inúteis. Pelo contrário, é a maleabilidade deles que permite que façamos interpretações novas do mundo que nos é apresentado. Milton Santos (1999a, p. 131) diz que: “A região e o lugar não têm existência própria. (...) Sua significação é dada pela totalidade de recursos e muda conforme o movimento histórico.” Portanto, são conceitos dialéticos, visto que possuem a idéia de dinâmica, contêm a noção de totalidade, pois o lugar contém o mundo⁸², e trazem a idéia de contradição, dado que a dialética espacial se manifesta nas diferenciações entre lugares e regiões e nas diferenciações intralugares e intraregiões.

Postas essas idéias, podemos entender a razão pela qual Milton Santos (1999a, p. 132) diz que “a distinção entre lugar e região passa a ser menos relevante do que antes (...) Na realidade, a região pode ser considerada um lugar, desde que a regra da unidade e da continuidade do acontecer histórico se verifique. E os lugares – veja-se o exemplo das cidades grandes – também podem ser regiões.”

Essa reflexão teórica, além de ser útil na discussão da setorização da gestão municipal, também pode nos ajudar a entender a realidade da Região Metropolitana de Campinas (RMC). Milton Santos (1999a, p. 226) diz que:

Na caracterização atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos institucionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos de sua existência e definição.

A realidade da RMC parece algo muito condizente com as palavras acima. Para Albuquerque (2003, p. 546):

A institucionalização da Região Metropolitana de Campinas só faz sentido como um recorte político ideológico de um espaço luminoso do território brasileiro, que se destaca como um recurso para as corporações capitalistas e passa a se constituir como uma unidade política de planejamento cujo objetivo estaria voltado para a ampliação da produção de espaços luminosos.

⁸¹ “A região tornou-se um dado mutável que não se prende a seus limites, mas aos processos que nela se realizam.” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 536).

⁸² “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo.” (SANTOS, 1999a, p. 252).

Regionalização e Diferenciação Regional

O que seria então a *regionalização*? Qual a diferença em relação ao conceito de *região*? Geralmente, a regionalização é interpretada de duas maneiras. Na primeira, é vista como um processo e é entendida como uma consequência da ação seletiva dos vetores hegemônicos, ou seja, um resultado das modernizações diferenciais promovidas pela globalização. As possibilidades dadas pelo modo de produção capitalista não são efetivadas homogeneamente pelas formações sócio-espaciais (SANTOS, 1979b), resultando daí o processo de regionalização. É nesse sentido que Milton Santos emprega o termo na seguinte passagem:

Na mesma vertente pós-moderna que fala de fim do território e de não-lugar, inclui-se, também, a negação da idéia de região, quando exatamente, nenhum subespaço do Planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização. (1999a, p. 196, grifo nosso).

A essa noção não chamaremos de regionalização, mas de diferenciação regional (MELGAÇO e ALBUQUERQUE, 2004).

Também podemos encontrar o termo regionalização empregado com o sentido de planificação, de delimitação de regiões, do estabelecimento de limites espaciais, com os fins os mais diversos. Por exemplo, dentro de uma administração municipal temos uma regionalização promovida pela área da saúde, outra pela segurança pública. Na escala nacional temos a regionalização utilizada pelo IBGE, a qual divide o país em região sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e norte. Dessa maneira, a regionalização é uma tentativa (sempre frustrada) de captar a diferenciação regional. É a velha idéia de “descobrir” a região e prontamente delimitá-la. Mas, como sabemos que a região é uma entidade em constante mutação, percebemos que a coerência entre a regionalização e a diferenciação regional não dura muito tempo. A delimitação é um instante congelado do tempo, por isso ela é sempre *passado*.

A delimitação, ou regionalização, produz formas-conteúdo, denominadas regiões, mas que, na verdade, não correspondem à região em sua verdadeira coerência funcional. Silveira (2003, p. 410) nos alerta que:

Ancorada numa concepção de escala geográfica, a visão geométrica da geografia e do espaço pretende definir a região a partir dos limites. Essa visão escalar e, em consequência, a cisão escalar se antepõem à escolha das variáveis consideradas pertinentes à interpretação de um fenômeno. Assim, mudando-se os limites... acabaria a região.

Não podemos nos esquecer também que o espaço é dialético. Fazemos uma regionalização pensando na diferenciação regional que ocorreu no passado e chegou até

aquele instante. Mas, assim que regionalizamos, criamos normas formais e informais de uso e estamos interferindo em uma nova diferenciação regional.⁸³ A regionalização, nesse sentido, também pode ser vista como uma *rugosidade* (SANTOS, 1999a, p. 113).

Além da noção de algo do passado que fica como marca na paisagem presente, a regionalização é uma rugosidade por também conter a noção de inércia-dinâmica, que o próprio Marx já havia destacado, ou seja, a de que “tudo o que é resultado da produção é, ao mesmo tempo, uma pré-condição da produção”. (MARX, apud SANTOS, 1979b, p. 19). A regionalização, resultado de uma interpretação da diferenciação regional acontecida no passado, passa a ser pré-condição das novas diferenciações que irão ocorrer.

A regionalização, então, acaba criando sinergias nos lugares delimitados, porque ela é uma forma-conteúdo que contribui para a instalação de outras formas-conteúdo. (SILVA NETO, 2003).

Com esta argumentação, podemos demonstrar como o conceito de lugar e de região, se abarcarem a noção de fluidez, de aceleração, podem ser extremamente interessantes para a compreensão deste mundo mutante. Podemos também perceber como a região é um conceito carregado de ideologia, visto que ela se vale do argumento da diferenciação regional, mas rapidamente a coerência se esvai, mantendo os limites da regionalização apenas por interesses políticos.

Campinas: território recortado

A administração pública em Campinas segue um modelo setorial, sendo que cada setor possui a sua própria regionalização, ou seja, a sua própria maneira de lidar com o território. (MELGAÇO e ALBUQUERQUE, 2004). O objetivo central do processo de regionalização seria o de descentralizar e aperfeiçoar a gestão pública. Esse tipo de setorização é regra em praticamente todos os municípios brasileiros.

Temos no mapa 31 (p. 108) seis regionalizações promovidas por diferentes setores da administração pública de Campinas, sendo elas: 1. Administrações Regionais, 2. Unidades Territoriais Básicas, 3. Regionalização da Secretaria de Saúde, 4. Bacias Hidrográficas, 5. Distritos Policiais e 6. Setores Censitários.

⁸³ A primeira regionalização do Brasil de que se tem notícia foi a divisão, ainda enquanto colônia de Portugal, do país em Capitanias Hereditárias. Tal regionalização influenciou fortemente as diferenciações regionais que ocorreram após este período e que possuem marcas ainda no período atual.

A regionalização é resultado de uma determinada concepção sobre a dinâmica territorial. Sendo assim, cada uma dessas regionalizações setoriais foi feita em função do entendimento de variáveis particulares correspondentes a cada setor. Isso fez com que fossem traçadas seis delimitações diferentes do território, o qual passou a ser compreendido como uma sobreposição de regionalizações, cujos limites e informações geralmente não têm correspondência entre si.

A existência de regionalizações diversas dentro de uma mesma administração gera alguns problemas de gestão como a falta de comunicação entre os setores, a dificuldade na padronização de dados estatísticos colhidos em cada regionalização, a quase impossibilidade de associação entre esses dados e, muitas vezes, a má destinação de verbas, as quais poderiam ser mais bem empregadas caso houvesse uma maior sintonia entre os setores.

Milton Santos (2003, p.189) ressalta o papel das formas no planejamento atual ao falar sobre “a execução de projetos de planejamento aparentemente isolados mas que, contudo, visam o mesmo alvo: acelerar a modernização capitalista e frustrar, se necessário, projetos nacionais de desenvolvimento.” E ele completa dizendo que “através da ação sobre as formas, tanto novas como renovadas, o planejamento constitui muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas” (p. 193).

Contudo, poderíamos argumentar, a princípio, em favor de que cada secretaria tenha sua própria regionalização. Para isso, teríamos que nos basear na idéia, já exposta, de que a região só faz sentido se for considerada segundo algum tema específico, não havendo mais hoje aquela região formada por um vasto conjunto de fatores nos quais se observa uma homogeneidade. Isso até pode ser verdade. Porém, sabemos que a violência, por exemplo, possui estreita relação com outras questões como a educação, as finanças, a saúde, os transportes. As maiores intervenções voltadas à diminuição da violência, inclusive, dão-se em áreas consideradas fora do âmbito da segurança pública, estando esta mais voltada a práticas remediadoras do que preventivas.

Esta questão pôde ser percebida em entrevista feita com um líder comunitário do Jardim Campo Belo⁸⁴, um dos bairros de Campinas com problemas mais severos em relação à criminalidade. Uma das reclamações dele e de outros moradores dizia respeito ao alto índice de estupros na área. Pudemos perceber que essa incidência não estava ligada unicamente à ineficiência da cobertura policial no bairro, mas tinha uma ligação íntima com a má

⁸⁴ Ver mapa de referência à página 93.

distribuição dos transportes e de iluminação pública. A maioria dos residentes no bairro utiliza, em média, dois ônibus para chegar em casa, sempre já tarde da noite. Há poucos itinerários e por isso as pessoas, em especial as mulheres, esperam longos períodos nos pontos de ônibus e descem em pontos muito distantes de suas casas, tendo que completar o percurso a pé. Para complicar ainda mais a situação, a iluminação pública no bairro praticamente inexistente. Há, portanto, um conjunto de fatores correlacionados que se perdem em uma análise puramente setorial do território.

Lojkine (1981, p. 54) identifica as limitações do planejamento setorial ao dizer que:

Os habitantes das cidades não se sentem defendidos nem pelos figurões que ainda são a expressão de uma sociedade rural, nem mesmo pelos funcionários locais da administração estatal que permanecem prisioneiros dos recortes setoriais de suas atribuições.

Dessa maneira, propomos aqui uma administração não baseada em setores, mas que tenha como fundamento o território, ou melhor, o *território usado*. Sabemos que, no *lugar*, essas manifestações setoriais acontecem de forma híbrida. A violência, ou mais especificamente a segurança pública, está diretamente ligada a diversos outros setores. Qual seria então a solução? Se os limites do lugar não são passíveis de delimitação permanente, como então promover uma administração com base no território? Seria possível criar uma única regionalização em que cada unidade abrangesse todos os setores, ou seja, que cada habitante tivesse a seu dispor, a uma distância compatível com suas possibilidades de locomoção, toda a infra-estrutura básica para que ele tenha uma condição cidadã? Quais seriam então os critérios para se promover essa regionalização única? Ou vamos mais além, seria necessário haver uma regionalização?

O problema está dado. Já as repostas, não as temos ainda, mas esperamos que este método utilizado nos guie em direção a elas. Porém, já temos algumas pistas, e uma delas é o fato de que o planejamento deve ressaltar o papel da informação nos lugares, tentando diminuir o processo de alienação do território e a violência da informação intermediada pelos veículos de comunicação de massa.

Pedagogia do Lugar: para além da segurança pública

Tanto Francisco Filho (2003) quanto Aidar (2002) constataam que, no caso de Campinas, as áreas com maior índice de crimes contra a pessoa estão mais relacionadas com áreas de baixos índices de educação do que com regiões de baixa renda. Isto nos leva a pensar o papel da educação na compreensão da violência.

O acesso às redes de informação vem se tornando cada vez mais um requisito de acesso à cidadania. Acesso à informação é sinônimo de acesso à educação, à cultura, ao lazer e, sobretudo, ao poder⁸⁵. Nesse sentido, pensamos um planejamento que retome o papel da informação nos lugares, buscando tirá-los dos interstícios do espaço reticular.

Souza (2000, p. 3) chama de *pedagogia cidadã* a “atividade que envolve um trabalho sistemático com os movimentos populares no sentido de oferecer-lhes informação confiável e organizada para as suas reivindicações, bem como lhes ensinar formas de armazenar e utilizar essas informações”. Essa pedagogia colabora então para eliminar os filtros diversos, em especial os da mídia. Assim, espera-se que as informações cheguem aos lugares da forma mais correta possível e possam ser contestadas, ou ainda mesmo geradas, organizadas, interpretadas e difundidas nos lugares.

Dessa maneira, o problema das múltiplas regionalizações pode ser minimizado à medida que as pessoas tiverem acesso às informações que dão conta da sua realidade quanto às condições de saúde, educação, segurança, etc., e possam compará-las com as condições dos demais lugares.

Vemos nisso um ponto de se repensar o Geoprocessamento, fazendo com que ele se torne menos uma arma de exploração e mais uma arma de cidadania, podendo se constituir em uma Cartografia dos Lugares, ou como quer Ribeiro *et al.* (2001/02), uma Cartografia da Ação.⁸⁶

Em Campinas pudemos ter acesso a uma iniciativa que, de certa maneira, trabalha no sentido de possibilitar a geração de informação sobre denúncias de criminalidade, sem que elas tenham que passar pelos filtros dos órgãos de polícia. No dia 07 de fevereiro de 2002, mediante parceria entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (Polícias Civil e Militar), a organização não-governamental Movimento Vida Melhor e empresários de Campinas, foi criado o serviço Disque-Denúncia. Desde sua criação, até o dia 31 de julho de

⁸⁵ “A produção, a acumulação e a circulação intensas da informação, em todas as suas formas, são decisivas para a realização dos projetos dos agentes sociais, e a sua posse ou ausência é um novo artifício da escassez e da abundância.” (TOZI, 2005. p. 6).

⁸⁶ “Nesse sentido, propõe-se uma cartografia incompleta que se faz fazendo; uma cartografia da prática, que não seja apenas dos usos e das funções do espaço, mas, também, usável, tentativa e plástica, através da qual se manifeste a sincronia espaço-temporal produzida e produtora da ação.” (RIBEIRO, 2001/02, p. 43).

2004, foram feitas 72.646 ligações (média de 53 por dia), totalizando 22.546 denúncias. Destas, 1023 casos foram solucionados (média de 1,13 ao dia)⁸⁷.

Apesar de não ser a única solução para a criminalidade, como os próprios dados de casos solucionados acima nos mostram, acreditamos que essa é uma interessante iniciativa no combate à violência. Há, porém, bairros em que os traficantes inibem a população a denunciar, mesmo no caso do Disque-Denúncia, em que as ligações são anônimas. Marcelo Souza (1996, p. 461) identifica algo semelhante quando diz que:

Os traficantes de droga, ao cooptarem, eliminarem ou “fabricarem” lideranças comunitárias, e ao incutir temor e desconfiança nos moradores em geral, têm contribuído para solapar os fundamentos de uma autêntica participação popular no processo de planejamento e implementação de políticas públicas.

Na tentativa de enfraquecer o poder de articulação desses criminosos, é necessário um planejamento territorial que seja capaz de compensar com vantagem os benefícios imediatos oferecidos pelo crime organizado.

Dessa forma, a pedagogia do lugar funcionaria como um instrumento de “desalienação” territorial e de incentivo às práticas cotidianas, à coesão e promoção das articulações e, conseqüentemente, ao aumento do poder dos agentes hegemonizados. Mais do que informação, ela promoveria a comunicação.

A pedagogia do lugar surge, então, como uma forma de incentivo ao surgimento de novas solidariedades orgânicas e, conseqüentemente, de diminuição de diversas formas de violência. É também uma forma de se considerar o lugar na sua infinidade de aspectos, e não como uma interpretação limitada feita via setores da administração pública.

É, portanto, cada vez mais urgente a necessidade de se mudar o foco das discussões a respeito do planejamento e da violência. A questão não é setorial, o que nos permite afirmar com confiança que o problema não é de segurança pública. Como pôde ser visto, a violência é um fenômeno extremamente complexo, e só a partir dos conceitos de lugar e de território usado ela poderá ser profundamente compreendida. Assim, é cada vez mais urgente a necessidade de se passar de um planejamento setorial para um planejamento verdadeiramente territorial.

⁸⁷ Ver no anexo A, à página 123, as denúncias feitas em 2004.

Considerações Finais

*“A vida não é um produto da Técnica mas da
Política, a ação que dá sentido à materialidade.”
(Milton Santos, Técnica Espaço e Tempo)*

Conceituar violência é uma tarefa extremamente árdua, e estudar esse fenômeno a partir da Geografia talvez seja um desafio ainda mais difícil. Mas uma coisa é certa: a violência não é, por si só, objeto de estudo da Geografia. Aos geógrafos cabe estudá-la enquanto prática espacial, fruto de usos específicos do território.

Esse princípio permitiu-nos associar a reflexão sociológica a respeito das distinções entre violência e poder (ARENDT, 1994) à idéia de solidariedades geográficas (SANTOS, 1994; 1998). Esse raciocínio mostrou-se algo realmente novo, na medida em que trouxe uma possibilidade diferente de compreensão da violência ao destacar suas relações com as articulações feitas nos lugares.

Além disso, a constatação de que a violência é uma questão que vai além das práticas criminosas foi um importante ponto de partida para esta dissertação. Do preconceito aos homicídios, a violência está inserida em práticas de naturezas e abrangências muito distintas. Por esse motivo, houve que se fazer uma reflexão que fosse além da discussão legalista. Foi preciso compreender as legitimações dadas pelos usos, e essa compreensão não viria da leitura das leis.

Falar em violência é falar em complexidade. E, quando se trata de discutir a complexidade da realidade, nenhum outro método é tão eficiente quanto o dialético. A dialética permitiu que trabalhássemos com o movimento perpétuo de transformação permanente das coisas, a totalidade e a contradição. Esses três elementos, quando pensados a partir da Geografia, indicaram-nos a importância de se pensar o conceito de território usado, levando-nos a refletir sobre a dialética espacial.

Através da dialética espacial pudemos perceber que a violência não se manifesta somente em situações mais extremas, mas que ela pode ser identificada nos diferentes usos do território. A alienação territorial, por exemplo, é uma forma silenciosa e cruel de violência.

Além da alienação, outras inúmeras formas silenciosas só puderam ser apreendidas quando passamos da escala do território para a escala do lugar e do cotidiano. O estudo desses dois conceitos permitiu-nos não só identificar as diversas formas de violência diária, mas também notar as formas de resistências, de contra-violências feitas no âmbito das articulações locais, ou seja, das solidariedades geográficas.

Quanto maior o número de articulações cotidianas e quanto mais heterogêneas elas forem, maior será a coesão nos lugares, maior será o poder e menor será a necessidade de se usar da violência. Contudo, não é nesse sentido que vêm trabalhando os empreendedores do

urbano quando propõem formas que têm no medo a principal argumentação para a promoção da segregação espacial.

Esta segregação não é exclusividade deste período, mas historicamente produzida através da formação sócio-espacial brasileira. Essa construção repercutiu também na formação territorial de Campinas, a qual é igualmente marcada por um processo de modernização desigual. Dessa forma, para entender a violência em Campinas foi necessário compreender como este território se voltou para usos corporativos e hegemônicos, deixando um grande vácuo para a maior parte da população. Sendo assim, a dialética espacial em Campinas se tornou latente em sua paisagem.

Utilizar o método dialético não significou, porém, deixar de lado o analítico. Este último pode e deve ser usado, desde que subordinado ao primeiro. Sendo assim, foi importante que as limitações da abordagem analítica fossem discutidas para que a compreensão sobre a violência pudesse avançar.

Dessa forma, não há problema em se utilizar estatísticas criminais ou ir adiante, espacializando-as sob a forma de mapas. Mas é preciso ter em mente que estes não podem ser o ponto de partida da análise, e sim devem ser usados apenas como forma de se reforçar, de forma empírica, uma argumentação teórica. O Geoprocessamento, então, deve ser encarado como um instrumento da pesquisa em Geografia, um meio, e não um fim em si mesmo, sendo que a sua importância dependerá dos usos que dele forem feitos.

Mas para que esta reflexão sobre o conceito de violência, a dialética espacial, o lugar e o cotidiano, a formação sócio espacial e o Geoprocessamento não ficasse apenas nas palavras e pudesse resultar em ações efetivas, a discussão sobre o planejamento se fez necessária. E a Geografia talvez seja a ciência que mais condições tenha para tratar desse assunto.

Pensar o planejamento é pensar a pluralidade. É pensar a indissociabilidade entre materialidade e ação, entre técnica e política. Nesse sentido, um planejamento que vá além da questão setorial e atinja um patamar territorial se mostra indispensável. Nossa reflexão então procurou deixar claro que a violência não é uma questão somente de segurança pública. Não se trata apenas de se repensar as formas de agir das polícias. Trata-se de algo mais abrangente, que só o conceito de território usado pode fornecer. Além disso, mais importante que repensar a forma de agir das polícias é rever as próprias funções dessas instituições.

A violência mostrou-se, portanto, um problema de ordem muito mais política do que técnica. Por esse motivo, a diminuição da violência não ocorrerá nem com o aumento da

repressão policial nem com a ampliação de práticas de vigilância. Para Yazigi (2000, p. 256) “esta modalidade de resposta armada só faz alimentar o ciclo de violência, já que enfraquece cada vez mais a esfera pública”. E, como a política é a arte das escolhas, o homem precisa ser encarado como o agente, e não o agido na questão da violência. Conforme Zanotelli (2002, p. 52), “as noções de fato social, de que todo ato humano é de natureza social, nos ajudam a entender a busca desesperada que os dominantes têm feito para encobrir a razão social da violência.” Por esse motivo, ela não pode mais ser entendida como uma fatalidade.

Portanto, para que a Geografia possa ter um papel importante na discussão da violência ela precisa ser uma ciência do atrito, ou seja, uma Geografia da ação. E, para isso, não há outro caminho senão a superação das limitações do método analítico e o envolvimento profundo com o dialético.

A dialética vem nos possibilitando compreender a violência em sua complexidade. Nesse sentido, é o incentivo a um cotidiano heterogêneo e sem alienação o que realmente propiciará um contraponto aos movimentos violentos, através do aumento das articulações e das solidariedades geográficas.

E Kosik (1976, p. 78) nos lembra do caráter também transformador da violência ao dizer que “para que o homem possa descobrir a verdade da cotidianidade alienada, deve conseguir dela se desligar, liberá-la da familiaridade, exercer sobre ela uma ‘violência’.”

Certeau (1994, p. 45) e Habermas (1983, p. 325) nos indicam que esse movimento revolucionário, essa contra-violência, não virá dos governantes, muito menos dos agentes hegemônicos, mas do homem pobre e comum. O primeiro diz que “as táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas”. E o segundo aponta que “a dominação política pode, de agora por diante ser legitimada ‘de baixo para cima’, em vez ‘de cima para baixo’”. Milton Santos (1999a, p. 260) compartilha dessa expectativa ao dizer que “agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos.” A resistência, portanto, não virá do mundo, mas dos lugares.

Anima-nos, por fim, a acreditar em uma Geografia metodologicamente revolucionária, que seja capaz de compreender este novo Período Popular da História (SANTOS, 2000), e que possa contribuir para um planejamento territorial mais justo e solidário. Ouçamos então os gritos do território! (SOUZA, 2005).

Para terminar, lembremo-nos da provocação de Marx (1946, p. 54, tradução nossa) em sua décima-primeira tese sobre Feuerbach – “Os filósofos têm se limitado a interpretar o mundo; trata-se, no entanto, de transformá-lo”. Poderíamos reinterpretá-la para a Geografia: os analíticos têm se limitado a descrever a violência; trata-se, no entanto, de compreendê-la. E compreender é mudar, como já dizia Sartre (1966, p. 20).

CADERNO DE MAPAS

Mapa 3. Crescimento Urbano entre 1973 e 2005.⁸⁸

Mapa 4. Crescimento da População. 1996-2000.

⁸⁸ Detalhes dos procedimentos utilizados na elaboração deste mapa, inclusive com as imagens de satélites que lhe deram origem, podem ser vistos no Apêndice A, à página 118.

Mapa 5. Natalidade.

Mapa 6. Densidade Populacional.

Mapa 7. Favelas.

Mapa 8. Ocupações.

Mapa 9. Aglomerações Subnormais.

Mapa 10. População Alfabetizada.

Mapa 11. Responsáveis pelo Domicílio, com mais de 5 anos de Estudos.

Mapa 12. Responsáveis pelo Domicílio, com menos de 5 anos de Estudos.

Mapa 13. Domicílios sem Banheiro.

Mapa 14. Valor do Rendimento Médio Mensal dos Responsáveis pelos Domicílios.

Mapa 15. Homicídios por UBS.

Mapa 16. Densidade de Homicídios.

Mapa 17. Residência das Vítimas de Homicídios.

Mapa 18. Homicídios: Mesmos Dados, Mapas Diferentes.

Mapa 19. Homicídios e PIB per Capita.

Mapa 20. Seqüestros-relâmpago.

Mapa 21. Suicídios.

Mapa 22. Residência das Vítimas de Suicídios.

Mapa 23. Mortes no Trânsito.

Mapa 24. Residência das Vítimas Mortas em Acidentes de Trânsito.

Mapa 25. Distritos Policiais e Respectivas Sedes.

Mapa 26. Localização da Sede do 13º Distrito.

Mapa 27. Sedes dos Distritos sobrepostas aos Rendimentos do Responsável pelo Domicílio.

Mapa 28. Crimes Contra a Pessoa e Crimes Contra o Patrimônio.

Mapa 29. Homicídios por Distrito Policial. 2002.

Mapa 30. Homicídios por Distrito Policial. 2003.

Mapa 31. Campinas. Território Recortado: Regionalizações da Administração Pública. 2004

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AIDAR, Tirza. **A face perversa da cidade**: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Médicas - UNICAMP, Campinas-SP. 2002.

ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de. A Regionalização no Período Técnico-Científico-Informacional: A Região Metropolitana de Campinas. In: SOUZA, M. A. de. (org.) **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003. p. 534-547.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 339p.

_____. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. 114 p.

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas**: o Despertar da Modernidade. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996. 162 p.

BAENINGER, Rosana Aparecida. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: HOGAN, D. J. (*et al.*) **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p. 321-348.

BAENINGER, Rosana Aparecida; GONÇALVES, Renata Franco de. **Novas Espacialidades no Processo de Urbanização**: a região metropolitana de Campinas. XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais Brasil 500 Anos: mudanças e continuidades, Caxambu, MG, 2000.

BALBIM, Renato. **Práticas espaciais e informatização do espaço da circulação**: mobilidade cotidiana em São Paulo. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. FFLCH-USP. 2003

BARROW, John D., **Teorias de Tudo**: a busca da explicação final. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 292.

BRANCO, Maria Luisa Gomes Castello. A Geografia e os Sistemas de Informação Geográfica, **Território**, Vol. 1, nº. 2, LAGET/UFRJ, Relume-Dumará, Rio de Janeiro, jan./jun. 1997, p. 77-91.

BRUNET, Roger; DOLLFUS, Olivier. **Géographie universelle**. Tome 1: Les Mondes Nouveaux. Paris, Hachette/Reclus, 1990.

CÂMARA, Gilberto. Como mentir com mapas (sem o saber). **Infogeo**. nº. 15. 2000.

_____. Geometrias não são Geografias: o legado de Milton Santos. **InfoGeo**. ano 3, n.20. 2001.

CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.; MEDEIROS J. S. Fundamentos Epistemológicos da Ciência da Geoinformação. In: **Introdução à Ciência da Geoinformação**. Livro on-line, INPE. 2000. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap5-epistemologia.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A Cidade Fortificada. **Folha de São Paulo**, 22 de setembro de 1996. Caderno MAIS!, p. 5-6.

_____. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**, São Paulo: Edusp, 2000. 400 p.

CARNEIRO, Leandro Piquet. Para Medir a Violência. In: PANDOLFI, D. C. (*et al.*). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 165-178.

CASTILLO, Ricardo. **Sistemas Orbitais e Uso do Território: Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro**, Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia. FFLCH – USP, São Paulo 1999.

_____. A Imagem de Satélite como Estatística da Paisagem: crítica a uma concepção reducionista da Geografia. **Ciência Geográfica**, Bauru, vol. 1, n. 7, p.39-42, jan/abr. 2002.

CASTILLO, Ricardo; TOLEDO, Rubens; ANDRADE, Julia. Três Dimensões da Solidariedade em Geografia. Autonomia Político-Territorial e Tributação. **Experimental**, São Paulo, nº. 3, setembro, 1997. p. 69-99.

CATAIA, Márcio. **Território Nacional e Fronteiras Internas: A fragmentação do Território Brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia. FFLCH-USP, São Paulo, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 (1980). 351 p.

CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 372 p.

CIIP - Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz; Universidade para a Paz das Nações Unidas, **O estado da paz e a evolução da violência: a situação da América Latina**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. 230 p.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986. 93 p.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas, SP: Papirus, 1995. 136 p.

CUNHA, José Marcos e OLIVEIRA, Antonio de. População e Espaço Intra-Urbano em Campinas. In: HOGAN, D. J. (*et al.*) **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p. 351-393.

CROSTA, Álvaro; SOUZA FILHO, Carlos Roberto de. Sensoriamento Remoto. **Anuário Fator GIS**, 1997. p. C-10 à C-21.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Pequeno Exército Paulista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977. 95 p.

DORNELLES, João Ricardo W. **O que é crime**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 83 p.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio, As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores. 247 p.

EMPLASA. **Por dentro da Região Metropolitana de Campinas** (Cd-Rom), Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão. 2002.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Edusp, 2001. 326 p.

FELIX, Sueli Andruccioli, **Geografia do Crime**: interdisciplinaridade e relevâncias, Marília: Marília – UNESP – Publicações, 2002. 200 p.

FERRAZ, Hermes. **A Violência Urbana**: ensaio. São Paulo: João Scortecci Editora, 1994. 115 p.

FIORI, Wagner da Rocha. Modelo Psicanalítico. In: RAPPAPORT, C. R. **Psicologia do Desenvolvimento**. Ed. EPU, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. R. Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. 288 p.

FRANCISCO FILHO. **Distribuição espacial da violência em Campinas**: uma análise por Geoprocessamento. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GUIMARÃES, Áurea Maria. **Vigilância, punição e depredação escolar**. Campinas, SP: Papirus, 2003 (1985). 160 p.

GOMES, Paulo da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, I. A. (*et al.*) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

GURR, Ted Robert. On the History of Violent Crime in Europe. In: GRAHAM, Hugh Davis; GURR, Ted Robert (orgs). **Violence in America**: Historical and Comparative Perspectives. Ed. Revista. Beverly Hills: Sage, 1979. p. 353-374.

HABERMAS, Jürgen. Teoria Analítica da Ciência e Dialética: contribuição à polêmica entre Popper e Adorno. In: **Textos Escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção os Pensadores.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. 122 p.

HENNINGTON, Elida Azevedo. **Saúde e Trabalho**: mortalidade e violência no município de Campinas – SP. Tese de Doutorado, FCM – UNICAMP, 2002.

- HUFF, Darrell. **How to Lie with Statistics**. London: Penguin Books, 1973. 124 p.
- ISNARD, Hidelbert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almeida, 1979. 257 p.
- JOLY, Fernand. **A Cartografia**. Campinas, SP: Papirus, 1990. 136 p.
- KAHIL, Samira Peduti. **Unidade e Diversidade do Mundo Contemporâneo**. Holambra: a Existência do Mundo no Lugar. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 1997.
- KAHN, Túlio. **Estatística de Criminalidade**: manual de interpretação. Coordenadoria de Análise e Planejamento - Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://www.seguranca.sp.gov.br/estatisticas/graficos200404/manual.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2005.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 87 p.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (1963). 230 p.
- LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 214 p.
- LÊNIN, V.I. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1980.
- LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 337 p.
- LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo, Cortez, 1985. 112 p.
- MACHADO, Lia Osório. O Comércio Ilícito de Drogas e a Geografia da Integração Financeira: uma simbiose? In: CASTRO, I. E., GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R. L., **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 15-64.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 330 p.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: ENGELS, Friederich. **Ludwig Feurbach et la fin de la philosophie classique allemande**. Paris: Edition Sociales, 1946.
- _____. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 78 p.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 394 p.
- MATIAS, Lindon. **Sistema de Informações Geográficas (SIG)**: teoria e método para representação do espaço geográfico. São Paulo, FFLCH – USP, 2001.
- MELGAÇO, Lucas. **Uso do Território, Violência e Tecnologias da Informação**: o caso de Campinas-SP. Monografia. Campinas, Instituto de Geociências, 2002.

_____. O Uso do Território pela Violência, In: SOUZA, M. A. **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 524-533.

MELGAÇO, Lucas; ALBUQUERQUE, Mariana. **Território Recortado**. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia. Julho de 2004.

MENDONÇA, Francisco. **Clima e Criminalidade**: ensaio analítico da correlação entre a temperatura do ar e a incidência da criminalidade urbana. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. 182 p.

MICHAUD, Yves. **Violence et Politique**. Paris: Gallimard, 1978. 231 p.

MONMONIER, Mark. **How to lie With Maps**. Chicago and London: University of Chicago Press, 1996. 208 p.

MORAIS, Regis de. **O que é Violência Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 116 p.

ODALIA, Nilo. **O que é Violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. 96 p.

ORTEGA Y GASSET, José. **O Homem e Gente**. Trad. J. Carlos Lisboa. Rio de Janeiro: Ibero-Americano, 1973 (1957). 306 p.

_____. Meditaciones Del Quijote. **Revista de Occidente en Alianza Editorial**. 6ª edição, Madri, 1999.

PEET, Richard. Inequality and Poverty: a marxist-geographic theory. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington DC, Estados Unidos, 65 (4), 1975. p. 564-575.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, **Sumário de dados: População, Campinas e Região**, 1998.

_____. **Sumário de dados: População, Campinas e Região**, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS: Escritório de Planejamento. **Matriz de Periodização de Campinas**. Direção geral de Maria Adélia de Souza. Campinas: Instituto Proócio, 2004. CD-ROM

PRISIONEIRO da Grade de Ferro (Auto-Retratos). Direção de Paulo Sacramento. São Paulo, Olhos de Cão Produções Cinematográficas. 2003. DVD.

PUTNAM, Robert. Capital Social e Democracia. In: **Braudel Papers**. Documento do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, n. 10, 1995. p. 1-8.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. 270 p.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A natureza do poder: técnica e ação social. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v.4, n.7, 2000, p.13-24.

_____ Dimensiones culturales de la ilegalidad. In: PATIÑO, Análida Rincón. **Espacios Urbanos no Con-sentidos: legalidad e ilegalidad en la producción de ciudad.** Medellín, Colômbia: Universidade Nacional da Colômbia e Prefeitura de Medellín, 2005. 361 p.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (*et al.*). Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. In: **Cadernos IPPUR**, v. 15/16, nº. 2/1, agosto/julho. 2001-2/2002-1.

SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas, das Origens ao Futuro.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. 397 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. In: **Espaço e Debates**, v. 33, n. XI, 1991. p. 63-79.

_____ **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Editora Cortez, 1997. 348 p.

SANTOS, Milton. **O Trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo.** São Paulo: HUCITEC, 1971. 113 p.

_____ **Pobreza Urbana.** São Paulo: HUCITEC, 1978. 119 p.

_____ **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979a. 345 p.

_____ **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979b. 152 p.

_____ **Metrópole Corporativa e Fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Nobel, Secretaria de Estado da Cultura. 1990. 117 p.

_____ **O Lugar encontrando o Futuro.** Conferência de abertura do Encontro Internacional: Lugar, Formação Sócio-Espacial, Mundo. São Paulo, Anpege. Departamento de Geografia USP. 1994.

_____ **A Questão do Meio Ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar.** Anales de Geografia nº. 15. Madrid: Universidade Complutense de Madrid, 1995. p. 695-705.

_____ **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1996a. 126 p.

_____ O Retorno do Território in: SOUZA, M. A., SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: ANPUR, Hucitec, 1996b.

_____ **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: HUCITEC, 1997a, 68 p.

_____ Da Política dos Estados à Política das Empresas, Belo Horizonte, **Cadernos da Escola do Legislativo**, 3 (6): 3-191, jul./dez. 1997b.

_____ **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1997c. 88 p.

- _____. **Técnica, espaço e tempo.** São Paulo: Hucitec, 1998. 190 p.
- _____. **A Natureza do Espaço:** razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999a. 308 p.
- _____. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº. 2, 1999b. p. 15-26.
- _____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2000. 174 p.
- _____. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Studio Nobel, 2002a. 142 p.
- _____. **O País Distorcido.** São Paulo: Publifolha, 2002b. 221 p.
- _____. A Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: **Economia Espacial.** São Paulo: EDUSP, 2003. p. 187-202.
- _____. O Retorno do Território. In: **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005. p. 137-144.
- SANTOS, Milton. *et al.* **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto.** XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, Julho de 2000a. 15 p.
- _____. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000b. 127 p.
- SANTOS, Milton; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O conceito de região concentrada.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR e Departamento de Geografia, mimeo., 1979.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.
- SARTRE, Jean Paul, **Questão de Método.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, 147 p.
- SILVA, Ardemírio de. **Sistemas de Informações Geográficas:** conceitos e fundamentos. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. 236 p.
- SILVA NETO, Manoel Lemes. A Questão regional Hoje: Reflexões a partir do caso paulista. In: SOUZA, Maria. Adélia A. (org.). **Território Brasileiro:** usos e abusos. Campinas, Edições Territorial, 2003. p. 355-379.
- SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território**, nº. 6, LAGET/UFRJ, Garamond, Rio de Janeiro, jan./jun. 1999, p. 21-28.
- _____. A Região e a Invenção da Viabilidade do Território. In: SOUZA, Maria. Adélia A. (org.). **Território Brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 408-416.
- SLOCUM, Terry A. **Thematic Cartography and Visualization.** Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1999. 293 p.
- SOJCHER, Jacques. **Le Démarche Poétique.** Paris: UGE, 1976. 145 p.

SOLIDARIEDADE. In: **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995.

SOREL, Georges. **Reflexões Sobre a Violência**. Petrópolis: Vozes, 1993. 287 p.

SORRE, Maximilien. **L'homme sur la terre**. Paris: Corriger, 1961. 365 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. As Drogas e a “Questão Urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de drogas. In: CASTRO, I. E., GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R. L., **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SOUZA, Maria Adélia de (org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994. 332 p.

_____. Conexões Geográficas: um Ensaio Metodológico. **Boletim Paulista de Geografia** nº71, 1995. p. 113-128.

_____. Pedagogia Cidadã e Tecnologia da Informação: Um projeto piloto para a Periferia Sul da Cidade de São Paulo. In: RIBEIRO, A. C. **Repensando a Experiência Urbana da América Latina: Questões, Conceitos e Valores**. CLACSO, Buenos Aires, 2000. Disponível em: <<http://www.territorial.org.br/bibvirtual.html>>. Acesso em 15 ago. 2005.

_____. **As Tecnologias da Informação e a Compreensão do Mundo do Presente: A Geografia como finalidade e o Geoprocessamento como meio**. Campinas: TERRITORIAL: Instituto de Pesquisa, Informação e Planejamento, 2003. (mimeo).

_____. **Notas dos seminários de orientação**. Campinas, Sindicato dos Médicos e São Paulo, Departamento de Geografia – FFLCH – USP, 2005.

SUTHERLAND, Edwin. **The Professional Thief: by a professional thief**. Chigado: Phoenix Books, 1965. 256 p.

TOZI, Fábio. **As privatizações e a viabilização do território como recurso**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas, SP. 2005.

VIANA, Ana Luiza D'Ávila. Novos riscos, a cidade e a intersectorialidade das políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.32, ano. 2, mar./abr. 1998.

YAZIGI, Eduardo. **O Mundo das Calçadas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000. 548 p.

ZANOTELLI, Cláudio. Globalização Estado e Culturas Criminosas. **Terra Livre** São Paulo, ano 18, n.12, jan/jun. 2002. p.116-127.

_____. Desterritorialização da Violência no Capitalismo Globalitário: o caso do Brasil e do Espírito Santo. **Terra Livre**. São Paulo, ano19, n. 21, jul/dez. 2003. p. 225-240.

APÊNDICE

Apêndice A – Elaboração do Mapa de Crescimento da Mancha Urbana de Campinas e Entorno.

Introdução

Uma das inúmeras potencialidades do Sensoriamento Remoto está na possibilidade de se acompanhar o crescimento daquilo que se costumou chamar por “mancha urbana”. Obviamente, conforme pode ser visto nas considerações do capítulo 5, o que a imagem consegue captar são apenas formas. Desta forma, é importante destacar que o que estamos chamando de “mancha urbana” não nos mostra necessariamente o que é e o que não é urbano em um município, visto que este conceito se refere a algo mais complexo e que não se reduz a algumas imagens. Porém, tal ferramental não deixa de ser interessante no planejamento territorial, sendo que ele nos dá inclusive algumas pistas do crescimento urbano de uma região.

Materiais

Para a elaboração deste mapa foram utilizadas uma cena do sensor MSS do satélite Landsat 1 de 30/07/1973 (órbita 235, ponto 076) e três cenas do sensor CCD do satélite CBERS II, sendo uma de 27/07/2004 (órbita 154, ponto 126) e duas de 17/02/2005 (órbita 155, ponto 125 e órbita 155, ponto 126). Todas as cenas foram adquiridas gratuitamente junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE através da página www.dgi.inpe.br.

Procedimentos

Para a elaboração do mapa da “mancha urbana” de 1973, o primeiro passo foi a elaboração de uma composição colorida falsa-cor RGB-654, de tal forma que as áreas urbanizadas ficassem realçadas.

Em seguida, a cena foi georreferenciada e cortada através de uma “máscara” contendo Campinas e os municípios que com ela fazem fronteira. O resultado pode ser visto na imagem abaixo:

Na sequência, através de uma interpretação visual foram delimitadas as áreas consideradas urbanas. Vale destacar que a baixa resolução espacial da imagem, com pixel de 80 m, dificultou substancialmente esta operação. Além disso, devido ao fato dos comportamentos espectrais serem semelhantes, algumas áreas de solo exposto podem ter sido confundidas com áreas urbanizadas. Feitas as ressalvas, segue abaixo o resultado da interpretação.

Dentro de um SIG foram sobrepostos à imagem os limites dos municípios⁸⁹ e elaborado o layout final:

⁸⁹ Em 1973 Sumaré e Hortolândia formavam ainda um único município, sendo que a emancipação deste último se deu somente em 1991.

Para a imagem CBERSII foram seguidos praticamente os mesmos passos, exceto o fato de que foi necessário primeiramente elaborar um mosaico da área a partir das três cenas adquiridas.

Abaixo, tem-se uma composição colorida falsa-cor RGB-432:

Neste caso, a interpretação e delimitação das áreas urbanas foi facilitada pela melhor resolução espacial do CBERSII, em torno de 20m:

Gerou-se, então, o mapa final com os limites e as manchas urbanas.

Por fim, foram extraídas as manchas urbanas de 1973 e 2005, e ambas foram sobrepostas e comparadas em ambiente SIG, conforme pode ser visto no mapa 3 à página 94.

ANEXOS

Anexo A – Denúncias recebidas pelo Disque-Denúncia de Campinas entre 01/01/04 e 31/07/04.

Assuntos	Denúncias Positivas	Resultados Positivos
Tráfico de drogas	890	343
Violência contra criança	196	179
Indivíduo procurado	94	63
Homicídio	89	51
Estelionato/Fraude/Falsificação	84	51
Crime contra adm. justiça – Fuga – Rádio telefonia	58	44
Roubo/Furto de veículos	55	38
Abandono e desmanche de veículos	44	41
Crime contra saúde pública	37	37
Outros	32	28
Seqüestro	28	11
Violência contra idoso	25	18
Roubo/Furto em geral	25	15
Roubo/Furto a estabelecimento comercial	19	8
Porte ilegal de armas	17	16
Crime contra o patrimônio	17	11
Estupro/Atentado ao pudor	13	6
Roubo/Furto de cargas	11	9
Tentativa de homicídio	9	9
Extorsão/Corrupção	8	7
Crime contra o meio ambiente	7	6
Crime contra liberdade sexual/Prostituição	5	5
Violência contra mulher	5	5
Contrabando	5	4
Crime contra adm. Pública/Jogos de azar	4	4
Roubo/Furto a residência	4	4
Posse e uso de drogas	3	3
Crime praticado por funcionário público	3	3
Crime contra o patrimônio público	2	2
Roubo/Furto a transeuntes	2	1
Depósito clandestino de combustível	1	1
Total	1792	1023

O dique-denúncia considera como positivas aquelas denúncias que possuem uma motivação “verdadeira”, sendo desconsiderados os “trotes” ou solicitações que não configuram denúncias propriamente ditas. Pode haver, para um mesmo caso, mais de uma denúncia. Os resultados positivos são aqueles em que o problema relatado na denúncia tenha sido resolvido pela polícia.

Anexo B – Cena do Documentário “Prisioneiro da Grade de Ferro” (Auto-Retratos)

“Essa peça aqui é um motor de toca-fitas, então eu ponho ela num cabo de escova, prendo, arrumo uma caneta ‘quilométrica’ ponho o biquinho do isqueiro aqui, dentro. Isso aqui é um araminho de caderno. Com esse arame eu fixo a agulha. Ponho essa peça aqui que é de caneta, carga de caneta também. E tá pronta pra funcionar!” (PRISIONEIRO, 2003).

Campinas, 17 de setembro de 2.004

Ilmo. Sr.
Lucas de Melo Melgaço
DD. Professor de Geografia Puccamp
CAMPINAS / SP

Assunto: informações acerca da segurança privada

Prezado Sr,

Em consideração à sua solicitação de colaboração, na obtenção de dados sobre o papel da segurança privada no combate à violência, estamos enviando os dados disponíveis conforme a suas observações:

1) Quanto ao crescimento do número de empresas de segurança privada, somente o departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, dispõe das estatísticas, uma vez que a autorização de funcionamento e o controle das empresas são da responsabilidade do DPF, não havendo publicidade desses dados;

2) Quanto ao número de empresas existentes atualmente no estado de São Paulo, é de 410 empresas legalizadas, sendo que 138 delas atuam na cidade de Campinas e região da base territorial do Sindicato, reunindo 30 municípios, a saber: Campinas, Águas de Lindóia, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Atibaia, Cosmópolis, Elias Fausto, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Jaguariúna, Lindóia, Louveira, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Monte Alegre do Sul, Monte - Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antonio de Posse, Serra Negra, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

3) Quanto ao número de funcionários vigilantes portadores de formação profissional, cerca de entre 95.000 à 100.000 trabalham no estado de São Paulo e destes, entre 8.000 à 9.000 que trabalham nas 30 cidades que compõe a base territorial do Sindivigilância Campinas;

4) No Brasil, existem 1.600 empresas legalizadas, estimando-se existirem outras 4.500 clandestinas, que exercem a atividade de segurança privada sem autorização do Ministério da Justiça, tendo envolvidos em sua maioria policiais que trabalham no chamado "bico", mesmo correndo riscos de exoneração pelo Governo do Estado;

5) Quanto aos vigilantes no Brasil, seriam cerca de 350.000 empregados com carteira assinada em empresas especializadas em segurança, que terceirizam a mão de obra de acordo com a lei federal e outros 150.000 empregados na segurança orgânica, significando orgânica, a segurança prestada em estabelecimentos de atividade econômica diversa,

que emprega pessoal próprio com formação em vigilância, sem que possa entretanto locar a mão de obra para terceiros;

6) Quanto às empresas clandestinas, utilizam cerca 600.000 homens sem registro em carteira em sua maioria absoluta e portanto de modo desorganizado que fere o princípio do direito, caracterizando crime contra a organização do trabalho;

7) O número de funcionários ocupados na segurança privada contratados pelas empresas legalizadas, foi reduzido nos últimos 05 anos, considerando que em 1998, existiram cerca de 146.000 no estado de São Paulo, que entretanto contribuiu para o aumento da clandestinidade, convindo ressaltar que não somente os que praticam a vigilância clandestina, mas também tomador dos serviços, se constitui em agente potencial de crime contra a organização do trabalho, que pode ser considerado desobediência civil, para os quais o Ministério do Trabalho e da Previdência Social não tem dado nenhuma resposta positiva à sociedade brasileira, uma vez que não se tem notado a redução da clandestinidade, que muito pelo contrário somente tem crescido;

8) O papel preponderante da segurança privada, fica restrito à segurança interna de estabelecimentos bancários, comerciais, industriais, shopping centers, hiper e supermercados e todo seguimento da sociedade organizada, sendo certo que os vigilantes formados de acordo com a lei, dificilmente prevaricam no exercício da função, sendo raros os casos em que o vigilante profissionalizado se envolve em atos criminosos;

9) Quanto a isso, a Secretaria da Segurança de São Paulo, apesar de tratar o assunto com muita reserva, não tem conseguido segurar a publicidade, dando conta de que para cada 10 agentes de segurança mortos na vigilância, 08 deles ou são policiais ou são clandestinos;

10) Destaca-se que o vigilante profissionalizado, possui curso especializado de combate ao crime pela prevenção, sendo inclusive portador de uma carteira nacional de vigilante, que o habilita em todo o Brasil, cujo documento foi elaborado a partir de 1999, no sentido de qualificar o vigilante e ao mesmo tempo afastar do meio elementos condenados pela Justiça, com o que conseguiu-se dar maior qualidade à vigilância, uma vez que a o Departamento de Polícia Federal, antes de conceder a CNV, rastreia a vida pregressa do cidadão e uma vez credenciado, o vigilante passa a fazer parte integrante do cadastro nacional de segurança privada, ou seja, um vigilante cadastrado em Campinas, figura no cadastro geral da Polícia Federal em todo o Brasil e assim reciprocamente em todo o território nacional;

11) Com relação ao crescimento das empresas em blindagens de veículos de transporte de valores, VTV, existem poucas em funcionamento no Brasil, dado que a tecnologia é altamente científica e de custo incomensurável e além do mais, as empresas são controladas pelo exército, sendo certo que os veículos blindados fabricados no Brasil, estão entre os melhores do mundo em qualidade, funcionando inclusive com alta tecnologia agregada, embora externamente não pareça;

12) Um dado interessante a destacar também, diz respeito ao uso de armas pelos vigilantes legalizados, que pertencem às empresas de segurança, por elas adquiridas e registradas, mediante autorização do Ministério da Justiça e do Ministério do Exército, sendo de um modo geral razoavelmente controlada a compra de armas e munições pelas empresas;

13) Um outro componente também interessante, é o uso de colete a prova de balas, que para uso dos vigilantes necessita de autorização do Exército para a aquisição, os quais as empresas de segurança que os fornece também adquirem somente se a qualidade for aprovada pelo Exército;

14) Com relação à violência em Campinas e de um modo geral nas grandes cidades, as estatísticas são controladas pelo aparato policial e a comunidade fica restringida no conhecimento da realidade, que é divulgada apenas por estimativas e este é um fator que contribui grandemente para o aumento da violência, uma vez que a comunidade de um modo geral, não tem parâmetros para que possa participar na prevenção de crimes;

15) Uma das suas referências, diz respeito a endereço das sedes das empresas de segurança e concomitantemente das ruas patrulhadas por elas, pelo que lhe informamos, não poderemos fornecer endereços das empresas por questão legal, mas são elas encontradas facilmente nas listas telefônicas e quanto às ruas que patrulham, podemos afirmar que legalmente nenhuma, considerando que o papel da segurança privada se restringe aos serviços intramuros;

16) Outros dados interessantes da vigilância privada, dizem respeito aos vigilantes treinados por especialização para trabalhar na segurança patrimonial, pessoal, transporte de valores, escolta armada, segurança floresta, segurança condominial, segurança bancária, segurança de eventos, prevenção e combate a incêndios, como vigilante bombeiro civil, segurança eletrônica monitorada, etc,;

17) A diferença da segurança privada em relação à segurança pública, dentre outras é que a segurança privada tem um rígido controle de qualidade pelas empresas, exercida sob rigoroso regimento disciplinar dos vigilantes que são monitorados por agentes especializados em supervisão de serviços e além do mais, a empresa de segurança privada, tem a parceria com o tomador do serviço, que informa sobre o comportamento funcional do vigilante e por isso a preparação dos homens é periodicamente reciclada, no sentido de manter o profissional atualizado nas suas atribuições, destacando-se inclusive na segurança privada, considerável número de vigilantes que falam mais de um idioma, com maior ênfase do inglês e do espanhol, especialmente aqueles que prestam serviços à empresários e executivos, como também em hotéis de padrão elevado, sendo ainda grande parte dos vigilantes treinados no uso de informática;

18) Alguns dados estatísticos disponibilizados, mostram que no estado de São Paulo em 2003, foram gastos pelos tomadores dos serviços, cerca de 2, 4 bilhões e no Brasil 8,5 bilhões, gerando inclusive além do pagamento de salários, recolhimento de encargos sociais vultosos, uma vez que somente o custo salarial sofre a imposição de nada menos que 101% de encargos e mais 11% de impostos;

19) Quanto às atividades econômicas em que empregam os vigilantes, pode se destacar que 15% trabalham em bancos, 10% em órgãos públicos, 48% nas indústrias, 10% em condomínios, 8% em estabelecimentos comerciais, 5% em eventos de curta duração e 4% em outros seguimentos, considerando deste universo, os vigilantes legalizados, empregados das empresas também legalizadas;

C O N C L U I N D O:

O papel da segurança privada no combate ao crime, é de grande magnitude diante da organização dos agentes criminosos, que não medem consequências para os seus extintos na prática de violência contra a pessoa e o patrimônio, considerando que a preparação do agente de segurança e a inteligência do homem, são as duas principais armas na prevenção de delitos, enquanto que a utilização de equipamentos eletrônicos na segurança, trata-se apenas de um coadjutor no combate ao crime, servindo em tese para a identificação dos marginais pelas imagens gravadas, nada mais que isso.

Considerando que a violência urbana não respeita fronteiras, diante do fracasso da organização de segurança pública de um modo geral, não se pode menosprezar a enorme contribuição da segurança privada, que afasta da consecução de crimes contra o patrimônio e as pessoas, um grande número de marginais, que então se aventuram a praticar crimes nas ruas.

Do nosso ponto de vista, atribuir o aumento da violência ao crescimento populacional, não nos parece de tudo verdadeiro, principalmente quando atribuída a população pobre que não participa da inclusão social, que enquanto as elites se ocupam em culpa-las, as cabeças inteligentes do crime organizado, permanecem impunes até porque a grande arma das quadrilhas organizadas, está na convivência do aparelho que os devia reprimir, dando cabo das suas ações criminosas.

Arrematando enfim, que nas condições de operários conscientes do nosso papel na organização dos trabalhadores, devemos enxergar a violência por primeiro, advinda da incapacidade dos políticos que subtraem da classe trabalhadora grande parte dos salários que ganham e das indústrias e do comércio, somas elevadas em impostos sem que retornem à população em estruturas básicas que garantam uma assistência adequada à saúde da família, a educação pela escolaridade pública e o direito ao trabalho pelo desenvolvimento da nação.

Acreditando estar prestando a colaboração que V.Sa nos solicita, colocamo-nos à disposição para outras informações que se julgarem necessárias.

Atenciosamente,

GEIZO ARAÚJO DE SOUZA

*****Presidente*****